



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 102

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 9 de março de 2023

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Paulo Silveira e Lubélio Mendonça*

Sumário

No âmbito do PTAP (período de tratamento de assuntos políticos), estiveram presentes vários votos como abaixo se assinala:

- **Voto de Congratulação pelos 300 anos de elevação de Madalena a Concelho**, cuja apresentação foi feita pelo Deputado Marco Costa (*PSD*). O referido Voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelos 300 anos de elevação de Madalena a Concelho**, apresentado pelo Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*). O referido Voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pela vitória do Clube Desportivo Santa Clara no campeonato de futsal adaptado**, apresentado pelo Deputado Joaquim Machado (*PSD*). Sobre este Voto interveio apenas o Deputado Vílson Ponte Gomes (*PS*), tendo sido aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelos 30 anos do Comando Operacional dos Açores**, apresentado pelo Deputado José Pacheco (*CH*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- **Voto de saudação pelos 50 anos da Casa do Povo das Capelas** apresentado

pelo Deputado Joaquim Machado (*PSD*).

O Voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

Ainda no âmbito do PTAP, estiveram presentes várias intervenções políticas, sendo a primeira da responsabilidade do Deputado Pedro Neves (*PAN*), a qual suscitou um debate em que intervieram os/as Deputado/as José Pacheco (*CH*), Andreia Costa (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Nuno Barata (*IL*), bem como o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

Seguiu-se mais uma intervenção, desta vez pela voz do Deputado José Ávila (*PS*), a qual despoletou um debate em que participaram os/as seguintes Deputados/as:

Paulo Estêvão (*PPM*), António Lima (*BE*), Rui Martins (*CDS-PP*), Nuno Barata (*IL*), Jaime Vieira (*PSD*) e também o Secretário Regional do Mar e Pescas (*Manuel São João*).

A 3ª declaração política, coube à Deputada Délia Melo (*PSD*), tendo participado no debate subsequente gerado pela dita intervenção os/as seguintes Deputados/as:

José Pacheco (*CH*), Pedro Neves (*PAN*), Nuno Barata (*IL*), Carlos Furtado (*Indep.*), Rodolfo Franca (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Vasco Cordeiro (*PS*), apenas para uma interpelação à Mesa, António Lima (*BE*), bem como o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

No Período da Ordem do Dia, e de acordo com a Agenda de trabalhos, foi presente o ponto 15 relativo ao **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 86/XII** – “Estabelece medidas de apoio aos indivíduos diagnosticados com a doença de Machado-Joseph”, apresentado pela Representação Parlamentar do IL e pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM. A referida iniciativa

foi apresentada pelo Deputado Nuno Barata (*IL*), ao qual seguiu-se no uso da palavra a Deputada Ana Quental (*PSD*).

O ponto seguinte, tratou-se do **Projeto de Resolução n.º 126/XII** – “Estudo de diagnóstico das necessidades docentes na Região Autónoma dos Açores para os próximos 10 anos”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do CDS-PP, PSD e PPM, tendo feito a sua apresentação a Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), à qual seguiram-se os/as Deputados/as Pedro Neves (*PAN*), José Pacheco (*CH*), Paulo Estêvão (*PPM*), Carlos Furtado (*Indep.*), Rodolfo Franca (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), António Lima (*BE*), Célia Pereira (*PS*) e ainda a Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*).

O Projeto de Resolução em discussão foi aprovado por unanimidade.

Procedeu-se, seguidamente, à apreciação do Projeto de Resolução n.º 123/XII – “Criação de apoio monetário ao aumento de tipologia e melhoria de eficiência energética em moradias”, da responsabilidade do Deputado Independente Carlos Furtado, a quem coube a sua apresentação.

No debate gerado subsequentemente, deram nota das respetivas posições os/as Deputados/as Carlos Freitas (*PSD*), Vera Pires (*BE*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Berto Messias (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*) e também o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

O Projeto de Resolução em apreciação foi aprovado por maioria (abstenção do *BE*).

Prosseguindo na Agenda de trabalhos, seguiu-se a **Petição n.º 36/XII** – “Criação de um polo do Conservatório Regional de Ponta Delgada”, tendo como 1.º subscritor o Sr. Luis Carlos de Melo Abrantes.

Estando na alçada da Comissão de Assuntos Sociais, coube à sua relatora, a Deputada Délia Melo, a leitura do respetivo relatório, tendo-se seguido no uso da palavra sobre esta matéria, os/as Deputados/as Célia Pereira (*PS*), Joaquim

XII Legislatura

Número: 102

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 9 de março de 2023

Machado (*PSD*), Vera Pires (*BE*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), José Pacheco (*CH*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

A solicitação do Deputado António Lima (*BE*), através duma interpelação à Mesa para interrupção dos trabalhos, o Presidente da Assembleia deu por concluídos os trabalhos neste dia quando eram 19h50.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Vamos proceder à chamada. Para tal tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa.

Eram 10 horas e 04 minutos.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos.

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Sras. e Srs. Deputados

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

XII Legislatura

Número: 102

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 9 de março de 2023

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Mário José Dinis Tomé

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Délia Maria Melo.

Elisa Lima de Sousa.

Flávio da Silva Soares

Jaime Luis Melo Vieira

João Luis Bruto da Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

Luis Carlos Correia Garcia

Luis Carlos Cota Soares

XII Legislatura

Número: 102

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 9 de março de 2023

Marco José Freitas da Costa

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Vera Lúcia Pinheiro **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida e Sousa

Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

XII Legislatura

Número: 102

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 9 de março de 2023

Deputado Independente (*Indep.*)

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, a nossa manhã de trabalho está reservada ao tratamento de Assuntos Políticos.

Vamos começar pela apresentação e votação dos Votos que deram entrada na Mesa.

O primeiro é um Voto de Congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD pelos 300 anos da elevação da Madalena a Concelho.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Excelentíssimo Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto Congratulação

300 anos da elevação da Madalena a Concelho

A Madalena comemorou ontem, 8 de março, 300 anos.

A Capital da Vinha e do Vinho dos Açores completou ontem 300 anos da elevação a concelho.

Um dos lados da Comunidade do Canal está em festa e certamente contagia o povo em frente, porque estes 300 anos de história aos dois lados pertencem, e os dois lados do canal os explicam.

Com uma colonização tardia, só em 1723, D. João V emite a Carta Régia que viria a elevar, a então povoação da Madalena a Concelho.

Esta decisão é, em muito, o reconhecimento do pujante crescimento económico, financeiro e demográfico, vivido no primeiro quartel do século XVIII, fruto da produção e exportação do Vinho do Pico, ao encontro dos quatro cantos do mundo.

O Dr. Tomás Duarte, no seu livro “O Concelho da Madalena- Subsídios”, refere:

“De facto, na jurisdição da Madalena, a evidência do vulcanismo, atrasou a ocupação humana e a estruturação administrativa, até à conversão da lava agreste em jorro de vinho, que acresce à reputação do Pico (...). No entanto, à margem da riqueza vinícola, a inclemência do chão só favorece a exploração e o corte de lenha, que geram algum comércio à escala regional.”

É partindo do respeito pelo solo, da dureza do trabalho e da insistência e persistência dos seus habitantes, que a cultura se manteve, continuando a ser um ex-libris que hoje é património da UNESCO.

É no concelho da Madalena que se encontra o núcleo principal da Paisagem Classificada e Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, classificada pela UNESCO, na Criação Velha, classificação alcançada em 2004.

Falar de Vinho na Madalena nunca foi nem é obsessão, foi e é uma necessidade. Mesmo com todas as dificuldades, quando se comemoram os seus 300 anos, a Madalena apresenta-se como o único concelho dos Açores que aumentou o seu número de habitantes, como o mais dinâmico e orientador de desenvolvimento da ilha do Pico.

O mar sempre foi o complemento, assumindo o ciclo do atum a fonte de rendimento para muitas famílias, continuando hoje a ser aposta de futuro.

A resiliência histórica do Povo da Madalena, encaixa cada vez melhor na definição atual de empreendedorismo, e os resultados orgulham os Madalenenses.

O Concelho da Madalena é constituído por seis freguesias, as Bandeiras, a Madalena, a Criação Velha, a Candelária, São Mateus e São Caetano, que ao todo albergam 6.332 habitantes, segundo os Censos 2021.

Para todas elas também a nossa homenagem.

Trezentos anos depois, as razões para celebrarmos são mais que muitas.

O concelho da Madalena é atrativo, dinâmico e com vida, um concelho orgulhoso do seu passado, de olhos postos no futuro.

A história e a tradição da Madalena ajudam certamente à marca distinta na sua oferta turística, na sua vertente do enoturismo, com respeito e valorização da natureza.

A comemoração desta efeméride obriga a recordar todos os seus poetas, políticos, dirigentes da suas instituições e empresas, que a descreveram, que a elevaram e que lutaram pelo seu crescimento.

É também, deles esta comemoração.

É um privilégio tomar parte desta homenagem nos 300 anos do Concelho da Madalena.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata na Assembleia Legislativa Regional dos Açores propõe que seja aprovado um voto de congratulação pelos 300 anos da elevação da Madalena a Concelho, do mesmo deverá ser dado conhecimento ao executivo da Câmara Municipal da Madalena, à Assembleia Municipal da Madalena, às Assembleias de Freguesia da Madalena e à AMRAA.

Viva a Madalena!

Horta, Sala das Sessões, 09 de março de 2023.

Os Deputados Regionais

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

O próximo voto também é de Congratulação pelos 300 anos da elevação da Vila da Madalena a Concelho. É apresentado pelo CDS-PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente da Assembleia,

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

300 Anos da Vila da Madalena, ilha do Pico

O Concelho da Madalena está situado no extremo oeste da ilha do Pico, com uma área aproximada de 149 km² é composto por seis freguesias: Bandeiras, Madalena, Criação Velha, Candelária, São Mateus e São Caetano.

A elevação da Madalena do Pico a vila ocorreu no dia 8 de março de 1723, por carta régia de D. João V, sendo um marco histórico que significa o reconhecimento da sua importância e prosperidade económica.

À época a atividade vitivinícola encontrava-se em franco desenvolvimento. Atualmente, a viticultura regista um aumento de atividade, com a produção de cada vez mais vinhos de elevada qualidade, alguns com qualidade reconhecida

e premiada em certames nacionais e internacionais, fruto do investimento e do trabalho árduo de muitos Picarotos que ao longo dos últimos anos têm recuperado muitas vinhas e as suas características curraletas.

Sendo a produção de vinho uma das principais atividades económicas, no concelho desenvolveram-se outras atividades que têm vindo a ganhar cada vez mais relevo, nomeadamente no setor do turismo onde têm surgido novos empreendimentos turísticos e restaurantes. Além disso, foram criados novos projetos e serviços no âmbito do ecoturismo, atividades de aventura, turismo rural e náutico, como os passeios de barco, a observação de cetáceos e o mergulho, atividades turísticas com crescente implantação no concelho, tendo contribuído para o crescimento económico progressivo do concelho.

Além da viticultura e da agricultura, a Madalena do Pico tem uma forte ligação ao mar. No passado foi a baleação, atualmente a pesca e os transportes marítimos são atividades económicas importantes no concelho, que possui um porto de pesca e comercial com ligações regulares à ilha do Faial e à ilha de São Jorge.

A Madalena apresenta uma paisagem natural impressionante dominada pela montanha, que é o ponto mais alto de Portugal, com 2.351 metros de altitude. A paisagem do concelho é também marcada pelas vinhas plantadas em currais de pedra negra, que se estendem até ao mar, criando uma beleza singular e que lhe conferiram em 2004 a classificação de Património Mundial da UNESCO.

Os Censos realizados pelo Instituto Nacional de Estatística, em 2021, revelaram que a Madalena do Pico foi o único concelho dos Açores a registar um aumento de população residente. Atualmente é de 6319 habitantes, o que representa um aumento de 4,5% em relação aos Censos de 2011.

Este facto pode ser interpretado como um sinal de vitalidade e prosperidade do concelho que continua a atrair novos habitantes e visitantes.

XII Legislatura

Número: 102

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 9 de março de 2023

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresenta à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de março de 2023, um voto de congratulação com o seguinte teor:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula o Município da Madalena pela celebração do tricentenário da elevação a Vila e sede de Concelho.

Deste voto deve também ser dado conhecimento à Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores.

Horta, sala das sessões, 9 de março de 2023

Os Deputados Regionais

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos passar então à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD pela vitória do Clube Desportivo Santa Clara no Campeonato nacional de Futsal adaptado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado para a sua apresentação.

(*) **Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação
Pela vitória do Clube Desportivo Santa Clara
no Campeonato Nacional de Futsal Adaptado

O Clube Desportivo do Santa Clara é campeão nacional 2023 de Futsal Adaptado.

O título foi alcançado no passado dia 21 de janeiro, nos jogos da fase final disputados em Castro Daire.

Em duas partidas realizadas, a equipa encarnada de Ponta Delgada somou quatro pontos, tendo apontado 13 golos e sofrido apenas dois, deste modo superiorizando-se aos demais adversários.

Com esta conquista, atletas, técnicos e dirigentes alcançam um feito único e histórico para os Açores. Trata-se de um sonho que estivera perto de ser concretizado há um ano, altura em que o Clube Desportivo Santa Clara já se sagrara vice-campeão nacional, na sequência de inúmeros sucessos competitivos em S. Miguel, na Região e no território continental.

O título de campeão de Portugal, agora conquistado, culmina um trabalho intenso e qualificado que há vários anos o Clube Desportivo Santa Clara vem fazendo, não só no futebol profissional, mas em diversas modalidades e, convém neste caso sublinhar com todo o entusiasmo, também no desporto adaptado.

O investimento no desporto adaptado, em favor do desenvolvimento físico, psíquico e social dos seus praticantes, deve ser enaltecido em todas as circunstâncias e mais ainda, como é o caso do Clube Desportivo Santa Clara,

em se tratando de uma agremiação desportiva com compromissos profissionais ao mais alto nível. Tal circunstância não diminuiu, todavia, a responsabilidade social dos dirigentes encarnados para com a comunidade, deste modo consubstanciando irrepreensivelmente o lema que os seus atletas trazem no peito: “*Mens sana in corpore sano*”.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pela conquista do Campeonato Nacional de Futsal Adaptado de 2023, pelo Clube Desportivo de Santa Clara.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Clube Desportivo de Santa Clara, à Câmara Municipal de Ponta Delgada, à Direção Regional do Desporto e à Associação de Futebol de Ponta Delgada.

Horta, sala das sessões, 09 de março de 2023.

Os Deputados Regionais

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes, faça favor.

(*) **Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Obrigado Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para intervir sobre este Voto de Congratulação apresentado pelo PSD, a propósito da vitória do Clube Desportivo Santa Clara no Campeonato Nacional de Futsal Adaptado, para saudar todos aqueles que têm contribuído ao

longo dos anos e, em concreto aqueles atletas, dirigentes e técnicos que - todos eles - têm feito o seu trabalho, um trabalho intenso, investindo no desporto açoriano, investindo também no desporto adaptado, em concreto, e que têm contribuído também para que esses sucessos tenham sido alcançados por todos aqueles que ao longo destes anos têm feito todo um esforço, têm trazido a sua capacidade de competir e de trabalho intenso e qualificado, para que hoje, mais uma vez, os Açores estejam nos níveis nacionais nesta qualificação e também fazendo com que além fronteiras o nome dos Açores fique gravado naquilo que é o bom desempenho do desporto açoriano e dos Açores em particular.

Muito obrigado.

(O Deputado Paulo Silveira foi substituído pelo Deputado Paulo Gomes no lugar de Secretário da Mesa)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Parecendo não haver, vamos então passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação pelos 30 anos do Comando Operacional dos Açores é apresentado pelo Sr. Deputado José Pacheco.

Tem a palavra para proceder à apresentação do mesmo.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

**Voto de Congratulação
pelos 30 anos do Comando Operacional dos Açores**

O dia festivo do Comando Operacional dos Açores (COA) assinala-se todos os anos a 26 de fevereiro e, aquela estrutura militar, faz questão de incluir a comunidade nos festejos que duram alguns dias, lembrando a importância da sua missão para com a população açoriana.

Este ano não foi exceção. As celebrações decorreram em Angra do Heroísmo – ilha Terceira – onde foram várias as iniciativas e atividades destinadas aos jovens estudantes, mas também aos Açorianos em geral.

A atuação do Exército no apoio às populações em caso de catástrofes naturais – como no caso de sismos e erupções vulcânicas – bem como o papel da Força Aérea e da Marinha nas missões de busca e salvamento no mar ou nas evacuações médicas entre ilhas ou para o continente, são das importantes atividades que o Comando Operacional dos Açores coordena no arquipélago.

Mas é também ao COA que compete elaborar e atualizar os planos de defesa militar e de contingência a nível regional; bem como planear e executar as medidas de defesa militar do arquipélago.

Há ainda a questão do treino operacional conjunto entre os três ramos das Forças Armadas e outras entidades civis; tal como o planeamento, treino e coordenação da participação das Forças Armadas em ações de proteção civil. O Comando Operacional dos Açores tem ainda como competência colaborar no processo de certificação de forças conjuntas, e planear e coordenar a realização de cerimónias militares conjuntas.

Coordenar todas as operações militares na Região para salvaguarda da população, até mesmo em caso de evacuações médicas, é a face mais visível da presença das Forças Armadas no arquipélago que é liderada atualmente pelo Tenente-General Morgado Baptista.

Atualmente o quartel-general do Comando Operacional dos Açores situa-se nos Arrifes, em Ponta Delgada, mas nem sempre foi assim.

Em 1975, passou a separar-se a chefia do Comando Territorial Independente dos Açores, do cargo de Governador Militar. O objetivo era agilizar um comando mais eficaz e tornar mais aptas as forças militares nos Açores para o cumprimento das suas missões.

Em 1980, foi criado o Comando-Chefe das Forças Armadas nos Açores, cujo comando passou a ser assumido por rotação entre os três ramos das Forças Armadas e é nessa altura que o Comando é transferido para o Quartel da Grotnha, nos Arrifes.

Por força da nova Lei Orgânica do Estado-Maior General das Forças Armadas, de 1993, o Comando-Chefe das Forças Armadas nos Açores passou a designar-se Comando Operacional dos Açores (COA) e é assim que tem atuado.

Este órgão de comando de natureza conjunta, de nível operacional, é quem efetua o planeamento, o treino operacional conjunto e determina o uso das forças e meios que lhe estão atribuídos. Mas é, sem dúvida, na proximidade que mantém com a população em caso de catástrofe, de salvamento ou de evacuações médicas que estes militares são mais visíveis para os Açorianos.

Assim, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação pela celebração dos 30 anos do Comando Operacional dos Açores, do qual deve ser dado conhecimento ao próprio Comando Operacional dos Açores, ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, ao Ministério da Defesa Nacional, à Presidência do

XII Legislatura

Número: 102

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 9 de março de 2023

Governo Regional dos Açores e à Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 7 de março de 2023

O Deputado Regional

(O Deputado Paulo Silveira retomou o lugar de Secretário da Mesa)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Parecendo não haver, vamos então passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto é de Saudação apresentado pelo PSD aos 50 anos da Casa do Povo das Capelas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado para a sua apresentação.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Voto de Saudação

50 anos da Casa do Povo das Capelas

Criadas pelo Estado Novo, como elemento primário da organização corporativa do trabalho rural, as Casas do Povo foram reestruturadas em plena democracia,

no ano de 1982, moldando-se-lhes os fins sob uma nova caracterização e funcionalidade, mas continuando a visar o progresso, principalmente das comunidades rurais.

A partir desse ano as Casas do Povo passaram a ter o estatuto jurídico de pessoas coletivas de utilidade pública, de base associativa, figurando entre as suas incumbências a cooperação com o Estado, no nosso caso, com os órgãos de Governo próprio, e com as autarquias locais, com vista à resolução de problemas das populações das respetivas áreas de intervenção.

Por Alvará de 11 de janeiro de 1973 foi fundada a Casa do Povo das Capelas, uma das 68 instituições desta índole existentes na nossa Região Autónoma.

Ao longo deste meio século de existência, a Casa do Povo das Capelas dedicou-se irrepreensivelmente ao serviço da população daquela vila e freguesias vizinhas, na costa norte do concelho de Ponta Delgada. Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sem fins lucrativos, é também pessoa coletiva de utilidade pública, revelando-se como parceiro muito importante do Governo Regional na prossecução de serviços e atividades de tempos livres com crianças, assim como no apoio domiciliário sobretudo à população sénior, na área geográfica que vai dos Fenais da Luz ao Pilar da Bretanha.

Pelos relevantes serviços prestados à comunidade, para o seu progresso e bem-estar, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores saúda a Casa do Povo das Capelas, os seus dirigentes, colaboradores e associados, pela celebração do seu cinquentenário, deste modo exprimindo todo o apreço pela obra realizada.

Fica à vossa consideração.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Casa do Povo das Capelas, ao Governo Regional, à Assembleia de Freguesia das Capelas e Assembleia Municipal de Ponta Delgada.

Horta, Sala das Sessões, 09 de março de 2023.

Os Deputados Regionais

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, acabamos assim a apresentação e votação dos votos que deram entrada na Mesa.

Avançamos para as declarações políticas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Aproveito para dizer que não vamos aproveitar esta intervenção para ter algum tipo de protagonismo. A declaração política já estava feita e é isso que eu vou fazer, porque é um mal bastante importante para a sociedade não só açoriana, como também portuguesa e a nível europeu.

Os recentes escândalos associados a abusos praticados por eclesiásticos no seio da Igreja Católica tem chocado Portugal e o mundo. Não são novos e, infelizmente, repetem-se em vários locais de forma sistemática e velada. O impacto dos casos é tal que em vários países se formam comissões e abrem-se inquéritos, mesmo em países profundamente católicos. Em Espanha temos até agora 910 casos e 1741 vítimas conhecidas, de um número potencialmente maior.

Por sua vez, em França, entre os anos de 1950 e 2020, 216 mil crianças foram vítimas de abuso, a maioria rapazes, com idades entre os 10 e os 13 anos.

Mas espantemo-nos mais, o número de abusadores dentro da igreja conta-se entre os 2900 e os 3200, é esta a estimativa do extenso relatório multidisciplinar que conclui, igualmente, que a Igreja não só não foi capaz de prevenir o abuso como muitas vezes colocou, com conhecimento, crianças em contacto com predadores sexuais.

As vítimas foram consecutivamente ignoradas, silenciadas, expostas até finalmente poderem ser apoiadas o suficiente para assumirem a coragem para revelar os crimes de profunda crueldade a que tinham sido sujeitas.

Casos denunciados na Irlanda, Canadá, Austrália, Alemanha, Chile, Polónia e Estados Unidos levaram o Papa Francisco a aprovar, em 2019, três documentos que obrigam a denúncia de casos de abuso no seio da igreja. Com a nova legislação o prazo de prescrição dos crimes é estendido para 20 anos.

E em Portugal o que nos revela o relatório da Comissão Independente que laborou um ano e organizada de forma paritária, multidisciplinar, integrando profissionais de reconhecido mérito?

De destacar que foram estabelecidos inúmeros contactos com estruturas da Igreja Católica e da sociedade civil, com destaque na área da proteção e intervenção em vítimas menores ou adultos.

O relatório validou 512 testemunhos, incluindo açorianos, apontando, por extrapolação, para pelo menos 4.815 vítimas. Vinte e cinco casos foram enviados ao Ministério Público, que denunciam apenas a “ponta do Iceberg”, mas a maior parte já prescreveu.

De realçar que investiu numa análise através dos testemunhos das vítimas, dos seus relatos individuais, ou seja, estas vítimas foram sujeitas a reviver acontecimentos e experiências traumáticas, encorajadas a exporem-se depois de iniciar o silenciamento, por sentimentos de medo, vergonha e culpa que nunca

tiveram. Em 48,2% dos casos a participação neste estudo constituiu a primeira vez em que a situação é descrita a outrem.

Recordaram modalidades de abuso violentas como o sexo anal ou o sexo oral, bem como a masturbação, práticas em geral mais demoradas e mais difíceis de dissimular, às modalidades mais fugazes e fáceis de esconder, ainda que não menos invasivas, sejam elas o toque em zonas erógenas, ou ainda, visualização de filmes pornográficos infantis.

O abusador, esse, ou não dizia nada para justificar o ato, potenciando uma demonstração de poder sobre a vítima ou justificava-a como um "desígnio divino" ou até uma lição de anatomia.

A manipulação da percepção dessas fragilidades era comum; as emocionais, familiares, económicas e espirituais como ponto de partida ou a transmissão da necessidade de uma «purificação».

O abusador usa, não raras vezes, a aproximação à família da vítima que se torna num dano colateral. Normalmente não ocorria castigo, mas recompensa com pequenos presentes envenenados como objectos cobiçados por crianças que viviam em privação extrema.

Em casos relatos por terceiros registaram-se 7 casos de suicídio consumado, 21,6% casos de lesões físicas e um número elevado de alterações emocionais, fazendo parte de patologia psicossomática.

À pergunta "O que poderia fazer a Igreja para reparar o sucedido?" A maioria referiu-se a pedido público de desculpa por parte da Igreja Católica portuguesa em relação às vítimas de abuso sexual praticado pelos seus membros, a que acrescentam o desejo de compromisso de respostas futuras de prevenção e intervenção adequadas.

Vergonhosamente a Comissão denota "distanciamento e alheamento" do topo da hierarquia católica relativamente aos abusos sexuais, contrastante com a

intensidade e gravidade dos testemunhos, sendo que dois bispos recusaram depor.

Em Portugal as reacções por parte dos responsáveis máximos da igreja foram dúbias e quase insultuosas. O Cardeal-Patriarca de Lisboa diz que faltam factos na lista de alegados abusadores no ativo que permitam que sejam já expulsos da Igreja. Nas mãos até podem ter os nomes, mas sem factos, diz o Cardeal-Patriarca de Lisboa, “por agora há pouco a fazer e só a Santa Sé tem poder”. Este facto é negado pelo próprio relatório que foi acompanhado por uma lista de nomes e factos concretos relativamente aos abusos. É também garantido que os bispos não só têm esse poder, como são aconselhados a usá-lo no próprio manual de instruções que o Vaticano divulgou em 2020. Aliás, são vários os padres que já foram suspensos por bispos portugueses por situações muito menores.

(Esta Declaração Política foi escrita na segunda-feira à noite, para ser apresentada na terça-feira. Temos uma actualização do Bispo de Angra e também do Bispo de Beja, que estão a dar o exemplo e estão a dar uma “chapada de luva branca” ao Cardeal-Patriarca, a demonstrar também o poder do Bispo e do que podem fazer pela sociedade.)

O pedido de desculpas parece que será substituído por um memorial de perdão às vítimas para marcar mais uma grande obra da igreja e Manuel Clemente não admite se a resposta da instituição é suficiente, mas diz que possíveis indemnizações seriam um insulto às vítimas, ao contrário do que aconteceu noutros países.

Apesar do relatório não ser uma investigação, é fundamental afastar os suspeitos das suas funções e para averiguação. A suspensão não é uma condenação, mas há grandes probabilidades de estas pessoas repetirem o comportamento até porque há indivíduos acusados de múltiplos abusos a crianças diferentes.

A Concordata entre o estado português e a Santa Sé datada de 1940 e revista em 2004, onde é reconhecida a personalidade jurídica da Igreja Católica, assim como da Conferência Episcopal, é um articulado da cabal prova da profundidade das relações entre a Igreja Católica e o Estado Português, assim como da sua inegável importância na edificação da cultura nacional.

Apenas com muita má-fé ou puro desprezo se poderia negar o legado daqueles que prosseguiram a missão cristã, ou seja, aqueles que são os verdadeiros cristãos.

Temos múltiplos exemplos da caridade cristã que remontam à época medieval e que conseguiram fazer face, através da assistência aos doentes e aos mais desprotegidos, a várias epidemias, como aquela que ainda sagrou entre nós. Ofereceu-nos os primeiros hospitais na Europa e outros centros assistenciais de que Portugal e, particularmente os Açores, também, beneficiaram. Estamos bem cientes do legado da igreja católica.

Contudo, a intenção perniciosa de destruir a relação das raízes conjuntas que enlaçam a construção da nossa história pelo exterior, não sobrecarrega tanto uma instituição, que se deseja ver respeitada, como a dizimação interna e autofágica a que se assiste com os actuais escândalos. A Igreja Católica destrói-se a ela mesma pelo progressivo descrédito nas mais elementares mensagens cristãs.

Os crimes cometidos por membros da igreja, predadores quando deviam ser protectores, foram-no em espaços sagrados e nos quais é suposto encontrar conforto e confiança: como nas sacristias, altares, confessionários, mas também nos espaços de retiro, reclusão, isolamento e dormida das crianças em instituições de acolhimento, ou seminários, acampamentos de escuteiros ou casas paroquiais. Eram espaços de acolhimento que, para muitos, se tornaram em espaços de temor.

Os depoimentos testemunham o clima emocional de terror, de uma verdadeira atitude de «banalidade do mal». Esta banalidade do mal no seio da própria igreja será uma Cruzada que se terá de encetar nos territórios mais profundos e negros do seio da instituição para que a confiança possa ser, eventualmente, restaurada. Uma banalidade acompanhada por alguns bispos, que sabiam e nada fizeram para denunciar durante estes anos todos.

A igreja deve dar seguimento ao cumprimento do conceito de «tolerância zero» proposto pelo Papa Francisco. Instituir o dever moral de denúncia, por parte da Igreja, e colaboração com o Ministério Público em casos de alegados crimes de abuso sexual.

Quanto ao Estado português, apesar da Ministra da Justiça ter recebido a Comissão, espera-se, agora, uma ação mais musculada, nomeadamente por parte do Ministério Público, pois detém a titularidade exclusiva tanto da ação penal, como da direção da investigação criminal para dar andamento aos casos que foram encaminhados, já que, em muitos deles, os abusadores ainda são vivos e exercem funções e, aos olhos da lei, são cidadãos e não corpos celestes divinais acima do código penal português.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem duas inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhor Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo: Quanto a este tema - e obrigado por trazê-lo aqui - já há muitos anos que eu escrevo e há muitos anos que digo que os abusos sexuais na Igreja são uma vergonha. Seja onde for, pedofilia é uma vergonha onde quer que seja.

Não interessa se é na Igreja, se é no desporto ou nas escolas, seja onde for, é uma vergonha. E sobre isto concordo praticamente com tudo o que disse o Sr. Deputado do PAN.

Eu como católico, e como membro da Igreja, não me revejo nestes comportamentos. E acho que deve haver mão pesada sobre os infratores e não têm que haver qualquer tipo de álibi ou qualquer tipo de margem de manobra. Tem que ser mão pesada e bem pesada!

Nisto eu não mudo a minha opinião.

Queria saudar o nosso Bispo dos Açores pelo exemplo que ele deu de proatividade. Por isso é que somos diferentes aqui nos Açores. O exemplo que eu ele deu ao afastar já dois padres e que venham muito mais, todos aqueles que foram um péssimo exemplo para aquilo que é a Igreja. E os que estão a tentar usar estes casos para denegrir 2000 anos de história da nossa Igreja, estão a fazer muito mal, porque a Igreja não é isto.

A Igreja é constituída por seres humanos que também são imperfeitos e alguns deles são tão imperfeitos que eu só tenho uma palavra para eles: VERGONHA.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra A Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O assunto que nos trouxe aqui esta manhã o PAN, é um assunto importante, urgente e que não pode ser escondido. É um crime e disso não pode haver qualquer dúvida.

É urgente trazer à luz do dia os problemas. É imperioso defender e apoiar as apoiar as vítimas. É imprescindível punir os agressores.

Qualquer pessoa tem direito à presunção da inocência, é um facto. De qualquer forma, e também por isso, é que se saúda a tomada de posição e a

Comentado [AC1]: eliminar

decisão do Bispo de Angra. É uma decisão clara, responsável e que vai no sentido correto.

Relembro as palavras da diocese: “a prioridade da Igreja deve continuar a ser as vítimas que durante anos sofreram em silêncio, aquilo que nenhum de nós poderia ter feito ou sequer ocultado, garantindo-lhes o direito à justiça e ao cuidado, sem enjeitar meios técnicos, humanos e financeiros para a reparação do mal infligido.

Depois da vergonha e do escândalo que a revelação da existência de abusos **provocaram** junto da sociedade em geral e dos cristãos em particular, é tempo de ação.

Comentado [AC2]: provocou

A todos os que se sentem feridos, confusos ou perdidos, apelamos a que confiem que tudo se fará para implementar medidas punitivas onde necessário, mas também preventivas e formativas, que contribuam para devolver a confiança e a esperança a todos os que os cristãos”.

São palavras que devem mobilizar toda a Igreja Católica Portuguesa e que representam, de facto, um exemplo para todo o País.

Gostávamos nós ouvir de outros – no resto do País - **outros** decisão idêntica que conferindo naturalmente o direito que está salvaguardado àqueles que presumivelmente são agressores, mas também acautelando aqueles que são os direitos e os prejuízos já causados às vítimas.

Comentado [AC3]: eliminar

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta declaração política do PAN é oportuna e vem na sequência do trabalho desenvolvido pela Comissão que investigou ou que apurou este conjunto de situações na Igreja Portuguesa e que nos penalizam a todos.

A Igreja é uma instituição que está de uma forma muito próxima e até cúmplice, ligada à sociedade portuguesa e ao Estado português.

E em particular aqui nos Açores, há uma relação de grande proximidade entre a Igreja e as vivências do povo açoriano. E nós temos que confiar nas pessoas que representam a Igreja.

Para confiar nas pessoas que a representam, a Igreja não pode deixar de atuar, respeitando os direitos daqueles que são visados

respeitando os direitos daqueles que são visados pelas acusações e pelas suspeitas levantadas, mas atuar também protegendo aqueles que sendo da Igreja, não estão ao lado destes eventuais agressores.

Como disse a Sra. Deputada Andreia Cardoso, é de louvar a atitude que teve a diocese e o Bispo de Angra, porque não só nos deu a todos uma imagem de segurança quanto à atuação da Igreja neste momento perante os factos que conhece, mas também nos dá algum conforto na relação com a Igreja, sabendo que aqueles que são visados por suspeitas, de alguma forma, não continuam com a possibilidade, até ser esclarecido o seu caso, com a possibilidade de estar a atuar com possibilidade de fazerem praticarem os mesmos factos.

A presunção de inocência e o Estado de direito devem ser respeitados. E isso nós também a assinalamos como um dever da nossa sociedade. A presunção de inocência e o Estado de direito têm que ser respeitados. Mas também é necessário que a Igreja

Compreenda que esta avassaladora onda de suspeitas sobre os seus membros, tem também igual obrigação de ser estancada. E nada como tomar medidas preventivas que afastem a suspeição sobre aqueles que nada têm a ver com estes com estes casos.

Nessa medida, queremos deixar assinalado também a atitude, meritória e correta que teve o Bispo de Angra ao suspender preventivamente aqueles que eram visados pelos factos denunciados.

É importante para nós que isto seja assim, porque temos noção da importância da Igreja na nossa sociedade e não queremos que a sociedade açoriana viva com desconfianças sobre aqueles que a representam e aqueles que nos auxiliam na relação que católicos e não católicos têm com a Igreja e com a atividade desenvolvida pela Igreja nos Açores.

É por isso, também, que apelamos a que outros sigam o exemplo do Bispo de Angra.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PAN traz-nos aqui uma temática que tem marcado o nosso País, infelizmente pelos piores motivos. E também, mais recentemente, dado os resultados que foram apresentados, que resultam, no nosso entendimento, de uma boa a decisão da Igreja Católica em avançar com a Independente para o estudo dos abusos sexuais na Igreja Católica, dando assim um bocadinho de voz ao silêncio - podemos dizer - mas também não tendo receio de que os resultados que trariam seriam escrutinados e que seriam do conhecimento. E acho que isto também é uma mudança importante.

A Igreja tem que ser vista, sem dúvida, como um porto seguro para as populações e não se coaduna, como é natural, com este tipo de situações e com este tipo de crime, porque é crime em qualquer lado. E, portanto, a linha é aquela que também foi a linha definida pelo próprio Papa Francisco, de tolerância zero, aos criminosos, àqueles que encobriram e que a Igreja não pode tentar esconder a tragédia destas vítimas.

No nosso entendimento, nestas circunstâncias, o que se espera, sem dúvida, é uma ação adequada do ponto de vista penal e que compete às autoridades

judiciais (do Estado) e também uma ação adequada do ponto de vista disciplinar e canónico que se aplica na Igreja.

Os abusos são um crime em qualquer circunstância. E não podem ser escondidos pela Igreja ou por qualquer outro tipo de instituição, ou em qualquer outro tipo de contexto.

A verdade é que a declaração política do PAN incide sobre os abusos na Igreja, mas realmente este tipo de abusos são intoleráveis em qualquer outra instituição ou em qualquer outro contexto. E, sem dúvida, a Igreja Católica é uma instituição, a nível mundial, tem todo um património ético reconhecido e que é de sinalizar. E sem dúvida que é um sinónimo de lugar seguro, de confiança para muitas pessoas e claro que tem de agir sempre que estiver em causa, o desrespeito pela dignidade, nomeadamente dos mais frágeis.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma palavra em nome do Governo, para dar nota e sublinhar a importância da declaração política aqui trazida pelo Sr. Deputado Pedro Neves.

O assunto que ele aqui hoje trouxe, abalou o mundo por ser algo pesado, algo difícil de aceitar numa instituição secular como é a Igreja, por ter sido permissiva ao ponto que terá sido em relação a esta matéria.

E agora há a fazer, desde logo, três coisas:

Em primeiro lugar, ajudar as vítimas – essas são as que devem ter a nossa maior preocupação.

Em segundo lugar, punir aqueles que prevaricaram.

Em terceiro lugar, a Igreja, ela própria, foi abalada nos seus alicerces e na sua estrutura, tem que repensar, seguindo naturalmente as reflexões do Papa Francisco, mas também o contributo de atualidade que muitos leigos e muitas pessoas podem dar à Igreja.

A Igreja foi uma referência muito grande ao longo de muito tempo. Ainda não há muitos anos, representou muito mais do que aquilo que se poderia imaginar.

Quando lhe falavam no Vaticano, Stalin perguntava ironicamente quantos batalhões tinham o Vaticano?

O Vaticano e a Igreja não precisaram de batalhões para ajudar a derrubar o comunismo e a ditadura comunista a partir da Polónia, e da Alemanha de Leste.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado António Lima (BE): Onde isto já vai...!

O Orador: A Igreja teve um papel crucial em trazer liberdade aos povos oprimidos pelas ditaduras comunistas, como teve um papel crucial a defender os abusos das ditaduras fascistas. E, portanto, não podemos agora obliterar tudo isto, em função daquilo que aconteceu e que é grave, gravíssimo, mas que não pode deixar de salientar aquilo que a Igreja também faz de bem aqui na nossa terra, auxiliando as nossas instituições de solidariedade social, auxiliando aqueles que precisam. E é por isso também que a Igreja não merecia que dentro dela tivesse havido quem prevaricasse desta forma hedionda.

O Bispo dos Açores...

Vice-Presidente do Governo (Artur Lima): O Bispo de Angra.

O Orador: O Bispo de Angra e Ilhas dos Açores esteve bem.

A decisão que tomou recentemente foi clara e linear para defender aquele que é o interesse da Igreja, mas acima de tudo, os interesses das vítimas que têm de ser ajudadas.

Nesse sentido, fica aqui uma palavra de reconhecimento do Governo por esta ação do Bispo de Angra e Ilhas dos Açores, bem como de acompanhamento em tudo o que for necessário para apoiar as vítimas e julgar os infratores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Isto é uma intervenção surrealista! Misturar pedofilia com comunismo é uma coisa que não lembra ao Menino Jesus!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No seguimento desta declaração política da Representação Parlamentar do PAN, em nome do Bloco de Esquerda, não posso deixar de começar por dizer que o crime de abuso sexual de menores é um crime hediondo que não pode de modo algum ser tolerado, ocultado e tem que ter, em todas as circunstâncias, a devida punição.

O trabalho que fez a Comissão Independente sobre os abusos sexuais na Igreja Católica é um trabalho muitíssimo importante que trouxe ao de cima um conjunto de dados e de relatos verdadeiramente chocantes que embora se suspeitasse e já existissem naturalmente alguns relatos e informações da existência destes abusos – até pela realidade conhecida noutros países e a dimensão da mesma – julgo que a todos chocou a crueza e a monstruosidades desses crimes. E esse trabalho não pode ficar sem consequência e diria também que não pode ficar sem continuidade.

Em primeiro lugar, como é óbvio, a proteção das vítimas, o apoio que lhes deve ser dado, naturalmente com a responsabilidade da Igreja, mas de toda a

sociedade e do Estado porque este também tem que ter aqui a sua responsabilidade e nós todos como sociedade, a sua devida indemnização e a investigação de todos os abusadores para os quais não pode, como é claro, haver tolerância absolutamente alguma, sejam os abusadores ou quem ocultou, quem escondeu, quem virou a cara a estes crimes.

É obviamente preocupante, quando ainda ouvimos quem nega e quem não tem - diria eu - pelo menos a sensibilidade, para não dizer outra coisa, de que é preciso acima de tudo, proteger as vítimas e usar todas as medidas para o fazer.

Neste sentido, a decisão tomada por duas dioceses - Angra e Évora - de suspender (os padres) preventivamente, é a decisão correta, é mais do que correta, é a única que neste momento é aceitável. É preciso proteger, acima de tudo, as vítimas, investigar e tomar as devidas consequências. E, acima de tudo, robustecer as instituições, o Estado e a Igreja Católica que naturalmente deve fazer a sua reflexão e a mudança interna que permitirá, ou deveria permitir, evitar que estes crimes se repitam alguma vez.

Essa prevenção para o futuro - também diria eu - faz parte deste trabalho de continuidade que é preciso continuar a fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Esta Declaração Política do PAN aborda uma questão que pertence à atualidade e que nos deve preocupar a todos, porque embora esteja a ser discutida no atual contexto, é uma questão que nas últimas décadas tem sido discutida em todo o mundo.

Eu como católico, e em relação ao nosso povo que é maioritariamente católico, sendo a Igreja uma instituição tão influente na nossa sociedade e tão

reconhecida, é para nós todos chocante aquilo que aconteceu. Mas eu considero que é muito importante que não exista qualquer tipo de dúvida de que os pedófilos, aqueles que praticaram estes atos horríveis, deve-lhes cair em cima todo o peso da lei.

Em segundo lugar, que essa responsabilidade também seja assacada a quem ajudou a ocultar estes abusos, não só os que os praticaram, mas também quem os ocultou.

Para mim, certamente para a maior parte das pessoas, são igualmente culpados desta situação.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

O Orador: Quero, também, dizer que acredito na capacidade na capacidade de regeneração da Igreja – acredito. Já o fizemos em muitos períodos anteriores – esta é uma instituição que tem 2 mil anos. Já tivemos a Inquisição, as Cruzadas e outros episódios que não dignificaram a Igreja. Mas a Igreja continuou, persistiu, regenerou-se e tem um papel importantíssimo no apoio aos mais desfavorecidos, no apoio a tantos setores da nossa sociedade, a quem durante todos estes séculos prestou um grande apoio.

Sem Igreja Católica, o apoio social que tem sido dado na nossa Região, e em todo o mundo, não teria a projeção que teve. Tem um papel importantíssimo, continua a ter. A maior parte dos seus membros, a esmagadora maioria dos seus membros, não são responsáveis por estes atos. Agora, quem os praticou quem os ocultou, tem que ser responsabilizado. E as vítimas que têm um papel importantíssimo, têm que ser apoiadas não apenas com pedido desculpas. Mas também com o apoio efetivo, com o cuidado efetivo de proteger estas vítimas.

Eu digo-vos uma coisa, tenho uma história de vida, fui seminarista durante seis anos. E nunca observei nenhum destes atos.

Não foi generalizado, não foi algo que acontecesse de forma generalizada. São casos que têm responsáveis que praticaram esses atos, responsáveis que os

ocultaram e que têm que ser penalizados por isso. Têm que ser penalizados dentro da organização da Igreja e também junto da sociedade civil com as nossas leis e com todo o rigor da lei. Mas quero terminar com isto, dizendo que acredito no poder da regeneração da fé. Acredito que o Novo Evangelho tem uma mensagem importante que persiste e vai persistir, que é a proteção aos mais desfavorecidos como as crianças, por exemplo, àqueles que estão mais desprotegidos - não é desfavorecidos e sim desprotegidos. É nessa mensagem que nos temos que centrar. É nessa mensagem de regeneração e obviamente de responsabilização de quem praticou estes atos e de apoio às vítimas que foram alvo destas violências.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu de vez em quando atrapalho-me, porque não estou habituado a ouvir chamarem-me Nuno Almeida e Sousa. Mas o Sr. Deputado João Vasco Costa é daqueles que mantém a velha tradição. Ouvi atentamente o Sr. Deputado Pedro Neves que nos trouxe aqui uma reflexão que nos trouxe aqui que me parece importante e interessante ser feita e que vindo do agnóstico como ele próprio se assume, ainda nos deverá fazer refletir de forma mais – diria – efusiva, dedicada e racional sobre aqueles que têm sido os comportamentos no seio da Igreja Católica nos últimos anos, relativamente a esses casos que todos nós sabemos - não são de agora - alguns deles, são já bastante antigos, repetidamente recorrentes, e que a Igreja, enquanto instituição foi deixando, andar. Sobre esta declaração política do Sr. Deputado Pedro Neves, vou fazer aqui um paralelismo com as nossas resoluções -pontos resolutivos -

que muitas vezes aprovamos nos parecem bastante importantes, sem concordarmos com a nota preambular.

O que é eu quero dizer com isto?

Que não me revejo em todas as palavras que ali disse o Sr. Deputado, mas revejo-me claramente nesta condenação de atitudes e obviamente também não vou entrar na bajulação nem claramente num regozijo pela atitude do Sr. Bispo de Angra, porque acho que ainda é capaz de ser cedo para nos vangloriarmos da atitude de Sua Excelência Reverendíssima...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Não, não é!

O Orador: ... se bem que é já um bom princípio de atitude. Mas *longos dias têm 100 anos,* vamos com calma.

Não de propósito, nesta 2ª. quinta-feira da Quaresma, permitam-me que cite o Livro de Jeremias:

“Maldito homem que confia no homem e faz consistir a sua força na carne humana enquanto o seu coração se afasta do Senhor”. Foi isto que foi acontecendo ao longo de gerações e gerações de crianças, jovens, mulheres abusadas no seio da Igreja Católica Portuguesa, no seio da Igreja Católica por todo o mundo.

Os homens de Deus muitas vezes não leem aquilo que nos trazem os profetas, aquilo que são os evangelhos, aquilo que são os ensinamentos da palavra de Deus.

Nesse sentido, apelo a todos aqueles que ainda têm alguma fé, aos que acreditam, que revisitem, como eu faço todos os dias, estas leituras e estes evangelhos, para que possamos daí tirar ensinamentos. Todos os dias há um ensinamento. Bastou-me abrir a aplicação para encontrar este ensinamento que agora citei.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Igreja Católica vai-se regenerar, não por uma questão de fé, mas porque ela

tem estes ensinamentos há mais de dois mil anos.

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para encerrar esta Declaração Política tem palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acho que já foi tudo dito quer pelo PAN, como por todos os partidos e pelo próprio Governo. Mas também gostava de responder ao Sr. Deputado Nuno Barata com outra citação feita pelo Sêneca:

“Maior sou e para maiores coisas nasci do que para ser escravo da minha carne”.

Se à partida, nós decidirmos que queremos ir pela via espiritual e, neste caso, para ser padre, devíamos ouvir também esta citação.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma Declaração Política tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila do Partido Socialista.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As pescas atravessam momentos que causam grande apreensão por parte de todos os parceiros desta fileira, quer por inação, quer, sobretudo, por falta de estratégia.

Este Governo, neste sector, apresentou-se no início da legislatura como reformador, apontando diversas intenções, nomeadamente no Fundopesca, nos Contratos de Trabalho e na Fiscalização.

O certo é que está tudo na mesma. Não surgem alterações, como também não se conhecem intenções para o fazer.

Por outro lado, perante este surto inflacionista, nomeadamente no que respeita aos fatores de produção, o Governo assobia para o lado e nada faz.

Deputado Flávio Soares (PSD): Não apoiado!

O Orador: Falta pagar o denominado Posei Pescas, em dívida já há 2 anos, não sendo conhecida, por parte dos pescadores, qualquer calendarização para a sua liquidação.

As indemnizações pelos abates de embarcações estão atrasadas, tal como o gasóleo pescas.

A Resolução aprovada neste Parlamento, por unanimidade, em setembro do ano passado, para o apoio extraordinário ao rendimento dos pescadores, não há maneira de ver a luz do dia.

Quando este Governo aposta em aumentar as reservas marinhas do objetivo de 15% para 30% até ao final do corrente ano, sem o devido conhecimento dos pescadores, esta tarefa tem tanto de difícil como de inconsciente. Mas, na prática, o que se verifica é a sua incapacidade de fortalecer a fiscalização do mar dos Açores. Duplica-se a área protegida, mas não se consegue fiscalizar a área existente.

O nosso povo define isto como “andar com o carro à frente dos bois”.

A formação está um desastre. São feitos pequenos cursos que não capacitam os pescadores nem lhes atribui a escolaridade mínima, o que tem muito a ver com o abandono da Rede Valorizar. Assim, os pescadores que pretendem matricular-se nas embarcações, apenas obtêm autorizações de embarque de um ano. Com a falta de mão-de-obra sentida no sector, esta situação é confrangedora.

Há pouco, antes de vir para aqui, tivemos conhecimento que dois jovens têm de abandonar hoje mesmo a sua atividade, porque andam a ser empurrados de um lado para o outro e não conseguem obter a sua certificação.

A gestão das quotas tem sido uma tragédia.

A Recomendação do Conselho Internacional para a Exploração do Mar (ICES), sobre espécies de profundidade, determinou um corte de 22% na quota do goraz para os Açores. Tal recomendação, pouco abonatória para o setor das pescas, era justificada pela falta de dados que deveriam ter sido apresentados pela Região Autónoma dos Açores para a avaliação do estado deste recurso no mar dos Açores.

Perante a ausência de dados, e essa responsabilidade era deste Governo e desta Secretaria Regional, os pescadores, através dos seus representantes, as associações e a Federação de Pescas dos Açores, deitaram mãos à obra e tiveram de explicar junto da Secretaria de Estado, do ICES e das instituições comunitárias que os profissionais da pesca não tinham culpa nenhuma pelo facto da tutela das pescas dos Açores ter falhado, irresponsavelmente, nomeadamente no fornecimento de dados, cuja consequência seria a imediata redução de mais de 22% da quota daquela espécie que é, nem mais nem menos, a mais valorizada nos Açores.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: É legítimo o desconforto do setor associativo e da Federação das Pescas dos Açores que não têm qualquer responsabilidade num compromisso que deveria ter sido honrado pelo Governo Regional. Compreende-se, por isso, todas as diligências efetuadas pela Federação para reverter aquela Recomendação.

Mais difícil de compreender é a postura do Governo dos Açores que, perante uma situação tão delicada, quando não estão assegurados os procedimentos básicos para a garantia de uma exploração sustentável do goraz, veio reclamar uma “conquista”, que não foi mais do que uma prorrogação por mais 6 meses, tempo dado para o Governo fazer o que deve ser feito, ou seja, fornecer os dados. Caso tal não aconteça, teremos problemas novamente.

Também se constata que relativamente aos Beryx (Imperadores e Alfonsins), espécies de profundidade também avaliada pelo ICES, em que a Recomendação também propunha um corte de 20% e apesar de todas as diligências da Federação, o desfecho na decisão não foi o mesmo que o do Goraz.

No caso dos Beryx, os Açores conquistaram a gestão de 85% da quota nacional (123,25ton de145ton) no anterior governo. Agora a RAA será penalizada em cerca de 25 toneladas, também por falta de dados com a qual a Comissão desta vez não condescendeu.

Esta redução significa uma quebra de rendimentos em cerca de 2 milhões de euros.

A gestão das quotas de outras espécies foram, no ano passado, um autêntico martírio. Quotas ultrapassadas frequentemente, ajustadas depois para serem ultrapassadas novamente.

A esta fase atribulada das pescas dos Açores, não será estranho o afastamento que a tutela promove relativamente à ciência, não sabemos se por convicção ou se por inércia, ciência que, como se viu e se está a ver, é fundamental para a sustentabilidade do sector, nomeadamente na gestão dos recursos.

A Secretaria promove, também, atropelos aos próprios regulamentos dos portos de pesca, alterando-os sem consultar os parceiros, criando constrangimento nas operações.

A Secretaria do Mar e Pescas também voltou as costas às associações representativas dos pescadores. Os contatos são inexistentes, pelo menos com muitas delas, o que não deixa também de ser estranho, primeiro porque estas entidades têm muitas competências delegadas e, depois, porque são parceiras que devem ser tidas em conta na decisão.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: Depois temos as trapalhadas da Escola do Mar.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ah, já estava a sentir falta!

O Orador: Cinco administrações em pouco mais de dois anos de mandato é obra que não pode orgulhar o Secretário Regional. Estamos ao ritmo de uma administração de 6 em 6 meses. A última só durou 3 meses...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Alguns até são em 24 horas!

O Orador: Até parece que no pelotão, o Secretário Regional é o único que marcha certo.

Por fim, a demissão da administração da Lotação sem uma aparente justificação, para além das diversas tentativas de ingerência que são conhecidas no meio. Esta empresa é, e sempre foi, fundamental na gestão do sector, mas a tutela passou meses sem “passar cartão” aos seus órgãos sociais.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: Governar não é isto, Srs. Deputados. Governar é muito mais.

Governar é ficar com o mérito daquilo que corre bem, sim senhor, mas também responsabilizar-se por aquilo que corre mal. E isso esta Secretaria não sabe o que é.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Até parece!

O Orador: Governar não é arranjar problemas. Governar arranjar soluções para os problemas.

Usando a linguagem da pesca, é caso para dizer que os problemas abundam e as soluções escasseiam.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: Fazemos esta Declaração Política, porque entendemos que os pescadores dos Açores, os homens e as mulheres que fazem do mar o seu ganha-pão, precisam que se olhe para o sector de uma forma integrada e muito mais cuidadosa.

Os pescadores dos Açores não podem continuar a ser ignorados.

Os pescadores dos Açores merecem muito mais atenção.

Da nossa parte, vamos continuar por aqui a fiscalizar a ação do Governo neste importante sector das exportações dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito anzol e pouca isca!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): A rede foi atirada, mas não há peixe!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Diz o Sr. Deputado que vamos continuar por aqui. Nós também vamos continuar por aqui.

Eu considero que é fundamental que se continue por aqui para fazer aquilo que se está a fazer.

Diz-me V. Exa. “e o setor conserveiro? Está tudo na mesma”. Foram estas as suas palavras. Não, não está tudo na mesma.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Pois não, está pior!

O Orador: Vai ser inaugurada dentro de poucos dias uma fábrica no Pico que os senhores deixaram fechar e destruíram o setor conserveiro no Pico!

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Não está tudo na mesma, Sr. Deputado! Já não está!

E a St^a. Catarina...? 2,5 milhões de prejuízo por ano! Esse problema também já está resolvido e não está *tudo na mesma*, Sr. Deputado, está muito melhor e foi resolvido graças a este Governo e graças à gestão destas coisas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E os rendimentos dos trabalhadores que têm vindo a aumentar e que a própria classe reconhece?

Deputado Carlos Freitas (PSD): Exatamente!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E a forma como se está a escoar o peixe e a tonelagem que é exportada tem vindo a aumentar significativamente em relação aos preços que estão a ser praticados? E o rendimento dos pescadores está a subir em todas as ilhas? - é um dado inegável!

Ó Sr. Deputado, não está tudo na mesma, está melhor, quando se aumenta o rendimento dos pescadores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Diz V. Exa. também que na Lotaçor está tudo pior.

Deputado José Ávila (PS): Eu não disse isso!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ele não disse nada disso, Sr. Deputado! O senhor não ouviu bem!

O Orador: Agora é só comentários de que foi uma administração magnífica que melhorou os resultados todos.

Então esses resultados foram aqueles que estavam a ser alcançados até há 2 ou 3 dias! Não sei como é que V. Exa. agora diz exatamente o contrário do que o Partido Socialista estava a dizer anteriormente. Então os resultados eram bons e só deixaram de ser bons, quando a atual administração deixou de exercer funções.

Mas vou-lhe dizer uma coisa, também na Lotaçor, é um ambiente de apoio ao Governo.

E sabe porquê, Sr. Deputado?

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é a versão?

O Orador: Porque a empresa, os trabalhadores da Lotaçor foram abandonados por Governo do Partido Socialista e tiveram o melhor aumento salarial dos últimos 16 anos, Sr. Deputado.

Não estão descontentes, não está pior, não está tudo na mesma!

Estão melhor, Sr. Deputado!

Deputado Paulo Gomes (PSD): O maior aumento de sempre!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito melhor!

O Orador: E a Escola do Ma, Sr. Deputado? Que não tinha sequer os cursos certificados?! Que não estava certificada para exercer a sua função?

V. Exas. tiveram durante muitos anos administradores que administravam o quê...?! O ar...! Porque a instituição nem sequer estava criada, o edifício nem sequer existia.

Tinham administradores lá sem cursos, sem edifício, sem nada a funcionar!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Mário Tomé (PS): E arrais de pesca? Zero!

O Orador: Agora, veja as notícias, são os próprios, as pessoas

Que participam nos cursos, os pescadores, os investigadores que fazem lá as suas palestras e que utilizam as instalações, as diversas entidades que estão a utilizar a Escola do Mar e estão a colaborar com ela, que dizem que esta Escola nunca teve uma atividade tão grande e que está a dar uma resposta tão efetiva. E digo-lhe outra coisa: nunca foram realizados tantos cursos na Escola do Mar e tantas certificações.

A Escola do Mar está a cumprir o seu papel. Basta olhar para os números que são absolutamente esmagadores, nem sequer têm termo de comparação com os vossos que eram absolutamente inexistentes, Sr. Deputado!

Em relação à escolaridade – deixo o anúncio para o Sr. Secretário – mas aí também temos boas notícias e muitas outras boas notícias também em vários setores. Muito mais havia para dizer, no entanto não me vou alongar mais, pois quero guardar algum tempo para a Declaração Política do PSD. Mas em relação às áreas protegidas, V. Exa., pelos vistos, não nos acompanha, porque não quer mais áreas protegidas, ou seja, o Partido Socialista não acompanha a ambição deste Governo de criar a maior área protegida da Europa e V. Exa. está contra, mas nós queremos proteger o ecossistema, queremos proteger o ambiente.

Deputado Mário Tomé (PS): Não é isso!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado, não há nenhum dos itens que V. Exa. tenha indicado em que a situação esteja na mesma ou esteja pior. Está melhor, muito melhor e há uma coisa que também lhe posso dizer: não há gruas deitadas ao lixo, Sr. Deputado, porque nós fomos lá buscá-las e recuperámos essas gruas!!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito melhor!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Uma vergonha!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

(Neste momento, o Sr. Presidente reocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo: Esta Declaração Política trazida pelo Partido Socialista, através do Sr. Deputado José Ávila, é importante e traz-nos um tema que merece efetivamente o debate, pela sua especificidade e pela sua importância para a economia regional que se reflita sobre o caminho que está a seguir.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda já o fez, também sob a forma de declaração política e tem tido uma atenção, através da fiscalização política, nomeadamente pela entrega de requerimentos ao Governo com diversas questões sobre essa matéria, uma atuação vigilante tentando muitas vezes perceber o conjunto de contradições, ausência de informação, propaganda - muitas vezes é isso que o Governo produz, mas que não se consubstancia em nenhuma política concreta que dê um sinal para onde é que o Governo pretende

que este setor caminhe. E essa é a nossa principal preocupação, isto é, que efetivamente a pesca nos Açores, com este Governo, não tem rumo, está à deriva...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não está, não!

O Orador: ...está *de motor avariado*.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para si está tudo avariado!

O Orador: Qualquer pescador sabe que o pior pesadelo que pode ter quando está no mar, é ter o motor avariado, principalmente em quando estamos a atravessar uma tempestade como esta que atravessamos ao nível da economia. E já lá vou a alguns aspetos - porque não tenho naturalmente tempo para todos - que nos preocupam, não sem antes dizer que sempre que se fala de pescas, o Sr. Deputado Paulo Estêvão esquece-se e confunde os setores. Fala de conserveiras, quando o tema é pescas.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não assistiu à intervenção? Não estava aqui?

O Orador: Para o Sr. Deputado Paulo Estêvão, as pescas fazem-se numa fábrica a enlatar atum.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Paulo Estêvão:

O senhor poderá ter muitos cognomes, mas o de *pescador* não será de certeza, porque de pesca o senhor não fala, limita-se a falar de atum em lata. Não é disso que se trata, não é disso que nós devemos falar numa declaração política.

O Sr. Deputado refere, na defesa do seu Secretário, que tudo está bem, que a gestão do setor *vai de vento em popa*. Mas o que é curioso é que ainda há dias, o seu Governo demitiu a administração da empresa mais importante no setor das pescas.

Então se tudo está bem, porque é que demitiu a administração?

Deputada Ana Luís (PS): Diga lá porque é que foi!

Deputado Nuno Barata (IL): Para ficar melhor!

O Orador: Essa é uma dúvida que o Sr. Deputado e o Sr. Secretário das Pescas têm de responder, pois não *bate a bota com a perdigota*.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu não disse que estava tudo bem!

O Orador: Ou está bem e quem está a trabalhar, está a fazer um bom trabalho ou, então, alguma coisa está mal e os senhores têm que explicar.

De facto, infelizmente nem tudo está bem e não está bem não é, por aquilo que vemos, essencialmente nas empresas públicas, é no próprio Governo e na gestão que este e a Direção Regional das Pescas têm feito no setor.

Já por diversas vezes nós colocámos questões sobre esta matéria, sobre a gestão dos recursos.

Vimos no início da Legislatura o Governo a permitir que se ultrapassassem as quotas que são definidas pela própria Região. Ainda este verão tivemos um descontrolo na pesca do atum patudo em que o Governo permitiu que se esgotasse a quota, ao invés de gerir melhor o recurso para que ele gerasse efetivamente mais rendimento.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

O Orador: Nós vemos que o Governo não acautelou a existência de dados que precavessem e impedissem o corte de quota que tivemos. E essa falta de dados, essa falta de investimento, essa falta de atenção, essa falta de competência na gestão do setor, pode ter consequências nos recursos e pode ter consequências efetivamente nas cotas a que a Região tem direito.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os contratos que lá deixaram!

O Orador: E isso terá consequências económicas também sérias e importantes. É evidente que o preço do pescado está a subir.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Porque está a ser escoado!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Ah, vá lá!

Deputado José Pacheco (CH): E votou contra!

O Orador: Sr. Deputado Paulo Estêvão, está tudo a subir. Diga-me alguma coisa que não esteja a ficar mais cara?! O problema também é que as pessoas não conseguem comprar e este Governo, sobre essa matéria, também nada faz. Ou seja, não é o pescador que fica com a maior parte desse aumento. É que na prateleira do supermercado, o peixe não se vende ao preço que o pescador leva para casa. E, já agora, não é a maior parte dos pescadores que leva o rendimento que consta daqueles dados que aparecem na estatística.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Os pescadores levam uma pequena parte desse rendimento, porque efetivamente a maior parte deles vive mal e com (muito) pouco salário. E para esse problema, o Governo não tem solução, nem sequer a alteração do Fundo Pesca, por diversas

vezes anunciada - e nunca apresentada - o Grupo Parlamentar do PSD, ou o Governo apresentaram.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E o problema é do Governo?!

Secretário Regional do Mar e Pescas (Manuel São João): Só vão alguns dias ao mar e depois querem o rendimento social de inserção!

Deputado Berto Messias (PS): O PPM não *pesca*, nada! Pelo amor de Deus!

Presidente: A Mesa aguarda inscrições.

Sr. Deputado Rui Martins, tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

O Partido Socialista e o Sr. Deputado José Ávila trouxeram-nos aqui uma declaração política acerca de um setor que é, obviamente, um setor primário da Região e um setor extrativo de enorme importância, não fosse – obviamente - a

nossa condição arquipelágica e tendo nós um mar tão rico como o que temos à nossa volta.

Devo começar por dizer que o Sr. Deputado José Ávila e o Partido Socialista vêm fazer gáudio daquilo que foi uma Resolução aprovada nesta Casa que visava fazer uma compensação extraordinária aos pescadores, através do Fundo Pesca. E deram a entender na realidade, que tinham proposto mais um pagamento extraordinário – sensivelmente um salário mínimo - a todos os profissionais do setor, ou melhor, a todos os ativos do setor...

Deputado Mário Tomé (PS): Não senhor, não foi isso!

O Orador: ... quando na realidade sabem que é muito mais complexo do que esta ideia simplista, porque aquilo que foi aprovado, obriga a uma quantificação daquilo que foi efetivamente a perda de rendimento nos diversos setores e também não pode passar ao lado daquilo que se falou na altura da questão da pesca da lula que foi um setor que teve o ano passado um rendimento superior a 5 milhões de euros.

Portanto, é preciso nós também termos em conta o que é que estamos a compensar e em que medida e as coisas têm que ser feitas na justa medida, porque, como bem sabemos, o Fundo Pesca não pode ser usado única e exclusivamente, como era no passado, mas eu já lá vou.

Depois vem falar na questão das quotas. E sobre isso, devo dizer, Sr. Deputado José Ávila que, como bem sabe, a questão da quota do goraz primeiro as quotas são bianuais, logo a quota que havia no biénio anterior manteve-se, isto é, as 600 toneladas do biénio anterior mantiveram-se para este biénio. Foi a própria Comissão Europeia que deu essa confiança a esta Secretaria para manter a quota, com o compromisso desta Secretaria e deste Governo Regional apresentarem novos dados até junho.

Quanto à questão dos dados, vamos lá falar também dessa questão e vamos saber porque é que não foram fornecidos os dados? – também é importante saber.

O Sr. Deputado sabe muito bem que os protocolos que foram assinados pelos sucessivos Governo do Partido Socialista com a Universidade dos Açores e com os centros de investigação também não foram cumpridos. Ou seja, não houve produção de dados, porque os dados não existiam na Secretaria e não foram enviados à Comunidade Europeia.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Parece-me que estamos aqui a falar de assuntos muito importantes, por isso, *nem tanto ao mar nem tanto à terra*. É importante também ver quais é que são as condicionantes.

Todos nós sabemos dos problemas que houve com a operação do Arquipélago que foi também mais uma herança...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Uma herança pesada!

O Orador: ... que este Governo teve que levar com ela, porque o problema laboral não foi resolvido, o próprio navio está em más condições aliás, esteve em reparação e está agora a vir para a Região para se poderem fazer os cruzeiros de investigação.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Ou seja, isto são tudo condicionantes que levaram a que houvesse um atraso no fornecimento de dados, mas que levaram efetivamente a Comissão

Europeia a poder dar um voto de confiança a este Governo Regional e a esta Secretaria. E relativamente a essa quota, o senhor sabe muito bem que ela e manteve e não é sério vir assustar o setor, dizendo que agora vamos ter reduções drásticas na quota do goraz.

Relativamente à quota dos Beryx, digamos, o Sr. Deputado José Ávila sabe muito bem – até melhor do que eu – e o Sr. Deputado Mário Tomé também, até porque são os dois os mais vocais dentro do Partido Socialista nesta área das pescas, que a descida da quota dos Beryx é algo que se verifica há anos e anos consecutivamente. É uma descida que esta quota tem vindo a ter paulatinamente. Não é algo novo, ou seja, isto não aconteceu nestes 2 anos de governação, não tem qualquer relação direta com uma falta de prestação de dados ou de informação. Tem a ver exatamente com aquilo que também são os métodos de cálculo e obviamente com um histórico de descargas e tem havido consecutivamente uma redução nessas quotas que obviamente é algo que nos preocupa. E tem a ver também com a própria espécie, a sua longevidade esperança de vida, que são tudo fatores muito importantes e que obviamente devem ser sempre auxiliados por conhecimento científico. É isso que tem acontecido e é por isso que há essa descida das quotas. Vou ter que abreviar, porque já estou a consumir muito tempo.

Quanto à Escola do Mar, é mais uma herança. Este Governo herdou um edifício e uns estatutos que até estavam bem feitos – concedo essa benesse ao Partido Socialista, mas na realidade, sobre a entidade formadora...zero; certificação STCW... zero; certificação ISSO... zero. Ou seja, isto é uma escola? Não é uma escola, é um edifício.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Muito me entristece, porque é na minha ilha que esse edifício está! Devo-lhe também dizer que o Fundo Pesca do Partido Socialista deve ter servido para pagar aquela que foi a administração que os senhores meteram. Quando havia um curso que foi a origem até da necessidade de haver uma escola do mar, que seria sediada aqui na Escola da Horta, o que os senhores fizeram foi fechar o curso, nomear um administrador para uma comissão instaladora que é um colega seu bem conhecido daqui da nossa ilha...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Anos e anos!

O Orador: ... e se calhar o Fundo Pesca só serviu para lhe pagar o salário dele enquanto esteve anos e anos sem fazer nada!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Isso! Isso!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Mais nada!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Anos e anos! Nada, Zero!

Não havia conflitos na administração, porque não havia nada para fazer, portanto não havia nada a discordar!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Para acabar – termino já Sr. Presidente – sobre a formação dos ativos há muito trabalho a fazer. É um trabalho contínuo, este Governo tem trabalhado a Direção Regional do Emprego e da Qualificação Profissional para se encontrar programas atrativos, porque é preciso qualificar os profissionais. E o Partido Socialista só no último mandato em que esteve em funções é que na verdade acordou para esta realidade. E aí, concedo, efetivamente houve uma aposta nos ativos do setor, mas estamos ainda muito longe, infelizmente, de ter

um setor profissionalizado. E a responsabilidade do Partido Socialista na falta de profissionalização do setor é equivalente e proporcional ao tempo efetivo de governação que os senhores tiveram, face a este Governo.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Já chega!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Traz-nos o Partido Socialista uma Declaração Política sobre um setor, não diria insipiente, mas mais do que incipiente da nossa economia, mas que tem relevante importância na medida em que grande parte da sua produção se reflete em exportações e grande parte da sua atividade absorve bastante mão-de-obra em, diria, zonas deprimidas da nossa da nossa Região. E nesse sentido, sendo incipiente do ponto de vista do produto interno bruto, é bastante importante do ponto de vista social. Mas, como ainda há pouco disse, *longos dias têm 100 anos* e penso que foi o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, quem aqui há uns meses lembrou um ditado popular que diz “não se gaba o boi enquanto não subir o pisão”, ou “não se gabe o boi antes de subir o arrebetão”. É assim que o povo diz.

Fazer aqui um grande elogio à nova Fábrica da CONSERAN e ao facto de abranger 300 ou 400 postos de trabalho, eu devo lembrar que foi o próprio José

Maria Freitas - empreendedor da CONSERAN que em 29 de setembro se manifestou preocupado com a falta de mão-de-obra na ilha do Pico.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Já está resolvido!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Resolvemos.

O problema era o desemprego...

O Orador: Basta ir ao Pico para perceber que se construiu uma fábrica naquela ilha, por empreendimento dum investidor privado, mas com o apoio do Governo Regional dos Açores, sem que houvesse mão-de-obra para fazer aquela fábrica funcionar.

Sobre a indústria de conservas, também já me viram aqui dizer várias vezes e vou repetir, é uma indústria que não tem mão-de-obra - houve uma altura em que ainda era importante pela mão-de-obra que absorvia, mas perdeu essa mão de obra - não tem matéria-prima, a lata não é produzida aqui, o rótulo não é produzido aqui, a cola para colar o rótulo não é produzida aqui, o azeite não é produzido aqui, o sal não é produzido aqui.

Pergunto eu: qual é a importância que esta indústria tem para a Região Autónoma dos Açores?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): É fechar!

O Orador: No passado tinha uma importância enorme, porque absorvia mão-de-obra. Agora, neste momento, qual é a importância que tem?

Tem alguma importância, no sentido em que permite a importação de matéria-prima barata de outras origens e dar-lhe valor acrescentado, utilizando para isso a marca que o nome dos Açores

Atingiu.

Quanto às quotas dos Beryx - ou alfonsim e imperador para quem está lá em casa e não conhece os nomes científicos - é importante perceber que houve aqui um trajeto que prejudicou os Açores, que vem do passado, é um facto, mas nós

não podemos também passar a vida a olhar para o passado e para a mochila pesada que vem do passado e não nos libertarmos das pedras que estão nessa mochila.

Os números do alfonsim e do imperador foram atribuídos a nível nacional - a quota é nacional não é uma quota regional. E este é o grande problema aqui, ou seja, não houve habilidade no passado de impor que essa quota fosse regional e que fosse gerida localmente.

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Com a agravante de que foram os Açores que contribuíram com o maior histórico para a atribuição dessa quota a nível nacional. E aí fomos prejudicados a nível nacional, porque nos usurparam o histórico dessa quota e isto é preciso que se diga, pois é sempre bom lembrar aqui na Casa da Autonomia que o centralismo nos prejudica e, sempre que pode, usa os nossos potenciais para se servir e para servir outras frotas.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados Regionais, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente:

A Declaração Política, trazida hoje pelo Partido Socialista, não é mais do que uma declaração que demonstra o quanto estão equivocados. Porque vir aqui dizer que agora nas pescas é que está tudo mal é realmente considerado quase como uma falácia.

Digo isto, porque no passado nós tínhamos claramente um governo diferente.

Deputado Carlos Silva (PS): Tínhamos um governo!

O Orador: Tínhamos um governo de grandes planos, de grandes promessas, mas muito poucas concretizações. E esta realidade mudou com este Governo. O

Governo promete menos, mas cumpre mais do que os senhores faziam no passado recente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Lembro-me, ainda, de um grande plano, melhor pesca, melhor rendimento.

Prometiam uma reestruturação do setor, porque havia embarcações a mais.

Deputado Berto Messias (PS): Melhor pesca!

O Orador: Relembro quem é que no passado dotou esta Região de embarcações e mais embarcações que levou ao início daquilo que estamos a assistir na atualidade!

Foi o Governo socialista permitiu que isto acontecesse no presente!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Vêm também falar dos contratos de trabalho.

Na altura, prometiam aos pescadores 150 € - era o que prometiam os senhores nos contratos de trabalho, mas o que aconteceu foi exatamente o que acontecia na maioria das medidas - nada aconteceu com os contratos de trabalho.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Freitas (PSD): É verdade.

O Orador: Prometeram também outra grande medida que era a “mobilidade

dos pescadores”, outra grande medida do Governo socialista. E o que aconteceu à mobilidade”?! Nada!!

Realmente tínhamos um governo de grandes promessas. Prometiam!

O Sr. Deputado José Ávila também veio falar do POSEI que ainda não pagámos.

Desde 2016, quais foram os anos que foram pagos?

Onde é que estive o Partido Socialista em 2014, 2015, 2016?!

Alertaram para essa situação?! Não, nada!! Porquê?!

Porque punham os interesses do partido em vez dos interesses dos pescadores!!

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Vais ficar sem o Miramar!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): Jaime, não vais ter razão por falar mais alto.

O Orador: Mas mais.

O Governo socialista há-de dizer que este Governo não fez nada ou fez pouco. Mas posso-vos garantir que este Governo nunca abandonou a manutenção de gruas. Nunca abandonou as máquinas de gelo. Houve gruas nas Lajes do Pico que chegaram - como já foi dito – a cair aos pedaços.

Na Fajã do Ouvidor em S. Jorge, é outro exemplo de abandono. A grua de Vila Franca não funcionava há anos. E o passadiço idem aspas. A iluminação para os pescadores trabalharem no porto de pescas não havia.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Ah, custa ouvir!

Deputado Carlos Silva (PS): Agora é da terra para o mar!

A nova administração é que percebe de pescas!

O Orador: Foram heranças muito, mas muito, pesadas!

Devo dizer, senhores que falam deste Governo, relativamente à formação, em 2022, a Escola do Mar certificou mais de 800 formandos.

Deputado José Ávila (PS): Quais foram os cursos? Cursos de bombeiros?

O Orador: No passado a Escola Mar nem tinha certificação.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Em 2022 tivemos claramente os melhores rendimentos de sempre,

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Não me obriguem a ir buscar recortes de jornais onde em 2016, 2017 e 2018 havia pescadores quase que imploravam, porque queriam rendimentos e não tinham.

Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Os maiores gastos de sempre.

O Orador: Acordo com os chicharros, um problema antigo, o Governo socialista nunca se sentou à mesa.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Este Governo já se sentou e já criou soluções para poder compensar.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Sobre o escoamento do peixe, era uma eternidade. Levavam 2 ou 3 dias para fazê-lo. Na atualidade, e devido a estas novas medidas, o peixe chega

fresco ao ponto de ser mais valorizado.

Deputado Carlos Silva (PS): O Governo agora dá *frescura* ao peixe!

O Orador: Mais uma medida deste Governo Regional!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Para terminar, gostaria de dizer sobre o apoio aos pescadores de que o Partido Socialista fala, que é muito engraçado, porque fomos nós aqui deste lado que sinalizámos que havia problemas na pesca e com o rendimento de alguns pescadores, independentemente da cor política a que pertencemos.

Agora, faço a pergunta: os senhores por acaso tiveram coragem quando estiveram neste lado, para efetivamente noutras alturas virem solicitar apoio aos pescadores, como fizemos com o Governo do PSD? Nunca.

Acima de tudo, isto é uma falta de respeito, passado este tempo todo.

Mesmo para finalizar, sabemos que muito já foi feito na área das pescas, mas não temos dúvidas de que muito há ainda para fazer, devido à herança pesada que os senhores deixaram para este Governo!

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isto é que é verdadeiramente *peixe fresco!*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, dou a palavra ao Sr. Deputado José Ávila para encerrar esta

declaração política.

(Entretanto, o Secretário Regional do Mar e Pescas dá indicação de querer usar da palavra)

Presidente: Peço desculpa, Sr. Secretário, mas tem que se inscrever mais cedo.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas.

Deputado Carlos Silva (PS): Eu acho que o Sr. Secretário não quer falar!

(*) Secretário Regional do Mar e Pescas (Manuel São João): Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, aquilo que o Sr. Deputado José Ávila aqui trouxe em nome do Grupo Parlamentar do PS, é um autêntico libelo acusatório.

Deputado José Ávila (PS): Também não esperava outra coisa, Sr. Secretário!

O Orador: E, nessa medida, sem nenhuma pretensão de querer fugir a qualquer um dos pontos que aqui foram elencados, queremos-nos cingir àqueles que reputamos de mais e maior importância e que demonstram precisamente o contrário de tudo aquilo que o PS aqui trouxe.

Desde logo, e por ser o assunto - penso eu - que os senhores pretendiam ver de alguma maneira aqui mais esmiuçado, ou que teria mais algum apetite em termos políticos, quanto à Lotação, e com muita frontalidade, Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do PS, como todos sabem, é uma importante empresa do setor público empresarial regional. Como tal, aplica-se-lhe o estatuto do gestor público e os seus estatutos. As nomeações são (nomeações) políticas das quais decorre o facto de serem de confiança política e pessoal.

Ora, Sr. Deputado, quebrados alguns elos relativamente a esta confiança, nós tivemos de informar o acionista que tomou a decisão que é de todos conhecida,

ou seja, a destituição da Sra. Presidente e do Sr. Vogal executivo, já que o Vogal não executivo renunciara ao respetivo mandato.

Portanto, entendemos que estes assuntos e os motivos são tratados internamente, como uma empresa do setor público empresarial, regional e, portanto, fechou-se este capítulo que é para nós um assunto encerrado.

Relativamente à pretensão que me é atribuída pelo Sr. Deputado José Ávila de querer sozinho marchar direito... bom, convenhamos que não posso de forma nenhuma aceitar essa figura, porquanto...

(Aparte impercetível do Deputado José Ávila)

O Orador: Ó Sr. Deputado José Ávila, vamos lá ver se nos entendemos. Eu nunca tive necessidade de sair a fugir, correr para dentro do carro, seja no Porto de Rabo de Peixe, seja no de Vila Franca ou em qualquer outro sítio, como já sucedeu como muitos secretários socialistas!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Desde logo, porque o senhor nunca vai lá! Se o senhor aparecesse, nem sequer saia do carro!

Deputado José Ávila (PS): Não indo lá, não há esse perigo!

O Orador: Nunca tive necessidade até hoje...

Deputado José Ávila (PS): Foram os *serviços secretos!*

O Orador: Isso é uma grave ofensa!

Os senhores há dias tiveram o desprante de ir à Ribeira Quente, contactaram com o Delegado de Ilha de S. Miguel, estava marcada uma visita para o dia 28 e, depois, desmarcaram a visita, sendo certo que visitaram a Cooperativa Solidária da Ribeira Quente e desmarcaram com o Delegado de Ilha que tinham convocado anteriormente.

Mas essas ações cabem aos senhores.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E porque é que foi desmarcado?! Seja sério!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Secretário, não ligue aos apartes!

O Orador: Foi-me dito que os senhores desmarcaram, mas não vou entrar em diálogo.

Relativamente a Santa Catarina, foi este Governo que teve de gastar nada mais nada menos do que 22,3 milhões de euros.

Deputado José Ávila (PS): E sobre pesca?

O Orador: Foi quanto este Governo teve que gastar em Santa Catarina, sob pena de quer esta, quer a própria Lotação ficarem comprometidas. Desde 2018, que Santa Catarina não tinha conselho de administração.

Deputado Mário Tomé (PS): Não tinha conselho de administração?

O Orador: E os senhores, iam colocando em risco a sua própria sobrevivência.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Dois milhões e meio por ano!

O Orador: Relativamente às trapalhadas da Escola do Mar, as trapalhadas estão aí à vista de todos. A trapalhada que existe presentemente na perspectiva do PS, é o facto de haver formação e de estar a funcionar a Escola, é o facto de termos tido resultados e que estamos a dar formação.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Basta passar pela Escola do Mar, para se ver que realmente alguma coisa aconteceu. Até o ajardinamento dos exteriores está completamente diferente. Estava ao abandono no tempo em que os senhores lá andaram. Estiveram 12 anos a tentar implementar ali uma escola.

Mais: estão convidados para hoje às 2 horas assistir à inauguração da *Uavision* que é uma importante empresa que se vai estabelecer precisamente nas instalações que foram cedidas pela ADAFMA a esta empresa de *drones* e que é uma aposta muito clara nas pescas.

Além disto, e apesar de ficarem alguns assuntos por responder, não posso resistir àquilo que é dito sobre o goraz.

Os senhores vêm aqui tentar vender a ideia de que nós comprometemos a quota do goraz. Mas os senhores não vieram aqui dizer, nem tentar explicar, ou questionar porque é que os cruzeiros de demersais não foram realizados. Os senhores não vieram aqui com a objetividade necessária...

Deputada Andreia Cardoso (PS): O que não faltou foi *objetividade*.

O Orador: ... dizer que os cruzeiros demersais não foram realizados, que a Universidade não tratou nem forneceu ainda os dados que são necessários e que fomos nós...

Deputado José Ávila (PS): E porquê?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os contratos feitos por V. Exas.!

O Orador: Sabe quanto é que a Direção Regional paga anualmente para o cruzeiro de demersais? São 200 mil euros, Sr. Deputado.

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: E, portanto, nós continuamos a acautelar o interesse das pescas, por mais que isso vos custe, e com os resultados que são de todos conhecidos, que se têm traduzido num aumento e numa valorização (do valor) do pescado dos Açores, como os senhores muito bem sabem e não o querem reconhecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila para encerrar esta Declaração Política.

(*) Deputado José Ávila (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu sinceramente gostei de ouvir o Sr. Deputado Paulo Estêvão...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Ah, quanto a isso, é sempre um gosto!

O Orador: ... porque sempre que ele levanta um pouco mais a voz eu já sei que está a perder (um bocadinho) a razão.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: É uma tática que ele utiliza há muito tempo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor está aí ao fundo, é para ouvir bem!

O Orador: E digo-lhe outra coisa, Sr. Deputado, é que com a genica que o senhor tem, se calhar dava um bom Secretário do Mar e Pescas.

Há outra coisa que também gostaria de lhe dizer, Sr. Deputado. É que quando falamos aqui no setor das pescas, o senhor traz sempre o setor conserveiro e fala sempre em Sta. Catarina. Mas eu queria de lembrar que o Sr. Deputado era contra a privatização da fábrica de Sta. Catarina.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: Era contra a privatização, ou seja, o senhor mudou de opinião e é bom que se mude de opinião.

Deputado Mário Tomé (PS): Exatamente!

O Orador: Relativamente às questões da abundância, eu queria dizer, Sras. e Srs. Deputados que os rendimentos da pesca funcionam por ciclos.

Deputado Mário Tomé e Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: E a verdade é que terminámos um bom ciclo que foi o ciclo do ano passado no que concerne os rendimentos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não nos moldes que queriam fazer isto!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Ah sim, eu sou testemunha!

O Orador: Ó Srs. Deputados, deixem-se disso, porque a gente todos olha para os números, alguns falam sem saber de que números estão a falar, mas isso é outra coisa.

É verdade que no ano passado a pescar gerou rendimento em primeira venda de 40 milhões – é verdade. Mas isso muito à custa do atum e também da lula.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E isso de onde é que veio?! Veio da terra?! Não, veio do mar!

O Orador: Comparado com 2017, há aqui um crescimento enorme nestas duas espécies.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão talvez não saiba, mas o atum e a lula são espécies muito voláteis, isto é, uns anos há e outros não há. Portanto, se em 2022 não houvesse abundância de lula e de atum, teria sido um ano mediano.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Se, se, se... “Se minha avó não morresse, era viva”!

O Orador: Não saber isto, Sr. Deputado, é não perceber nada de pescas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ora muito bem!

O Orador: Bem, relativamente ao Sr. Deputado Jaime Vieira que falou em “falácia”, Sr. Deputado, falácia foi quando o senhor apresentou aqui um Projeto de Resolução e retirou-o, porque o Sr. Secretário nesse dia ia anunciar uma medida para apoiar os pescadores. E esse apoio nunca apareceu senhor! Isso é que é uma falácia!

Deputada Vera Pires (BE): É verdade!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: O senhor retirou o Projeto de Resolução, convencido que o Sr. Secretário ia fazer aquilo tinha prometido e, afinal, o senhor não conseguiu qualquer apoio para os pescadores - essa é que foi a falácia!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor ou foi enganado, ou deixou-se enganar!

O Orador: O Sr. Deputado acha que o Governo está bem? Eu acho que não.

Secretário Regional do Mar e Pescas (Manuel São João): É normal!

O Orador: O Governo, neste momento, precisa duma balsa. E o Sr. Secretário do Mar precisa de umas braçadeiras, senão vai tudo ao fundo.

O senhor talvez nunca precisou de fugir dos portos, é verdade. Mas se calhar é porque vai lá pouco.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, vai lá muito!

O Orador: O Sr. Secretário sabe que nessas marcações de que falou aí - parece que o senhor tem bons *serviços secretos*. Sabe que os Deputados do Partido Socialista frequentemente visitam as associações e visitam os portos de pesca - também é verdade que nunca precisaram de fugir. Mas o que nos dizem lá é que o senhor não aparece. O senhor já está há 2 anos e tal no poder e há associações que ainda não conseguiram falar consigo!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Há o telefone!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Isto é uma tragédia, Sr. Secretário!

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

A APEDA e outras!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é falso!

Diga o nome, Sr. Deputado!

Qual foi a associação?! Diga o nome!

O Orador: Nós apresentámos esta Declaração Política...

Ó Sr. Presidente, eu peço que parem o relógio.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, isso não são apartes.

Sr. Deputado, faça o favor de continuar.

O Orador: Nós apresentámos esta Declaração Política, porque temos a consciência de que a gestão das pescas não está a correr bem.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Está, está a correr bem!

O Orador: Os profissionais dizem-nos que não está a correr bem. Eu sei que relativamente a este caso e à gestão das pescas, há duas entidades que estão bem, uma delas é o Governo e a outra é o PPM.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Deixe-se de intrigas!

O Orador: Mas, Sras. e Srs. Deputados, neste momento, nós não sabemos, os pescadores não sabem, a pesca não está a ser apoiada pela ciência.

Neste momento, podemos estar seriamente a comprometer o futuro deste setor. E parece que o Governo e o PPM estão satisfeitos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Secretário, mostre os contratos!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, eu teria muito mais para dizer sobre este setor, porque infelizmente nem sempre discutimos as pescas neste Parlamento. Mas aproveitando este momento, eu só queria dizer que ainda estamos a tempo de voltar para trás.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Não, não. Não queremos!

O Orador: Às vezes é a melhor maneira de andar para a frente.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está encerrada esta Declaração Política.

Vamos fazer um intervalo, regressamos ao meio-dia e vinte.

Eram 12 horas e 05 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 22 minutos.

A próxima Declaração Política é do PSD. Para tal, tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estabilidade.

Estabilidade é um valor fundamental nas nossas vidas – pessoal e profissional.

Estabilidade é um valor fundamental para a nossa vivência coletiva.

Estabilidade é uma condição essencial para o sucesso das atuais e futuras gerações.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E o êxito dos homens e das mulheres de amanhã depende, em grande parte, da estabilidade na Educação!

Felizmente, no Sistema Educativo Regional vive-se hoje um clima de estabilidade que contrasta com a enorme instabilidade vivida nesta área em Portugal continental.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: No continente, o setor da educação está em permanente ebulição, devido às frequentes greves e manifestações dos professores, que reivindicam – com inteira justiça – a reposição de direitos e mais respeito para esta classe.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: São milhares os docentes impedidos de progredir na carreira. São milhares os professores obrigados a percorrerem centenas de quilómetros para poderem trabalhar, com prejuízos familiares e financeiros.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Esta é a instabilidade que se vive no Continente. Esta era a instabilidade que se vivia na nossa Região até 2020.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Nos Açores, agora há estabilidade. Com este Governo, já foram abertas mais de 1000 vagas de quadro.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): As escolas continuam a fechar!

A Oradora: Com este Governo, já efetivaram cerca de meio milhar de professores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

A Oradora: Com este Governo, os professores que se encontravam há vários anos em situação precária conhecem hoje o significado da palavra “estabilidade”.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Nos Açores, estão hoje a ser criadas condições para que a carreira docente seja uma profissão com estabilidade.

Nos Açores, aqueles que andaram durante anos sem fim como nómadas ou com uma vida marcada pela incerteza, podem hoje contar com a estabilidade, podem hoje fazer planos para a sua vida familiar, podem hoje receber um salário mais digno, podem hoje ter acesso a outras condições que lhes eram negadas, como o acesso ao crédito bancário.

Nos Açores, os jovens podem hoje escolher seguir a profissão de docente na certeza de que terão estabilidade futura.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Com esta certeza, é este Governo que está a criar medidas para a atração de jovens para a docência.

Com este Governo foi assinado um protocolo com a Universidade dos Açores para o desenvolvimento de novos mestrados em ensino;

Com este Governo, também, estão a ser atribuídas bolsas de mestrados em grupos de recrutamento carenciados.

Com este Governo, estão a ser criadas as condições para que sejam realizados estágios em ensino nas escolas da Região de alunos provenientes de universidades de outras zonas do país.

Estão assim criadas condições as de estabilidade para ultrapassar uma das maiores e mais pesadas heranças deixadas pelo partido socialista: a falta de professores nas nossas escolas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Este Governo é um fator de estabilidade também para o setor da educação nos Açores.

Nos Açores, está-se também a fazer uma aposta na estabilidade por via da valorização da carreira docente.

Com este Governo, estão a ser ouvidas e tidas em conta as reivindicações dos docentes, através dos seus representantes.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

A Oradora: É também com este Governo que os docentes dos Açores veem salvaguardada a progressão na carreira e melhores condições de trabalho.

Com este Governo e uma proposta de Estatuto da Carreira Docente a discutir em breve nesta Casa que assegura a equidade entre docentes de vários ciclos e níveis de ensino e salvaguarda o regime de faltas, férias, licenças e dispensas aplicáveis à administração pública.

Este Governo é um fator de estabilidade também para o setor da educação nos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: É nosso objetivo a reposição do tempo de serviço perdido na transição entre carreiras, há muito reclamada por esta classe e a contagem de tempo de serviço de educadoras em creche para efeitos de concurso.

É nosso objetivo, e no âmbito da Educação Inclusiva, valorizar a especificidade de funções do docente de educação especial, reduzir ainda mais as turmas com alunos que “exijam particular atenção por parte de docentes” e diminuir “a burocracia, a confluência de competências e a repetição de procedimentos”.

É nosso objetivo garantir a gratuitidade dos manuais escolares em todo o percurso escolar dos alunos do sistema de ensino público, bem como ferramentas e equipamentos tecnológicos individuais por considerarmos que se trata de um relevante mecanismo de promoção da igualdade no acesso à informação e ao estudo.

Este Governo é um fator de estabilidade também para o setor da educação nos Açores, porque reconhece que:

- A Educação é uma área decisiva para o nosso futuro coletivo;
- A Educação é o principal meio de combate às desigualdades sociais;
- A Educação promove o desenvolvimento de uma sociedade.

Não está tudo feito, mas muito já foi feito!

E com este Governo muito mais será feito.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: O compromisso deste Governo com a classe, a população em geral e as famílias - de melhoria progressiva da Educação - tem sido cumprido com rigor e os resultados indesmentíveis.

Este Governo tem um compromisso com a Educação.

Este Governo tem um compromisso com a Estabilidade.

Este Governo tem um compromisso com a Futuro dos Açores.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sem dúvida, “estabilidade” é uma palavra fundamental. E na educação mais do que fundamental.

Reconheço, apesar do meu tom crítico porque é esta a minha função - ser crítico, vigilante, fiscalizador - que na educação temos dado passos muito bons, passos em frente, naquilo que nós precisamos.

Ainda estes dias demos sinal disso.

A mim, o que me preocupa é uma outra palavra que é o “lamaçal”.

Constantemente ouço essa palavra: “lamaçal”.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente...

O Orador: E então quando ouço o CHEGA associado à palavra *lamaçal*, ainda me irrita mais um bocadinho.

Eu acho que as coisas nas nossas vidas, sejam pessoais, familiares, empresariais, devem ser definidas com muita clareza e transparência.

Eu acho que na política, o denegrir todos os dias, para ir caindo aos poucos, e quando chegar a hora pegar na *coisa falida*, nunca foi boa política. E não é disso que os açorianos precisam. Os açorianos precisam, como eu disse ontem,

houve uma trovoada de manhã, de tarde um dia de primavera espetacular e no meio da sala... um *elefante enorme*.

Ele derrubava jarras... partia a loiça e a esquerda fingiu que nada aconteceu. A Direita refugiou-se também. E eu não compreendi. Muito mais irritado fiquei da parte da tarde, do que de manhã. De manhã eu compreendi. O Sr. Deputado disse o que tinha a dizer, mostrou a sua indignação. Eu mostrei a minha indignação. Mas obviamente que disse ontem, e volto a repetir, precisamos de estabilidade. Esta coisa de ir *picando* aos bocadinhos

Esta coisa de uns *pecadinhos* e picando não está a resultar muito bem. E eu então vou fazer muito claramente aqui o desafio, pela terceira vez:

Os senhores da esquerda acham que isto é um lamaçal, estão no seu direito de achar. Agora também vos desafio: se é assim tão mau, os senhores apresentem uma moção de censura!

De que é que têm medo?!

Digam aos açorianos de que é que têm medo!!

E se os senhores não apresentarem, então o Governo que apresente uma moção de confiança!

Nós não podemos é estar nesta coisa de todos os dias deixar cair. Não é assim, Sr. Deputado do Bloco de Esquerda.

É como?! É todos os dias, *fincarem espada?!*

Deputado António Lima (BE): O quê?!

O Orador: É todos os dias, *fincarem espada!*

Mas depois dizer assim “eh pá comigo não contem, eles que governem”.

Eu quero estabilidade na minha terra e mais do que estabilidade, quero estabilidade suficiente na minha terra, para não voltar a ver o socialismo a governar a minha terra – ponto parágrafo!

Deputado José Ávila (PS): Isso foi ontem!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor está a ouvir vozes.

Isso não foi referido na intervenção!

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem dúvida que a educação é um problema premente, sempre foi e sempre será, mas é também um dos pilares mais importantes da nossa sociedade, como também é a saúde.

Muito rapidamente, porque tenho muito pouco para dizer - e muito pouco tempo – só para responder ao Sr. Deputado do CHEGA dando um pouco do *Bê-á-Bá* da política...

Deputado José Pacheco (CH): Ah vais-me ensinar, vais!

O Orador: ... e também porque o seu líder nacional, pediu uma moção de confiança, não foi uma moção de censura. Mas o problema surgiu foi da parte do Governo e das suas incidências parlamentares, não foi da oposição. Logo, o que tinha de entrar era uma moção de confiança e não uma moção de censura.

Deputado José Pacheco (CH): O senhor está com medo de ir para casa também?! Junte-se a eles!

O Orador: Ou então, nada aconteceu e continuamos como estávamos e esquecemos o dia de ontem.

Deputado José Pacheco (CH): Oh Sr. Deputado, não percebe nada disto!

O Orador: No entanto, o que o Sr. Deputado José Pacheco está a querer fazer aqui é uma política de um *Bê-á-bá* que não existe, nunca aconteceu, não é assim que funciona, por isso é que existe censura e confiança.

Se calhar devia ouvir o seu próprio líder nacional que pediu uma moção de confiança e não uma moção de censura.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputado José Pacheco (CH): O senhor defina de que lado está! Daquele lado ou deste?! Diga aos açorianos!

Deputado Pedro Neves (PAN): Eu?! Eu nem sequer tenho incidência parlamentar. Você está a esquecer-se ou quê?!

Mas se tivesse, não estava sempre a dizer que *vou rasgar*, como você faz! Eu sou uma pessoa séria!

E se tivesse que rasgar ia ao Pedro Catarino!

Deputado José Pacheco (CH): O senhor já não me convence!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu já tinha dado a palavra ao Sr. Deputado Nuno Barata. Tem a palavra, Sr. Deputado, faça favor.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD traz-nos uma moção...

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS e do PAN)

... ou melhor, uma Declaração Política, sobre educação e acabámos falando de... moção.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É o que está na cabeça!

O Orador: É o que está na cabeça de algumas pessoas com falta de noção, mas vamos ao que importa.

Da Declaração Política da Sra. Deputada Délia Melo – e vou outra vez fazer uma referência àquilo que disse há pouco sobre a Declaração Política do Deputado Pedro Neves - há aquelas partes com as quais se concorda e aquelas

partes de que se discorda; há aquela parte fundamental com a qual se concorda, mas não se está de acordo com o preâmbulo. Mas há uma linha nesta Declaração Política da Sra. Deputada Délia Melo, a linha da estabilidade. É um facto, o PSD a partir da manhã de ontem, vai falar de estabilidade daqui até ao fim da Legislatura, dure ela o que durar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Já devia ter dito isso!

O Orador: No entanto, eu quero lembrar que ainda esta semana, na 3ª feira, aprovámos um diploma do Governo, em que o Deputado da Iniciativa Liberal – aquele que o PSD muitas vezes acusa de provocar a instabilidade, foi o grande promotor da estabilidade e da aprovação desse diploma! Porque acreditamos no diploma, porque ajudámos a criar estabilidade no diploma, porque introduzimos, inclusivamente, através das propostas de alteração do PSD...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Então... o que é que mudou ontem?!

O Orador: A diferença entre promover a estabilidade e estar **permanentemente** a ser fustigado por instabilidade dentro do Governo, são coisas bem diferentes.

É a estabilidade no Parlamento e a instabilidade no Governo. E nós é que temos que estar aqui a aparar os golpes da instabilidade que os outros provocam!

A educação merece um bocadinho mais.

Digo, desde sempre, mas volto a referir aqui neste plenário, pelo menos desde 2020, desde que fui àquela tribuna pela primeira vez, que a educação é a única forma, e a primeira forma, de tirarmos o maior número de açorianos da pobreza, é o único elevador social que nós podemos manipular. Todos os outros nós não conseguimos.

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):
Claro!

O Orador: Nós podemos fazer um esforço na saúde, na economia e em inúmeras áreas, mas se não vencermos os desafios da educação, de nada servirá.

Deputado José Pacheco (CH): Chapéu!

O Orador: E é por isso que tiro o chapéu à intervenção da Sra. Deputada Délia Melo. E é por isso, também, que é importante, e os açorianos têm que perceber, que há prioridades que temos que eleger. E há prioridades que temos que garantir que são executadas. Não podemos continuar a ver os professores descontentes, as escolas sem assistentes e sem auxiliares. Temos que garantir que essas escolas vão ter condições para receber os nossos filhos e para formar os nossos filhos como melhores cidadãos para o futuro.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (IND): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu nem era para intervir neste debate, mas sinceramente, depois da intervenção do Sr. Deputado do CHEGA, eu tinha mesmo que intervir.

É que parece que há dois Srs. Deputado do CHEGA, um que às vezes é o homem que diz que faz, acontece e que não contem com o CHEGA e que precisa de não sei mais o quê para dar apoio ao Governo e, depois, há o outro que é do da estabilidade.

Eu não sei quem é que hoje está aqui sentado, se é o irmão gémeo 1 ou se é o 2.

Deputado José Pacheco (CH): Nunca percebeste, agora é que querias perceber?! Isso já é um defeito de nascença!

O Orador: Mas parece-me que isso é normal no partido, porque o líder dele a nível nacional também faz o mesmo.

Num dia diz “eu dei instruções para mandar o governo abaixo!”. No outro dia diz que “é preciso estabilidade e pessoas de confiança”.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Eu não quero dizer que isso seja bipolarismo.

Eu acredito é que há irmãos gémeos quer do Sr. Deputado José Pacheco quer do Sr. Deputado André Ventura, na Assembleia da República, porque sinceramente eu não entendo.

Eu acho que as pessoas têm direito a mudar opinião, agora todos os dias e a toda a hora é que é complicado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pergunto eu, Sra. Deputada Délia Melo: em que o universo paralelo viverá a sua visão da educação na Região?

Deputada Délia Melo (PSD): No mundo real!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Também vou-lhe dizer quantos anos estive contratado e ainda não cheguei a casa!

O Orador: Porque, na verdade, parece-me que está um pouco distorcida da realidade.

Talvez fosse melhor ouvirem um pouco mais as escolas, os órgãos de gestão, as famílias e então aí, poderiam ter um discurso mais assertivo e mais real, ou mais realista.

Deputado Carlos Freitas (PSD): *Exatamente!*

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Quem tem falta de ser realista é o Sr. Deputado!

O Orador: No que toca à docentes, Sra. Deputada, o Grupo Parlamentar do PS relembra que a recuperação integral do tempo de serviço, congelado entre janeiro de 2011 e dezembro de 2017 foi cumprida pelo Governo PS.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: Foi aprovada nesta mesma Assembleia e o seu cumprimento foi feito de modo faseado, entre 2019 e 2024, abrangendo entre 4 mil a 4500

docentes, sem qualquer condicionalismo orçamental e à razão de 426 dias por ano.

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

Comentado [AC4]: Cardoso

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):

Ora aí está!

O Orador: Isto é dar estabilidade ao pessoal docente, às carreiras do pessoal docente das nossas escolas.

No que toca ao pessoal não docente, basta-me se calhar dizer que talvez para além de não visitarem em muitas escolas, talvez também não liguem a televisão, porque na verdade, basta assistir ao telejornal da RTP-Açores para com muita frequência assistirmos com muita frequência a escolas encerradas a cadeado, nomeadamente pelos pais e encarregados de educação.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Isso é no continente!

O Orador: E nos últimos tempos, precisamente pelo problema da falta de assistentes operacionais nas nossas escolas.

Não foi o PS que criou este problema. Foi este Governo que criou este problema da falta de assistentes operacionais nas nossas escolas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: E foi o PS, da oposição, que tomou a iniciativa de avançar com o diploma do Estatuto do Pessoal da Ação Educativa e que, por esse motivo muito provavelmente, melhorias acontecerão ao nível de todos os recursos humanos das nossas escolas, no que toca aos assistentes operacionais e técnicos.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Isso foi chumbado!

Deputada Ana Luís (PS): O que interessava do nosso, ficou no vosso! Não interessa a autoria!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Graças a esta maioria!

O Orador: Foi chumbado, mas ficámos muito felizes.

E eu repito aquilo que disse há 2 dias: o PS ganha, quando ganham as famílias açorianas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: A vitória no diploma – repito – foi das famílias açorianas. E por isso, o PS ganhou. Para algumas bancadas, ao que parece, a vitória é colocar medalhas pessoais à vista de todos. Mas a vitória do PS não é essa, é sim, a vitória das famílias açorianas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Orador: Estabilidade, Sra. Deputada Délia Melo é muitas vezes, quando as coisas correm bem, ser o executivo que as assume, quando as coisas correm mal, assistimos com alguma frequência ao Governo...

Deputados Rui Martins (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM): 15 anos de derrotas!

O Orador: ... seja por intermédio do Sr. Diretor Regional da Educação, seja doutro membro - dizer que a responsabilidade ou que a culpa é exatamente do órgão de gestão ou dos órgãos de gestão das escolas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é falso!

O Orador: Isto é dar estabilidade, Sra. Deputada? Não é dar estabilidade.

Estabilidade ao nível dos recursos materiais, Sra. Deputada Délia Melo, será prever no plano de investimentos menos 17 milhões para o presente ano?

Será assistirmos a escolas a necessitarem de manutenção e de arranjo e plasmarmos uma redução de 17 milhões de euros?

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*):

Há quantos anos?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Estabilidade será assistirmos aos resultados dos alunos do 1º ano em que este Governo Regional se responsabiliza pelos resultados dos alunos, serem não os melhores, mas os piores dos últimos tempos?

Deputado Paulo Estevão (*PPM*): Isso é falso! Isso é pura e simplesmente falso!

O Orador: E desmentindo que os melhores foram, na verdade, os resultados do ano letivo 2019/2020, fazendo esquecer os resultados desse ano que foi precisamente o último ano da responsabilidade do Governo do PS? Será isso estabilidade?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Orador: Para terminar, Sr. Presidente, estabilidade, para o Grupo Parlamentar do PS é conferir estabilidade às famílias açorianas e é, a partir da oposição, lutar, por exemplo, para a diminuição do preço das refeições escolares que tanto lutámos e conseguimos.

Deputada Ana Luís (*PS*): Muito bem lembrado!

Deputado Paulo Estevão (*PPM*): O que é que está a dizer?!

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*):

Isso é que é seriedade!

O Orador: E ganhámos novamente, porque as famílias açorianas também ganharam. E é deste lugar, também, que vamos lutar para que uma educação

inclusiva seja real, seja verdadeira, introduzindo as alterações no diploma que, na verdade, recolheram depois o apoio, muito naturalmente, da maioria deste Parlamento.

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: E com isto termino.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Estabilidade e educação.

Em relação à estabilidade, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro não está na bancada, mas tenho aqui um artigo de 1998, uma entrevista do então Presidente do Governo Regional Carlos César.

Esta entrevista foi na sequência - lembram-se? - daquele resultado em 96 (que se mantinha em 98), que eram 24 deputados do PSD, 24 deputados do Partido Socialista e os 3 deputados do CDS-PP que desempatavam?

Deputado Francisco Coelho (PS): A gente tem a memória de 2020!

O Orador: Pois, bem, o que é que aconteceu?

Os 3 deputados do CDS deixaram de apoiar o Governo do Partido Socialista. É a tal aritmética de que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro fala. O que é que aconteceu com essa aritmética?

Deputado António Lima (BE): Quer falar de educação ou quer falar de aritmética?

O Orador: Na altura, o Sr. Presidente do Governo o que disse foi que em relação a estas contas quem tem de definir isso são obviamente os partidos da oposição, que têm de saber se querem ou não querem apresentar uma moção de censura.

Deputado António Lima (BE): Está mesmo preocupado!

O Orador: Foi o que o Partido Socialista na altura disse quando tinha o apoio de menos 3 deputados que tinha então o conjunto de oposição nos Açores.

Deputado José Contente (PS): E o Representante da República?

O Orador: É bom lembrar. Eu sou de história.

Deputada Andreia Cardoso (PS): História *seletiva*!

O Orador: É tão bom lembrar estas coisas, porque vou sempre aos arquivos.

Portanto, na altura a aritmética era esta. O então Presidente do Governo Regional dizia “bom, o que é da nossa parte é preciso para a estabilidade?”.

É fazer aquilo que nós estamos a fazer agora que é continuar a fazer crescer a economia dos Açores. Já crescemos e, aliás, os índices económicos crescem há 20 meses consecutivos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os senhores querem interromper este ciclo?

Os senhores também não querem que o número de empregados nos Açores - que é o maior da história - seja tão grande. Os senhores também o querem diminuir.

Bom, a nossa responsabilidade é trazer os Açores para cima, continuar no progresso. A vossa responsabilidade é, se quiserem, assumir as consequências políticas de interromper um governo que está a ter neste momento os resultados positivos que está a ter.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E para quê? – dizia bem a Declaração Política do PSD. Para quem?!

Nós não sabemos o que é que aí vem, para quê?

Para voltar a subir os impostos? É isso que V. Exas. querem?

Para introduzir o PREC que está a acontecer na República em relação à propriedade privada dos cidadãos, em relação às suas habitações? Para introduzir o PREC na Região Autónoma dos Açores também?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Vem aí o diabo!*

O Orador: Para interromper aquilo que nós vamos fazer que é a recuperação dos 3 anos de serviço perdido entre carreiras que o Partido Socialista nunca fez?!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina, Sr. Presidente.

Para interromper também o quê? Aquilo que nós vamos fazer, que é, finalmente, em relação aos educadores de infância e aos professores do 1º ciclo, vamos acabar com essa injustiça que é ter um horário diferente dos professores do 3º ciclo e do ensino secundário, que, passando a lecionar 22 tempos letivos como os outros?

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: É para isso que os senhores querem interromper a governação dos Açores?!

É para colocar em causa todas estas conquistas?!

As creches gratuitas, também querem interromper essa conquista que foi obtida neste período?! É o que os senhores querem?! É voltar outra vez ao vosso tempo?!

Porque é que nós sabemos que vai ser assim?

Vai ser assim, porque foi feito por V. Exas. Foi feito por outros líderes? Não, foi por esses mesmos que se sentam aí na fila da frente – o Sr. Deputado Berto Messias foi remetido um bocadinho mais para trás...

Deputado José Pacheco (CH): Está de castigo!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Está com vergonha!

O Orador: ...,mas todos esses líderes, os responsáveis pelas políticas, ainda aqui estão e sentam-se aí desse lado. E querem reverter as políticas progressistas que este Governo trouxe à Região Autónoma dos Açores.

Termino, Sr. Presidente, porque já ultrapassei o meu tempo e só me apercebi agora de que foi muito tempo.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Termina porque não tem tempo!

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Peço desculpa à Câmara, porque de facto não me apercebi que já tinha esgotado o meu tempo.

Deputado Berto Messias (PS): Percebeu, percebeu!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Deputado António Lima (BE): Não me diga que vai falar da educação!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Não falou de educação, falou de estabilidade!

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):
Tanta saudade de mim!

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em nome do Governo e no seguimento da Declaração Política e do debate que aqui houve, referir que para nós, a palavra estabilidade importa.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: E se quem quiser promover a estabilidade nos Açores o fizer, da nossa parte contará com a estabilidade e com a nossa firmeza, quer seja para continuar as políticas de sucesso foram seguidas no combate à precariedade e na fixação dos professores, quer seja nas políticas de sucesso de reforma das políticas de emprego que provocaram o maior número de empregados da história da autonomia, quer seja no maior rendimento dos agricultores, dos pescadores, quer seja em todos os sucessos que temos tido.

Esta estabilidade é esta referência e posso repetir aqui aquilo que o Sr. Presidente do Governo já ontem referiu.

Deputado Berto Messias (PS): E a cativação de 25%?

O Orador: Da parte do Governo, seremos sempre um referencial de estabilidade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: O Governo não vai lançar mais instabilidade em cima daqueles que queiram cavalgá-la.

O Governo é um referencial de estabilidade.

O Governo não apresenta moção de confiança, porque o Governo teve a sua moção de confiança aprovada há pouco mais de 3 meses com o plano e orçamento de 2023, que teve a maior maioria de sempre com 6 partidos e 30 Deputados e o Deputado Independente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Essa é a nossa moção de confiança.

Nós temos um programa de governo aprovado. Temos um orçamento para 2023 aprovado, ainda com mais reforço parlamentar e temos todas as condições para seguir este caminho, sendo o tal referencial de estabilidade para os açorianos e para os açorianos.

Deputado Carlos Silva (PS): Está impecável!

O Orador: A nós não nos farão desistir de salvar os Açores dos desmandos do Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): A culpa é do PS!

O Orador: Cumprimos!

As linhas vermelhas foram cumpridas.

Temos endividamento líquido zero.

Temos a privatização da SATA.

Agora digo-vos uma coisa, a instabilidade o que poderia provocar era o fim da SATA.

Deputado Carlos Silva (PS): Ó Sr. Presidente, isto... vale tudo, não é?

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, açorianas e açorianos:

A instabilidade poderá levar ao fim da SATA que era aquilo que os Socialistas trouxeram até 2020.

A instabilidade pode provocar o fim da SATA. Há compromissos da Região e de Portugal para salvar a SATA, dos desmandos da falência a que o Partido Socialista, nomeadamente o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, levou.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Ó Sr. Presidente, a Sata?!

O Orador: Quando entrou para a tutela, havia 30 milhões de capitais positivos na SATA. Quando saiu de Presidente do Governo, havia mais de 300 milhões negativos!

Que vergonha, Sr. Deputado Vasco Cordeiro!!

O senhor não tem vergonha de ainda abrir a boca sobre a SATA?! E quer criar e cavalgar a instabilidade!!

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Presidente da Assembleia está cá? Está a ouvir?! O que é que isto tem a ver?!

O seu conceito de latitude está muito alargado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Essa instabilidade levaria eventualmente a eleições. E até poderia ajudar o Governo e esta Coligação. Reparem o que aconteceu com António Costa na República. Isso até poderia ser bom para este Governo e para esta Coligação, mas a nós, o sentido institucional e de Estado impõe que mais importante do que os interesses desta Coligação e deste Governo, são os interesses dos açorianos.

Privatizar a SATA? sim.

Fazer entrar em vigor o novo quadro comunitário? Sim.

Avançar com o novo sistema de incentivos? Sim.

Tudo isto ficaria em causa se houvesse instabilidade nos Açores.

Deputados João Bruto da Costa e Carlos Freitas (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: E nós não o vamos permitir!

Deste lado, contam com o referencial de estabilidade para prosseguir um ciclo virtuoso, onde temos menos dívida, menos impostos e mais crescimento.

Deputado Carlos Silva (PS): Mais dívidas, menos receitas fiscais e mais empobrecimento!

O Orador: E vamos substituir o ciclo vicioso do passado do Partido Socialista, onde tínhamos mais impostos, mais dívida e mais pobreza.

É isso que nós estamos a fazer!

É isso que vamos fazer!

Há pouco as palavras do Sr. Deputado José Ávila traíram-no.

O que ele queria dizer é “ó tempo volta para trás”. Não vai voltar!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Temos aqui uma referência do futuro dos Açores e dos açorianos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Vasco Cordeiro pede a palavra para uma interpelação? Faça o favor.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, eu gostava de saber se tenho a possibilidade, nesta figura regimental, de intervir para rebater aquilo que disse o Sr. Secretário Regional?

Presidente: Não, não tem, Sr. Deputado.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Presidente da Assembleia está um bocadinho desatento a esta declaração política!

O seu conceito de latitude está muito alargado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Sra. Deputada Délia Melo, estou solidário consigo.

Toda a gente boicotou a sua Declaração Política.

Boicotou o CHEGA.

Deputado José Pacheco (CH): Mais 50 votos!

O Orador: Boicotou o PPM (já deve estar habituada) e até boicotou o Governo, o que é verdadeiramente preocupante quando o Governo nem sequer permite ao PSD fazer uma declaração política que sobre um tema tão importante e que tem a maior relevância.

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro): Qual é o ponto 5 da ordem de trabalhos?

O Orador: E o Governo e os partidos que o apoiam boicotam o PSD de uma forma que é até um pouco deselegante. Mas estou cá eu para debater o tema que trouxe, tenho todo o gosto, apesar de logo à tarde termos na agenda uma proposta que certamente nos permitirá debater uma parte dos assuntos que trouxe a debate.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Ah, pronto!

O Orador: E queria dizer duas coisas.

Em primeiro lugar, o cenário, algo cor-de-rosa ou laranja que trouxe, não corresponde à realidade que as pessoas sentem. E não corresponde também à realidade dos números. A senhora não falou dos números da retenção e desistência que este Governo aumentou no ano passado - 8,8% no 1º ano, 12,8% no 7º ano. E acha que isso é estabilidade e é um bom cartão de visita deste Governo e desta maioria?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é verdade!

O Orador: Parece-me que isso é que devia preocupar o PSD e a maioria.

Essa taxa de retenção quase que duplicou com este Governo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A gente já confronta com os números!

O Orador: Depois, também, é estranho que se diga que há estabilidade e que tudo está bem na educação, quando há escolas a serem encerradas por falta de funcionários, quando os pais e os alunos e os professores não sabem como é que hão de abrir as escolas, quando estas são fechadas a cadeado. E não é só numa, nem duas nem três, são em várias ilhas.

Depois o que o Governo traz é um cenário efetivamente idílico, em que a educação é um paraíso e tudo está bem. Está longe de estar bem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Lá fora está melhor!

O Orador: Sobre os professores também, deixe-me que lhe diga que uma das coisas que os sindicatos reivindicam a nível nacional

É algo que este Governo fingiu que fez e não fez e que é a vinculação automática após 3 anos. E a Sra. Secretária de Educação, enquanto sindicalista, defendeu-a muitas vezes, mas quando chegou ao Governo fez uma coisa sub-reptícia, fingindo que estava a fazer essa alteração, mas não a fez. E isso nos Açores continua a não existir, quando nós temos a falta de professores que temos. E continuam a existir professores contratados, com mais de 3 anos de serviço consecutivos que não são integrados automaticamente no quadro.

Uma última palavra para o Sr. Secretário das Finanças, Duarte Freitas, que não posso deixar de dizer:

O senhor diz que querem destruir a SATA e que o Governo está a salvar a SATA.

Sr. Secretário, aquilo que ouvimos ontem na entrevista do ainda Presidente da SATA, embora ele diga que os resultados são marginalmente positivos - e fala dos resultados antes de impostos, amortizações e juros – isso significa que provavelmente a SATA em 2022 terá um prejuízo de cerca de 50 milhões de euros.

Deputado Carlos Silva (PS): 100 milhões em 2 anos!

O Orador: Diga-me lá como é que está a salvar a SATA?

Teremos essa confirmação em março ou abril com os resultados consolidados, mas a nível de resultados, este Governo está a fazer pior do que antes. E pior que isso, vai privatizar e desmantelar a SATA Internacional.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Isso não é verdade! Não apoiado! Isso é falso!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Falso!

O Orador: Os açorianos vão ficar sem empresa e com o mesmo prejuízo ou até com mais prejuízo.

Diga lá como é que está a salvar a SATA?

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Isso não é verdade.

Deputado Carlos Silva (PS): Em dois anos dá 100 milhões de prejuízo!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo para encerrar a Declaração Política.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, a Declaração Política do Grupo Parlamentar do PSD motivou aqui várias intervenções que fugiram um bocadinho ao tema, mas eu irei recentrar o tema, porque aquilo que estávamos a falar e que importa é a educação.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Recentrar, muito bem!

A Oradora: E eu coloco-vos a questão - de forma retórica, obviamente: está ou não está a educação melhor nos Açores com este Governo Regional?

Vozes dos deputados da bancada do Partido Socialista: Não!

A Oradora: Há ou não há na educação maior estabilidade devido à ação deste Governo Regional?

Deputado Berto Messias (PS): Não! Não, senhora!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Não podem responder, mas eu respondo por todos vós. A resposta é **sim**. E este é um facto indesmentível.

Deputado Berto Messias (PS): A senhora faz a festa, apanha as canas...

A Oradora: Os resultados estão à vista. Mas o caminho não se faz de um dia para o outro, porque tudo aquilo que nós recebemos foi realmente pesado e há muito trabalho ainda a ser feito. Mas também há muito trabalho que já foi feito. Ora temos aqui a coligação de esquerda - PS e Bloco de Esquerda – a acusar-nos de viver num paraíso, num mundo paralelo, ou seja, não temos qualquer noção da realidade.

Deputado Berto Messias (PS): Eu diria, *noutra dimensão*.

A Oradora: Pois eu digo-vos que vou às escolas, falo com os professores, falo com as famílias e com as pessoas.

Deputado Carlos Silva (PS): Eu, eu, eu...!

A Oradora: O meu Grupo Parlamentar faz exatamente a mesma coisa. Mas como a acusação foi feita à minha pessoa estou eu a defender-me, como é claro!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Portanto, todos nós temos perfeita consciência de que há realmente melhorias. Agora, aquilo que a esquerda talvez pretende é que tudo caia em desgraça, que venha de facto a grande instabilidade que existe a nível nacional para a Região.

Pois, meus senhores, enquanto nós estivermos cá, com este Governo de coligação, isto não vai acontecer, porque vamos trabalhar para continuar a garantir a estabilidade para a educação nos Açores.

Mais. É indesmentível e temos aqui várias situações em que – e eu não vou repetir – este Governo está a trabalhar em vários eixos, desde logo, na estabilidade laboral, na atração de jovens para a docência para colmatar a grave falha de professores deixada pela ação inadequada do Governo Socialista, porque foram os senhores que causaram este grave problema às escolas e também estamos a valorizar a carreira docente, coisa que os senhores nunca fizeram...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... porque andou com a *casa às costas*, quem andou anos sem fim na precariedade foram os professores, foram os elementos de ação educativa que os seus nunca lhes deram estabilidade.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Eu andei!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Responder muito rapidamente aqui a duas ou três questões, por exemplo, em relação à taxa de abandono precoce de educação e formação, obviamente que não nos orgulhamos com os dados, mas é um facto que mesmo estando num valor elevado, está abaixo da taxa deixada pelo Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Outra questão que foi aqui levantada sobre as refeições escolares...ó Sr. Deputado Rodolfo Franca, deve ter memória curta, porque enquanto o PS esteve no Governo, os açorianos tinham as refeições mais caras do País, coisa que atualmente não acontece devido a este Governo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Discriminando ilhas!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

Deputada Ana Luís (PS): Isso não invalida que cumpram o que está na lei!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Freitas (PSD): E agora vêm reivindicar 25%! Agora querem tudo!

A Oradora: Este Governo de coligação, minhas senhoras e meus senhores, tem uma estratégia, tem medidas concretas e tem resultados para apresentar.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Onde é que ela está? Estou curioso para ver!

A Oradora: Este Governo de coligação tem um compromisso com a educação, com a estabilidade e com futuro dos Açores.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Está encerrada esta Declaração Política.

Vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço. Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 09 minutos.

XII Legislatura

Número: 102

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 9 de março de 2023

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 04 minutos

(Neste momento, o Deputado Marco Costa tomou o seu lugar como Secretário da Mesa)

Começamos com a apresentação em plenário do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 86/XII** – “Estabelece medidas de apoio aos indivíduos diagnosticados com a doença de Machado-Joseph”. É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do IL e pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pode parecer estranho...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Estranho foi ontem, não é hoje! Hoje é normal!

O Orador: ... passadas 24 horas depois de ter anunciado aqui nesta tribuna em nome da Iniciativa Liberal que me libertava de um acordo de incidência parlamentar, vir aqui apresentar um diploma em nome da Iniciativa Liberal e com o apoio e logotipo dos três partidos da Coligação do Governo.

Mas este também é um momento pertinente para justificar isso, ou seja, é em nome do povo açoriano e dos interesses do povo açoriano que eu estou nesta Casa. E, não obstante aquilo que esteve por trás da construção deste diploma,

não poderia deixar de o apresentar e de o debater nesta Casa quando for tempo disso.

Foi este esforço de estabilidade em nome do povo dos Açores, que me trouxe aqui hoje a esta tribuna. É o que me traz aqui hoje a esta tribuna e todas as vezes que venho aqui é pelo povo dos Açores. Esta é uma doença genética e hereditária que provoca a degeneração contínua do sistema nervoso central e que acarreta uma incapacidade motora progressiva nos seus portadores.

Neste momento, a doença de Machado, Joseph não tem uma cura definitiva, mas pode ser controlada na sua sintomatologia através da realização de um tratamento multidisciplinar que implica a envolvência de profissionais, equipamentos e produtos clínicos apropriados.

A doença de Machado, Joseph provoca o desenvolvimento de lesões progressivas, genericamente a partir da terceira década de vida e o surgimento dos sintomas em comum a várias pessoas da mesma família, sendo que quando tal patologia é transmitida de pais para filhos, os descendentes podem desenvolver os primeiros sinais de doença mais cedo do que os progenitores.

A doença de Machado, Joseph registou de impactos em todo o país, tendo, no entanto, a maior prevalência nacional na Região Autónoma dos Açores e, em concreto, na Ilha das Flores, onde se regista maior prevalência mundial.

Dada a complexidade da patologia, legislador regional tem vindo a enquadrar os cuidados específicos em legislação própria sobre a matéria, porém, um imbróglia jurídico somou-se às maleitas da patologia. Entre legislação revogada e legislação declarada inconstitucional, hoje não existe enquadramento legal que defina qualquer tipologia de apoio a estes doentes e aos seus familiares.

Assim, este Projeto de Decreto Legislativo Regional conjunto entre a Iniciativa Liberal, o PSD, o CDS e o PPM, vem definir apoios no âmbito da mobilidade,

higiene e conforto, acessibilidade e acesso preferencial a cuidados de saúde especializados e diferenciados, estipulando novos mecanismos de apoio.

Para além de material clínico e de uma extensa lista de equipamentos de apoio à mobilidade, higiene e conforto, os doentes com incapacidades que os justifiquem, terão direito a beneficiar de um apoio destinado à adaptação e promoção das acessibilidades nas suas residências, visando eliminar as barreiras arquitetónicas que impactam no seu quotidiano.

A proposta que ora se apresenta, passa a determinar também que os doentes de Machado Joseph terão acesso preferencial a consultas de especialidade adequadas ao diagnóstico e tratamento da doença. Nomeadamente nas especialidades de neurologia, ortopedia, psicologia, oftalmologia, psiquiatria e medicina física e de reabilitação.

Aos doentes diagnosticados com a doença de Machado Joseph, fica também assegurado o direito ao regime especial de proteção social na invalidez. No entanto, esta Proposta de enquadramento legal, prevê a criação de inovadoras medidas de apoio na prestação de cuidados, nomeadamente através da criação duma subvenção ao acompanhante ou ao cuidador ao domicílio do doente de Machado Joseph.

A implementação da figura do cuidador ao domicílio ocorrerá inicialmente sob a forma de projeto piloto e permitirá verificar a sua adequabilidade aos doentes, criando condições de bem-estar e uma forma gradual e estruturalmente sustentável.

Este cuidador ao domicílio, prestará cuidados de zelo e assistência pessoal aos doentes na habitação deste, em condições de segurança física e emocional, apoiando a família que precisa manter a sua atividade profissional, garantindo a estabilidade económica do agregado familiar e providenciando a continuidade de cuidados a prestar.

Ao cuidador ao domicílio, determina-se a devida retribuição mensal anualmente

prevista pelo critério do valor aprovado, a retribuição mínima mensal garantida em vigor na Região Autónoma dos Açores paga por 14 vezes, correspondente à prestação de cuidados a tempo inteiro por um período não superior a 7 horas diárias em período diurno.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Assim se faz política.

Assim se dignifica a política.

Assim se comprova que na política não somos todos iguais.

O objetivo é dar respostas, sabendo que a dificuldade das manobras consiste em fazer do sinuoso algo direto e do infortúnio, vantagens. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa.

Dispõe o nosso Regimento que após a apresentação da iniciativa, reserva-se um período para pedidos de esclarecimentos.

Pergunto se há inscrições para o efeito?

(Pausa)

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Quental para um pedido de esclarecimento.

(*) Deputada Ana Quental (PSD): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é propriamente um pedido de esclarecimento, mas é mais um esclarecimento da minha parte.

Deputado José Ávila (PS): É um pedido de esclarecimento a si própria!

A Oradora: Sr. Deputado Barata, apesar das divergências políticas que nos possam eventualmente desunir, mais do que aquilo que nos separa é aquilo que nos une. E, neste caso, quem mais nos une são os açorianos e os doentes.

Na minha postura e na minha posição aqui como deputada, farei tudo o que puder, independentemente da política, para melhorar a vida e a saúde dos cidadãos e, principalmente, dos nossos doentes dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Trabalho e trabalharei com muito gosto para defendê-los. Depois da exposição do Sr. Deputado Barata – e não querendo repetir o que ele disse – apraz-me dizer que este documento é extremamente importante para estes doentes e para as suas famílias e assenta em três pontos essenciais:

Presidente: Sra. Deputada Ana Quental, a senhora não está a fazer a apresentação da iniciativa. Está a pedir esclarecimentos a quem fez a apresentação da iniciativa, que é uma coisa diferente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E não pode fazer o enquadramento, Sr. Presidente?

A Oradora: Pronto, só estou a enquadrar, uma vez que sou um dos elementos que trabalha neste Projeto.

Presidente: Eu espero que o enquadramento resulte num pedido de esclarecimento.

A Oradora: Pronto, então posso perguntar se efetivamente o Sr. Deputado concorda que continuemos a trabalhar neste Projeto em conjunto?

Muito obrigada.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Depois de tudo, esta pergunta faz até muito sentido.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Deixe lá, só não acontece a quem não está nesta vida!

Presidente: Muito bem, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com o ponto 5 da nossa Agenda...o Sr. Deputado Nuno Barata quer responder?

Deputado Nuno Barata (IL): É o mínimo!

Presidente: Faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu percebo a vontade da Sra. Deputada Ana Quental em enquadrar de uma forma abrangente a sua pergunta, porque, de facto - isto tem que ser dito - a Sra. Deputada, de entre todos os Deputados das três bancadas que suportam o Governo, foi aquela que mais se empenhou neste processo.

Queria apenas dizer, Sra. Deputada, que em nome do povo açoriano e dos doentes de Machado Joseph, especialmente eu, nunca me negarei ao trabalho, seja com quem for, seja com o BE, o PAN, o CHEGA, ou o Sr. Deputado Independente o CDS ou o PPM.

Por isso, Sra. Deputada, esteja descansada, porque ao contrário do que a senhora disse, isto é fazer política a sério em prol do povo açoriano. E para isso, conte sempre comigo, Sra. Deputada.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está feito o esclarecimento.

Vamos avançar para o ponto 5 da nossa Agenda relativo ao **Projeto de Resolução n.º 126/XII** – “Estudo de diagnóstico das necessidades docentes na Região Autónoma dos Açores para os próximos 10 anos”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do CDS-PP, PSD e PPM.

Para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos últimos anos a escassez de professores tem configurado um problema estrutural para o futuro da educação em todo o País.

Em inúmeros relatórios e pareceres o Conselho Nacional de Educação, alertou e referenciou que o envelhecimento da classe docente, associada às perspetivas de aposentação, assim como a desvalorização social da profissão e o desinvestimento na área da educação, poderia pôr em causa a capacidade de recrutamento de novos profissionais habilitados para o ensino.

Na nossa Região, tem-se constatado, a fim de colmatar a falta de docentes, que se tem recorrido a profissionais sem habilitação profissional, através da Bolsa de Emprego Público dos Açores, para lecionarem. Urge, por isso, mitigar a falta de professores no sistema educativo regional e continuar a adotar medidas que garantam a alocação de novos professores à rede pública de escolas dos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Tais objetivos devem ser prosseguidos com planeamento e previsibilidade, designadamente através de estudos prospetivos e avaliativos.

No contexto nacional, o próprio Ministério da Educação solicitou a nova SBE a elaboração de um estudo para projetar as necessidades de recrutamento de novos docentes nas escolas públicas em Portugal continental até 2030/2031.

Dos resultados desse estudo verificou-se que cerca de 40% dos 120 mil professores que davam aulas no ano letivo 2018/2019, deverão reformar-se até 2030/2031. Numa década, a necessidade de recrutamento anda à volta de 35 mil novos professores.

No caso dos Açores, em resposta a um requerimento do Governo Regional, revelou que a previsão do número de docentes aposentados no período compreendido em 2021 e 2024, estimando que no final desse quadriénio deverão ter-se apresentado mais de 300 professores na Região.

Perante todo este cenário, o XIII Governo Regional dos Açores, através da Secretaria Regional da Educação, decidiu fomentar um conjunto de políticas públicas que tiveram como intuito a formação inicial de novos professores, com

uma bolsa para a frequência de mestrados em ensino público ou políticas de dignificação da profissão.

Apesar do já alcançado ao nível das necessidades de recrutamento, urge conhecer de forma mais fina a realidade docente de cada uma das ilhas, bem como avaliar o estado dos diferentes grupos de lecionação. Proteger a profissão docente e preservar a qualidade do ensino, mas também ter uma base de trabalho mais consolidada para saber que políticas e medidas se devem adotar ou complementar no futuro para colmatar a falta de professores, são objetivos que devem estruturar as políticas públicas de educação.

Tratando-se esta iniciativa de uma recomendação, para além dos parâmetros, consideramos que devem ser incluídos no estudo definidos nesta iniciativa, naturalmente poderão ser incluídos outros que o Governo também considere pertinentes.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, os Grupos Parlamentares do CDS-PP, do PSD e do PPM propõem que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional dos Açores.

- 1- Apresente um estudo analítico da evolução dos docentes na Região de 2011/2012 até ao presente, referindo o número de docentes da educação pré-escolar dos ensinos básico e secundário; o número de docentes da educação pré-escolar e ensinos básico e secundário com idade inferior aos 30 anos e igual ou superior a 50 anos no final do ano letivo 2021; o número de docentes aposentados por grupo de recrutamento em cada ano letivo decorrido; o número de docentes do ensino Público por situação profissional.
- 2- Realize o estudo de diagnóstico das necessidades docentes da Região Autónoma dos Açores para a próxima década, em que o mesmo contenha o número de docentes que o ensino público poderá perder até 2031/2032, por motivo de aposentação por ano e por grupo de recrutamento.

3- A estimativa do número de profissionais necessários a contratar até 2032 para assegurar que não há falta de docentes nas escolas por ano e grupo disciplinar.

4- A indicação das unidades orgânicas mais afetadas atualmente pela falta de docentes e a expectável evolução da situação na próxima época.

Este é, assim, o contributo dos partidos que suportam o Governo também em prol da educação.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentada a iniciativa.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN obviamente apoia este Projeto de Resolução.

Eu acho que à partida, já é uma obrigatoriedade da própria Secretaria ter estes números para conseguir trabalhar como fonte e base de análise para tomar decisões, tanto no presente como no futuro.

Obviamente que isto já devia estar feito. Mas temos aqui o Projeto de Resolução e pronto, vamos votar a favor.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH)**: Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência do que dizia ali o nosso colega Deputado é isto, está na hora de termos isto feito. É uma boa ferramenta de trabalho. E da parte do CHEGA, concordância total.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa aguarda mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estava à procura do Sr. Deputado Rodolfo Franca, mas ele muda muito de sítio.

Deputado José Ávila (PS): Está aqui! Está aqui!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Está *escondido* ali!

O Orador: E, entretanto, já o consegui localizar.

Eu estava a estranhar o silêncio do Partido Socialista nesta matéria, nomeadamente em relação ao diagnóstico das necessidades docentes da Região Autónoma dos Açores, porque eu levei aqui anos e anos a falar nisto, anos e anos a avisar os sucessivos Governo do Partido Socialista, “olhem para as listas, há cada vez menos professores, vejam as medidas temos que implementar, vejam como é que nós podemos resolver esse problema. Façam este trabalho, no sentido de podermos saber quais são as necessidades de docentes nos próximos anos, para podermos perspetivar soluções, para podermos planificar as coisas”. Mas, planificar é uma coisa que o Partido Socialista não fazia. E, portanto, era sempre governar com os problemas já em cima da mesa. Podíamos ter planificado as coisas. Podíamos ter dado outro tipo de respostas.

É evidente que, neste momento, é isto que se tem que fazer. É planificar, preparar-nos e prepararmos as respostas objetivas que é necessário dar. O

Partido Socialista, isto é, o Governo anterior não o fez, pronto. Por isso mesmo, e por muitas outras coisas, é que já não estão no governo. Cabe-nos, agora, planificar devidamente o futuro.

O problema dos professores - dir-me-ão - bom, mas isto não é só um problema da Região Autónoma dos Açores. Não, não é. É um problema nacional. Eu diria até europeu, porque há falta de professores em diversos países da Europa, no conjunto do País e também na Região Autónoma dos Açores.

O que nós temos que fazer é o que este Governo está a fazer, neste momento, ou seja, integrar mais professores na carreira - é esse o esforço que se tem feito - e que não se estava a fazer ao ritmo que era necessário, para tornar a nossa carreira cada vez mais aliciante, para que os professores possam vir para a nossa Região, para que também se incentivem os jovens a integrar e a entrar na carreira docente nos Açores, a participarem e preparar respostas conjuntamente com a Universidade dos Açores, como a Sra. Secretária fez, e muito bem, no sentido de se dar resposta às necessidades do sistema educativo na Região Autónoma dos Açores, aproveitando as capacidades instaladas na Universidade dos Açores e também garantindo às famílias e aos alunos que há emprego e que há esta necessidade nas nossas escolas. Há um conjunto enorme de coisas que podem ser feitas para melhorar o nosso sistema educativo e estamos a fazer muitas coisas. Há um conjunto de propostas que vão melhorar a nossa carreira. E a Região Autónoma dos Açores pode, assim, tornar-se num polo que consiga atrair os recursos docentes, porque é evidente que temos que concorrer com outras regiões do país, criando também aqui um conjunto de condições que incentivem os professores a ingressar na carreira docente e a transferirem-se para a Região Autónoma dos Açores e, portanto, a criar condições para que as nossas famílias, os nossos alunos, tenham de facto nas nossas escolas um conjunto de professores que necessitam, para que a qualidade do ensino possa ser cada vez melhor na Região.

É preciso fazer isso, é preciso planificar e este estudo é essencial.

É necessário encontrar este conjunto de respostas que não se encontrou no passado, mas nós estamos a acautelar o futuro.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

Deputado Carlos Furtado (Indep.): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Este diploma que estamos agora a discutir, surge numa altura bastante pertinente.

Numa altura em que a nossa Região tem problemas de demografia acentuados, mais em determinados concelhos do que noutros e fruto também dessa situação, é necessário fazer um levantamento adequado àquelas que serão as necessidades de professores para a próxima década. Aliás, se me permitem a correção, eu acho que 10 anos até é pouco. Penso que o estudo deve prolongado por mais algum tempo, principalmente mais 5 anos pelo menos.

Eu penso que é muito importante termos esta ferramenta de trabalho, pois só assim se consegue trabalhar com rigor na necessidade de professores na Região, até porque, o rigor da informação obtida, pode-nos levar à possibilidade – passada e identificada essa situação – de deslocar até outras verbas ou outros esforços noutras áreas da sociedade, como seja a saúde e outras valências que podem eventualmente se mostrar necessárias e que, com base num levantamento exaustivo do que são as necessidades de docentes, podermos a

partir daí trabalhar naquilo que nos resta de dotação para as restantes profissões que fazem falta na nossa sociedade.

Por essa razão, entendo que esta iniciativa é pertinente.

Da minha parte, vou associar-me a ela, porque temos que trabalhar aqui o futuro dos nossos filhos, mas também aquilo que é uma certa coesão territorial, porque não podemos esquecer que um levantamento exaustivo e adequado por agrupamentos de escolas, vai-nos trazer uma realidade importante que é colocar um quadro de docentes adequado e tão previsível e permanente quanto possível em cada escola, pois a permanência desses docentes em determinadas escolas, na minha visão, é extremamente importante para o sucesso escolar dos nossos jovens.

Portanto, fica assim já manifestada a minha posição de voto relativamente a esta iniciativa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A falta de docentes, a falta de professores na nossa Região é um problema real, inegável e evidente. É um facto, mas cuja culpa não tem este Governo Regional nem o Governo anterior, precisamente por aquilo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão acabou por responder, apesar de não resistir a atacar o PS.

(Risos dos Deputados Bruto da Costa e Joaquim Machado)

O Sr. Deputado Paulo Estêvão, como todos sabem nesta Casa, sabe também que é um problema nacional, um problema europeu e, portanto, é muito

naturalmente um problema da Região Autónoma dos Açores, com o qual nos deparamos e todos em conjunto, devemos trabalhar para o colmatar.

Dito isto, é evidente a importância do estudo, apesar de ser evidente o problema, não temos dúvidas de que a falta de docentes na Região é um problema, nesse sentido, seria dispensável o estudo, mas do nosso ponto de vista, o estudo é realmente importante e não é dispensável, porque a nossa Região precisa de ter conhecimento aprofundado das suas especificidades, para que consiga depois resolver o problema da forma mais eficaz.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Deve também, do nosso ponto de vista, este estudo não só ser abraçado, como deve sê-lo feito de uma forma célere.

Portanto, solicitamos a esta Casa e ao Governo que o faça, mas que o faça bem e de uma forma célere. Fazê-lo bem, inclui, ainda, do nosso ponto de vista, uma vontade de conhecer com regularidade o desenvolvimento dos acontecimentos, ou seja, que de hoje para amanhã, esta Casa vá tendo conhecimento do ponto em que se encontra o estudo.

Por outro lado, apreciámos o facto de ter entrado uma proposta de alteração ao Projeto de resolução, não só porque à partida julgávamos que aproveitariam essa proposta de alteração para introduzir um conjunto de sugestões – vamos dizer assim - resultantes das audições e dos pareceres, só que não foi exatamente isso que aconteceu para surpresa nossa.

Do nosso ponto de vista, foi uma excelente oportunidade perdida para acrescentarem aos pontos resolutivos um conjunto de sugestões, tais como a importância da evolução demográfica, ou os tais planos das políticas educativas do Governo Regional dos Açores, ou até o número médio de docentes em baixa médica, ou

Também a mobilidade inter-ilhas.

Tudo isto são tudo pontos que não fomos nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que os alvitrou sozinho. Ou seja, foram pontos que foram sugeridos através dos pareceres e através das audições. Foi pena que não tenham aproveitado a oportunidade para, desde logo, os terem introduzido.

Acrescento, ainda, a ideia que nos parece importante, de terem em atenção o estudo também já concretizado no continente, através da Universidade da Nova de Lisboa.

Por outro lado, e por último, sugeríamos – Grupo Parlamentar do PS – que este estudo não fosse motivo para se ignorar a necessidade de, a curto prazo, se tomarem medidas como a fixação e a captação de pessoal docente para a Região.

Muito Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta primeira intervenção sobre esta iniciativa dos três partidos da Coligação que suporta o Governo Regional tenho que manifestar uma concordância com a bancada do Partido Socialista e uma discordância com a bancada do Partido Popular Monárquico. Coisa que, como sabemos, não é muito normal.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Deixe lá, é fruta da época.

O Orador: Provoca alguma estranheza. Mas vamos por partes e lá chegaremos.

A concordância com a bancada do Partido Socialista é que estamos perante um problema grave, um problema que existe, real, grave e que convoca o esforço

do Governo Regional para encontrar soluções ou, pelo menos, para desenvolver um conjunto de iniciativas que possam minimizar este problema.

Concordar também quando diz que não se trata de um problema especificamente regional - é verdade que ele não é regional. É um problema também nacional, outros países também experimentam um pouco estas dores. Mas este problema sendo nacional, e sendo regional, tem um denominador comum.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já se sabe!

O Orador: E o denominador comum tem sido os ataques feitos à carreira docente e aos profissionais da educação.

As alterações nos estatutos – os senhores fizeram três: os congelamentos da carreira, a degradação da autoridade dos professores, as remunerações insuficientes que os professores auferem pelo trabalho, sobretudo nos anos iniciais da carreira e, sobretudo, em regime de contratação, a precariedade que hoje coloca mais de uma centena de milhares de professores do continente nas ruas a contestar a insensibilidade do Governo de António Costa, mas a precariedade também que o Partido Socialista fomentou nos Açores na classe docente, não querendo cumprir com a diretiva de 1999 da União Europeia que obrigava a integrar nos quadros os professores, após 3 anos de contratação sucessiva.

Portanto, há aqui um conjunto de fatores que tem afastado os nossos concidadãos mais novos, sobretudo, na altura em que fazem a sua opção profissional desta carreira.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Discordar com o Sr. Deputado Paulo Estêvão quando diz que o Partido Socialista governava, ou reagia, quando tinha os problemas de sobre a mesa.

Deputada Ana Luis (PS): Ah eu logo vi!

O Orador: Sr. Deputado Paulo Estêvão, neste caso concreto, nem com o problema em cima da mesa, o Partido Socialista reagiu e tomou alguma iniciativa!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem razão, fui demasiado otimista.

O Orador: Nem nessa circunstância, porque de facto, durante a governação do Partido Socialista, aposentaram-se nos Açores.

mais de 200 professores e o Partido Socialista não fez nada. Aliás, fez uma coisa, foi ignorar o problema e induzir na opinião pública a ideia de que o problema não existia, dizendo que nós temos menos alunos, portanto, temos professores em excesso, ou seja, isto foi andando, andou... andou...e chegou aos dias de hoje. E hoje o que é que nós temos?

Nós hoje temos nas nossas escolas, infelizmente, nalgumas delas, a situação que tínhamos nas décadas de 1970 e de 1980, quando o ensino se massificou, isto é, há professores sem habilitação profissional com os riscos que isso traz para a qualidade das aprendizagens.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto é inegável. Além duma outra coisa que o Governo do Partido Socialista também fez que foi induzir a Universidade dos Açores a modificar o plano de estudos das licenciaturas via ensino, deixando de ter estágios integrados com dois efeitos perniciosos que daí decorreram; o primeiro é que o estágio deixando de ser remunerado, foi mais um desincentivo à opção pela carreira docente e o outro com a degradação da qualidade da formação dos professores que mesmo assim entraram no sistema.

Deputado Carlos Freitas (PSD): É verdade, é uma realidade!

O Orador: Aqui chegados, ouvimos o Partido Socialista com toda a desfaçatez política dizer que não tem culpas nisto!

Qual foi o estudo do Partido Socialista fez sobre estas necessidades?!

Podia ter feito em 2020, ou em 2015, ou em 2013 - o 1º ano de governação do Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

O que é que fez?!

Se tivesse nessa altura prestado a mínima atenção a ver quantos professores estão na carreira com 55 ou mais anos de idade, tinha chegado à conclusão de que nesta Legislatura - 2021 a 2024 - se vão aposentar, só pelo facto de idade, 319 professores.

O que é que o Partido Socialista fez para evitar este problema?!

O Sr. Deputado Rodolfo Franca, agora diz que o Partido Socialista não tem culpa. Mas pior do que isso é que diz que nós precisamos de ter - e se calhar já devíamos ter - um conhecimento aprofundado desta realidade.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor não ouviu nada do que o Sr. Deputado Rodolfo Franca disse. Nada! Gostava que ele tivesse dito isso, dava-lhe jeito!

O Orador: Mas o que é que os senhores não fazer durante estes últimos 8...10, 12... 20 anos?!

Pior do que isso. Não tendo feito nada, ainda acaba a dizer que este estudo tem que ser feito de forma célere, rapidamente – “os senhores despachem-se, nós não resolvemos o problema, mas agora, tratem de resolver isto rapidamente!”

Deputada Andreia Cardoso (PS): Também não disse nada disso! Nada!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): A Sra. Secretária vai falar sobre isso?

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):

Depende da pertinência!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Coligação traz-nos um Projeto de Resolução que tem essencialmente duas partes e que versa, como já foi referido, sobre a problemática da falta de docentes na Região, em particular um problema é transversal ao País e que tem muitas causas e muitos responsáveis aqui e no País.

Responsáveis dos Governo anteriores do Partido Socialista aqui, responsáveis do Governo atual do Partido Socialista na República e responsáveis dos Governo do PSD e do CDS na República.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E do Bloco de Esquerda que esteve na Coligação na República não tem nada?!

O Orador: Já lá vou. Tenha calma Sr. Deputado!

Deputado Jaime Vieira (PSD): Não tem calma, não, senhor!

O Orador: O Sr. Deputado Joaquim Machado já ficou nervoso e eu ainda não cheguei a ele.

Em primeiro lugar, debruçando-me sobre a Proposta, começo por dizer que ela tem naturalmente boas intenções e especialmente o seu 2º ponto resolutivo faz sentido, já que relativamente ao primeiro, a Sra. Secretária – julgo eu – pode cumpri-lo hoje, porque terá esses dados certamente. Aliás, eu que não sou do Governo até tenho parte deles, estão publicados nas estatísticas da educação, está aqui o número de docentes por grau de ensino.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O Bloco de Esquerda *está muito à frente!*

O Orador: Os dados de 2022 ainda não estão publicados, mas a Sra. Secretária talvez tenha essa atualização. Mas relativamente ao ano letivo 2020/2021, os dados estão publicados tanto nas estatísticas da regionais de educação, como no Relatório do Estado da Educação. Mas, efetivamente, atualizá-los é importante.

No que respeita ao 2º ponto resolutivo, começo por dizer que desejo melhor sorte a esse estudo do que o estudo que foi aprovado aqui no início da Legislatura para se aferir dos impactos da pandemia, do ensino à distância, que foi aprovado aqui e tanto quanto sabemos, não saiu papel.

Desejo, efetivamente, que este estudo, ao contrário de outros, tenha prossecução, seja feito e sirva efetivamente para avaliar as necessidades futuras. O Sr. Deputado Rodolfo Franca já referiu alguns aspetos que certamente, aprovada a proposta e se ela for cumprida, podem ser introduzidos no estudo. E eu acrescentaria um que é aquilo que possa ser expectável do número de professores que estão nos quadros da Região, mas que possam pedir mobilidade, ou afetação, para outras administrações, nomeadamente para o continente, porque nós temos na Região muitos docentes que têm origem no continente e poderão um dia - como é natural na sua vida - decidir sair da Região ir para o continente. E isso não se trata apenas de reforma, porque é algo que é mais previsível que, regra geral, é fácil de saber quantos professores poderão se reformar a cada ano, mas não é possível - ou pelo menos é mais difícil - determinar quantos professores poderão escolher sair da Região por sua livre iniciativa e isso é naturalmente legítimo, mas é preciso precaver também esta situação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Como? Como é que vai precaver isso?

Deputado José Pacheco (CH): Um GPS é que é bom!

O Orador: Olhe, talvez o estudo sirva para isso: precaver e encontrar medidas para estar preparado para que isso aconteça. Ou acha que não vale a pena? Se acha que não vale a pena...então, ficamos assim!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Acho que é um absurdo, Sr. Deputado!

O Orador: Pronto, acha que é absurdo. Fico com essa sua opinião.

Também não posso deixar de dizer que é que é fundamental o Governo também avaliar os incentivos à fixação que estão previstos no Estatuto da Carreira

Docente. A dificuldade que existe atualmente em ficar professores nalgumas ilhas e, já agora, não só nas ilhas pequenas; a dificuldade na habitação é gritante, quantas vezes um professor que é colocado por uma substituição temporária, não terá que pensar se vale a pena pagar uma viagem, alugar uma casa por 400, 500 euros, para trabalhar 2 ou 3 meses?

Esse é um problema sério.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é verdade!

O Orador: Porque, efetivamente, há muita gente que, com toda a legitimidade e com toda a racionalidade, não vai aceitar uma colocação por 1 mês para pagar 1000 ou 2000 euros e ganhar o mesmo. Isso é um absurdo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem razão.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Isso já é um problema.

O Orador: Ou seja, nós temos que precaver essas situações e perceber que uma substituição de 1 ou 2 meses será cada vez menos atrativa para os docentes, neste caso, que não são do quadro, isto é, contratados. Finalmente – indo às responsabilidades, porque elas são importantes - vou citar uma célebre entrevista de um ex-Primeiro-Ministro que dizia o seguinte, quando questionado sobre se aconselharia os professores excedentários que temos a abandonarem a sua zona de conforto e a procurar emprego noutra sítio, passos Coelho respondeu...

Deputado Paulo Gomes (PSD): Credo, isso já é uma fixação!

O Orador: ... e cito:

“Em Angola e não só, o Brasil também tem uma grande necessidade ao nível do ensino básico e secundário” - disse durante uma entrevista ao Correio da Manhã, que foi publicada naquele dia. Bem, quem mandou os professores emigrarem foi Pedro Passos Coelho, do PSD. Não se esqueçam dessa responsabilidade, de quem disse que eles aqui não faziam falta.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Ah esse número já está gasto.

O Orador: Agora estão preocupados, mas quem os mandou embora foi o PSD e o CDS.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Foi por causa das vossas políticas que eles se foram embora!

O Orador: Também, já agora, sobre a situação que se vive no continente, quem *roeu a corda*, literalmente, perante a chantagem de António Costa em deitar o Governo abaixo...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Foi a Mortágua!

O Orador: ... e desdisse aquilo que tinha dito e mudou a sua posição relativamente ao tempo de serviço dos professores, foi o PSD. Porque, perante a chantagem do governo cair, o PSD decidiu salvar a pele do governo e estragar a vida aos professores.

Sr. Deputado Joaquim Machado, é bom que não se esqueça de quem também é responsável pelo tempo de serviço dos professores no continente não ter sido reconhecido.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Como é que é possível?!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Habitualmente as intervenções do Sr. Deputado António Lima do Bloco de Esquerda, e do seu Grupo Parlamentar – permita-me estender o mesmo princípio à Sra. Deputada Vera Pires – é um bocadinho uma espécie de teoria de Leibniz, mas subvertida. Ou seja, seja como for, vindo da Coligação, está sempre mal; até quando nós queremos fazer o estudo das necessidades de pessoal docente Região, está mal, porque vem da Coligação.

Deputada Vera Pires (BE): Esse discurso é tão pobre!

O Orador: E encontra sempre uma culpa, uma responsabilidade nos partidos da Coligação, mesmo quando toda a gente vê, mesmo quando toda a gente sabe, mesmo quando toda a gente sente que o problema vem de há muito e que nos foi deixado pela governação do Partido Socialista.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

Mas dito isto, nesta tentativa de culpar sempre os partidos da Coligação dalguma coisa, diz o Sr. Deputado António Lima que o problema dos professores é um problema causado pelo PSD.

Deputado António Lima (BE): Realmente são responsáveis!

Deputada Vera Pires (BE): Quem é que congelou as carreiras?!

O Orador: Admitíssemos até que era, mas o Bloco de Esquerda nos 4 anos seguintes à governação de Passos Coelho, esteve no Governo da República, na Geringonça de António Costa e não reverteu uma alínea das medidas que por imposição da Troika, o País teve que adotar para não entrar na banca rota!

Deputado António Lima (BE): Os senhores deram o dito pelo não dito!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Uma alínea que fosse!

Deputado António Lima (BE): Os senhores não deixaram!

O Orador: Uma alínea das medidas que, por imposição da Troika o País teve que adotar para não entrar na bancarrota.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Aliás, Sr. Deputado permita-me que aproveite a boleia para lhe dizer que não foi só na área da educação.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Tudo!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Tudo aquilo que disseram...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Tudo!

O Orador: ... tudo o que esconjuraram relativamente ao Código do Trabalho, os senhores que chegaram aos 4 anos de Coligação com o PS e com o PC, não mudaram uma linha.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, sobre as culpas, Sr. Deputado, estamos conversados. Mas gostava também de conversar consigo sobre o que este Governo tem feito para melhorar o sistema educativo regional. Sobre o que este Governo tem feito para melhorar a vida dos professores, nomeadamente acabando com a precariedade.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Este Governo já abriu 1009 vagas e o senhor sobre isso não tem uma palavra...

Deputado António Lima (BE): E as que fecharam?

O Orador: ... eu já não lhe peço um elogio, porque sei que dificilmente fará um elogio à Coligação. mas ao menos de reconhecimento que devia introduzir nas suas intervenções...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sim.

Deputado António Lima (BE): O senhor agora é que vai mandar nas minhas intervenções!

O Orador: ... o carácter de respeito e de seriedade política que devia ter ao menos constatando esse facto, mas não consegue ter.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não consegue.

O Orador: O senhor não consegue sequer reconhecer a evidência de que este Governo abriu mais de 1000 vagas, que acabou com a precariedade e vai continuar a diminuir a precariedade entre a classe docente...

Deputado António Lima (BE): Acabou ou vai diminuir?!

O Orador: ... com mais um conjunto de vagas que estão neste momento a concurso para quadros de ilha.

O Orador: Acabando, com uma situação inadmissível que se viveu aqui durante mais de 20 anos.

O senhor não deu uma palavra para dizer, e para reconhecer ao menos...

Deputado António Lima (BE): Para isso tem o senhor!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... que este Governo já deu entrada no Parlamento - e o senhor tem obrigação de conhecer - uma revisão do Estatuto da Carreira Docente que, entre outras coisas, faz recuperar os 3 anos de serviço que os muitos professores dos Açores perderam na brincadeira que o Partido Socialista fez a criar estatutos da carreira e na ida para um e na volta para outro, há dezenas de professores nos Açores que perderam 3 anos da sua vida profissional.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Deputado António Lima (BE): Eu não disse isso!

O Orador: O senhor sabe que isto está no texto da revisão do Estatuto da Carreira que já deu entrada no Parlamento. E o senhor diz que é preciso fazer alguma coisa quanto à atratividade da carreira docente dos Açores.

Deputado António Lima (BE): Eu não disse isso!

O Orador: Ah não quer?! Não quer que a carreira seja mais atrativa?

Deputada Vera Pires (BE): Ele não disse isso!

O Orador: Pois, quando é para reconhecer o que este Governo está a fazer o

senhor omite e fica calado.

Eu não me calarei a denunciar aquilo que foi mal feito no passado, aquilo que estamos a fazer bem e a dar um contributo para que façamos ainda melhor.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Deputado Carlos Silva (PS): E aquilo que está a fazer mal?

1009 vagas? - foi o que disse!

Em minutos aumentou assim tanto?!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou tentar ficar entre os 13 segundos do Sr. Deputado José Pacheco e os 16 segundos do Sr. Deputado Pedro Neves.

Este Projeto de Resolução traz-nos uma indicação ao Governo que nos parece que – não quero dizer que é como o *Melhoral* – já devia existir. Na modesta opinião desta bancada parlamentar, se estes indicadores não existem na posse do Governo Regional dos Açores, como é que se podem tomar decisões sólidas sem indicadores desta natureza?

Certamente que eles existem, Sra. Secretária. Esclareça-nos!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Nuno Barata:

Deixe-me dar-lhe alguma atenção, eu sei que V. Exa gosta.

Quero-lhe dizer Sr. Deputado Nuno Barata, que a melhor forma de saber que isto não está feito é o Sr. Deputado Rodolfo Franca querer fazer isto depressa.

Porque não está feito e ele e a sua bancada bem sabem, porque estiveram 24 anos no poder e não o fizeram. Ele agora acha que bem.

Deputado Nuno Barata (IL): Eu não acho!

O Orador: Cada vez que oiço o Deputado Rodolfo Franca, acho que ele nos dá poderes sobrenaturais.

Quer dizer, ele não fez em 24 anos e agora diz que temos que fazer rápido, isto é, temos que fazer aquilo que ele e o PS não fizeram em 24 anos, temos que fazer rápido.

E, portanto, deu aqui a resposta ao Sr. Deputado Nuno Barata que, entretanto... desertou da sua bancada.

Deputado Nuno Barata (IL): Estou aqui.

O Orador: Ah já cá está outra vez.

Portanto, é evidente, o Sr. Deputado (Rodolfo Franca) acha que era evidente que isto se tinha que fazer? Acha? Eu também acho! Mas não foi feito. O evidente e o lógico não foi feito.

Repare uma coisa: isto não é só dizer *tem que ser rápido*, temos que considerar um conjunto de variáveis, tais como, é preciso saber o número de alunos – e isso tem muito a ver com estudar a demografia em cada um dos locais, verificar que número de alunos é que são previsíveis, que escolhas diárias são feitas, quais são as necessidades específicas em cada um dos cursos, ou seja, há um conjunto de variáveis que exigem um estudo aprofundado que permitiria depois encontrar as melhores respostas.

Portanto, Sr. Deputado Nuno Barata, o Partido Socialista já lhe respondeu. Não está feito e quer que seja feito rapidamente, porque dá a este Governo poderes sobrenaturais, ou seja, nós conseguimos fazer o que eles não fizeram e, ainda por cima, conseguimos fazer depressa.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O Sr. Deputado Paulo Estêvão não ouviu o que foi dito!

O Orador: Portanto, é esta a matéria.

Também gostava de dizer, em relação ao Bloco de Esquerda, que está sempre contra tudo.

Sr. Deputado, oiça, por mim pode lutar, pode fazer a arqueologia que quiser.

Deputada Vera Pires (BE): E por mim pode fazer o que quiser!

Deputado António Lima (BE): Qual foi a mentira que eu disse?!

O Orador: Oiça, podem fazer o que quiserem, podem ir até ao Neandertal. Mas há uma coisa que é importante que V. Exas. façam, e façam duma forma séria, porque V. Exa...

Deputado António Lima (BE): Isso é desonesto!

O Orador: Sim, com a seriedade que V. Exa. tem no plano pessoal. Já no plano político, não posso dizer a mesma coisa. Pessoalmente V. Exa. é impecável, é uma pessoa honesta e íntegra.

Do ponto de vista político... pronto, é o que acontece.

Ó Sr. Deputado, então a culpa é do Governo de Passos Coelho?! E o Sr. Primeiro-Ministro, António Costa, que vai governar 11 anos, não tem culpa nenhuma nos últimos anos?!

Deputado António Lima (BE): Tem, tem!

O Orador: E as manifestações de professores que V. Exa. e o vosso partido acompanham, também não têm razão?

V. Exa. não tem uma simples referência para o Primeiro-Ministro António Costa?! Uma que seja?! Uma *referenciazinha* ao vosso ex-companheiro...

Deputada Vera Pires (BE): Não ouviu a intervenção?

O Orador: ... que durante 4 anos em que o Bloco teve a capacidade decisiva de poder alterar alguma coisa, alteraram?!

Deputado António Lima (BE): Sabe porquê? Devido aos seus parceiros de coligação!

O Orador: Se alteraram não se vê como, porque os protestos dos professores estão aí, porque não recuperaram o tempo de serviço. Tendo o Bloco tanta influência, não o conseguiu fazer, Sr. Deputado. Explique-me isto!

Deputado António Lima (BE): Já lhe explico!

O Orador: Como é que o Bloco de Esquerda e o Sr. Primeiro-Ministro António Costa no Governo, não tendo sido na altura o partido mais votado, assinam o acordo e fora dele ficam os professores todos que não recuperaram o tempo de serviço?! Explique-me esta incongruência tremenda, faça um bocadinho de autocritica em relação a essa oportunidade perdida, Sr. Deputado! Olhe, eu vou lhe-dar o meu próprio exemplo: eu agora que tenho presença na bancada que apoia o Governo, juntamente com todos os Srs. Deputados que aqui estão, o que estamos a fazer é tentar – juntamente com o Governo – resolver alguns problemas antigos. Oiça, o senhor não teve uma palavra para dizer sobre o facto de ser muito positivo que se tenha recuperado os 3 anos que se perderam na transição entre carreiras?!

Não acha que isto é fazer diferente?!

Lá fora nem sequer recuperaram o tempo de serviço.

Deputada Ana Luis (PS): Mas os senhores já recuperaram o tempo de serviço?!

O Orador: Aqui, não só recuperámos o tempo de serviço todo, como estamos ainda a recuperar os 3 anos de transição entre carreiras, Sr. Deputado.

A respeito disso não tem nada para dizer?!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado, junte-se a isto, porque tudo isto é muito importante.

A Sra. Deputada Ana Luís já está a esbracejar!

Deputada Ana Luís (PS): Eu estou o quê?!

O Orador: “Como é que é possível que o Sr. Deputado ainda esteja no uso da palavra a dizer estas coisas?! Se fosse eu já não estaria”. Bom, Sra. Deputada, mas vou-lhe dizer que estamos a falar na educação e estamos a falar em criar as condições para fixar professores. E tudo isto é muito importante. A recuperação do tempo de serviço, a melhoria da carreira.

Eu sei, Sra. Deputada, que se fosse há dois anos e tal eu já não estaria no uso da palavra.

Deputado Francisco Coelho (PS): Há dois anos e tal descongelava-se!

O Orador: Mas ainda estou, não posso é gastar o tempo todo, porque ainda quero dizer mais uma coisa ao Bloco. Só mais uma coisinha.

Deputado António Lima (BE): É melhor não dizer!

O Orador: Ó Srs. Deputados porque é que não têm sequer uma palavrinha? E porque é que não caminham conjuntamente?

Eu já caminhei às vezes com o Bloco, para desespero do Sr. Deputado Nuno Barata que só está ao lado do Bloco e do PS para votar moções de censura.

Eu já estive em causas justas e o que lhe quero dizer é o seguinte, Sr. Deputado...

(Neste momento, o Deputado António Lima mostra um documento ao Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: Eu já vejo isso, agora não consigo. Acha que eu consigo ver daqui?

Oiça, o que eu lhe quero perguntar é o seguinte:

Não acha justo, por exemplo, a recuperação dos professores do 1º ciclo que se reformavam mais cedo e, por isso, em termos de horas letivas, tinham mais horas e ficaram estes anos todos - e também no Governo de esquerda que governa o País - a dar mais tempo de aulas do que os seus colegas do 3º ciclo e

os do ensino secundário? Não acha que é uma medida - utilizando uma linguagem que V. Exa. gosta -, esta sim, absolutamente *revolucionária*?

Não são as centenas de milhares de euros que o Sr. Deputado Nuno Barata acha que já vestiu as cores da Revolução Francesa, não. Verdadeiramente revolucionário é isto, é dizer assim “vamos acabar com a injustiça entre professores e vamos todos, os professores do 1º ciclo, os educadores de infância, os professores do 3º ciclo e do ensino secundário ficar equiparados e os professores do 1º ciclo vão deixar a breve trecho de ficar numa situação de absoluta desigualdade”. São centenas de professores que estão nesta situação.

Tem alguma palavra a dizer sobre isto, Sr. Deputado?!

Não acha que é importante para a fixação de professores na Região Autónoma dos Açores ter justiça nesta Região?!

Deputada Ana Luis (PS): *Vai-se fazer.* Ainda não se fez.

O Orador: O que nós podemos dizer aos professores do 1º ciclo e também aos educadores de infância, é que podem ficar aqui, porque este é o único território nacional onde se lhes faz justiça.

É isso que o Sr. Deputado precisa de reconhecer, obviamente, se quiser falar nisso.

São estas as mudanças de que é necessário falar. Mas eu quero ainda falar noutro assunto e, por isso, vou deixar mais 5 minutos para continuarmos o nosso diálogo e o nosso debate.

Deputado António Lima (BE): Continue!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS)**: Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta minha segunda intervenção norteia -se, por aquilo que eu ouvi, por duas palavras: **conhecimento** e **reconhecimento**.

Do meu ponto de vista a palavra **conhecimento** aplica-se como um... casaco que Sr. Deputado Paulo Estêvão agora gosta de exhibir e que é completamente dirigida a si. E porquê?

Eu dirijo-a si, Sr. Deputado, porque V. Exa. revela desconhecer o histórico da educação nos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu não sei. Só o senhor é que sabe!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Olhe que não!

O Orador: Sei talvez um bocadinho mais, porque pelo menos sei porque é que os professores na Região não se estão manifestando como estão-se manifestando no continente?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ah sim, deve ser porque têm medo!

(Risos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

O Orador: Será por isso?!

Eu não ponderei essa hipótese, mas se o Sr. Deputado Joaquim Machado assim entende, vou pensar no assunto. Mas eu julgo que neste caso, não será por isso, mas sim porque o Governo do PS resolveu um problema que ainda está por resolver no continente, que é a recuperação do tempo de serviço do pessoal docente.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E quem é que o tinha criado?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Por outro lado, Sr. Deputado Paulo Estêvão revela também não conhecer o seu próprio Projeto de Resolução quando fala num conjunto de indicadores que não estão lá. E que nós, Grupo Parlamentar do PS, acabámos de pedir que tomem atenção a esses mesmos indicadores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estão todos lá!

O Orador: Porque não somos nós que o dizemos. Nós somos a voz de quem foi ouvido e de quem deu os seus pareceres.

Portanto, tudo o que eu acabei de dizer na minha primeira intervenção, foi tudo aquilo que foi dito por quem foi ouvido, pelos sindicatos nomeadamente. O que é ainda mais incrível, do nosso ponto de vista, não é o facto de não nos ouvirem a nós, pois isso acaba já por ser habitual, é sim o facto de não ouvirem sequer supostamente quem devem ouvir, a começar pelos próprios sindicatos do pessoal docente. Tudo aquilo que eu disse na minha primeira intervenção, foi tudo aquilo que eles próprios também disseram.

Portanto, a palavra **conhecimento** aplica-se a si e parece-me que deveria rever um bocadinho mais os assuntos antes de falar neles numa forma que até parece que tem propriedade ao falar deles. Sr. Deputado Joaquim Machado, a palavra **reconhecimento**, do meu ponto de vista, aplica-se a si. E porquê?

Porque não é sério, Sr. Deputado, vir confundir tudo isto com a situação do continente, porque sabe muito bem, pois neste caso tem conhecimento, que quem recuperou o tempo de serviço dos docentes na Região foi o PS. E é por esse motivo que as carreiras aqui já se encontram mais valorizadas do que no continente. O Sr. Deputado Joaquim Machado vem procurar atirar areia para os olhos e fazer crer que aquilo que diz faz algum sentido, quando é inaceitável, Sr. Deputado, que faça isso, visto que todos nós sabemos muito bem que o senhor também sabe - é só uma questão de reconhecimento.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado António Lima, a quem dou a palavra.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Talvez tenha havido alguma distração na minha intervenção, porque talvez não tenham ouvido que o Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente a Proposta. Não temos nada contra, até fizemos algumas sugestões de melhoria, principalmente na implementação da mesma.

Nós temos estado ao lado de todas as Propostas que consideramos serem boas para a carreira docente, que são boas para a educação na Região, seja nesta Legislatura como na anterior e noutras, ao contrário, por exemplo, do PSD que em 2008 não votou a favor da recuperação do tempo de serviço e de descongelamento de 2 anos. Talvez se tenha esquecido. Mas é também é preciso não esquecer, em relação ao tempo de serviço, sobre aquilo que se passa no continente, onde novamente o PSD, e também o CDS, travaram a recuperação integral do tempo de serviço no continente. Votaram contra.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Como?!

O Orador: E não sou eu a dizer.

Olhe, por exemplo, o *Polígrafo*: “Voto do PSD e CDS travou a recuperação do tempo integral do tempo de serviço dos professores em 2019? Verdadeiro!”.

Cá está. Quem votou contra e quem impediu a recuperação do tempo de serviço integral com propostas que existiam na Assembleia da República, quem *roeu a*

corda e não foi leal foi o PSD e o CDS.

(Neste momento, o Deputado António Lima mostra um documento à Câmara

Vice-Presidente do Governo (Artur Lima): Quem é que tinha a maioria?! Os senhores!

Os senhores não têm é vergonha, mas isso é outra questão!

O Orador: Por isso, os professores têm muitas razões de queixa do PSD e do CDS.

Sobre responsabilidades também é preciso que fique claro as responsabilidades de todos neste processo. E sobre reconhecer aquilo que está bem olhe, nós vamos votar a favor da Proposta. Querem maior reconhecimento de que nós concordamos com a Proposta? - não sei o que é que querem mais.

Para tecer loas ao Governo e outras coisas., está cá o Sr. Deputado Joaquim Machado para o fazer.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): O senhor sabe fazer melhor do que isso, sabe sim senhor. E a Sra. Deputada Andreia Cardoso também!

Não vale a pena esconder o *sol com a peneira!*

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Fico satisfeito pela circunstância do Sr. Deputado António Lima ficar incomodado cada vez que eu faço um reconhecimento pelo bom trabalho que o Governo Regional faz. Pelo menos tem essa capacidade, coisa que o Sr. Deputado do PS não evidencia ou não revela – permita-me que diga, acho

mesmo até que faz um esforço em sentido contrário. Mas é a sua opção, está no seu direito. E, portanto, sobre isso não teço qualquer juízo de valor.

Sr. Deputado António Lima, a situação que hoje se vive na carreira docente dos Açores, é significativamente diferente (para melhor), do que aquela que os colegas do continente vivem.

Deputado António Lima (BE): Mas não é de agora!

O Orador: É de agora e é de há um ano e meio a esta parte.

É melhor agora, porque o Governo Regional da Coligação resolveu um problema gravíssimo que havia no nosso sistema educativo regional ao nível da precariedade.

Deputada Ana Luís (PS): Oh Sr. Deputado, isso não é correto!

O Orador: Se, porventura, o Sr. Deputado diz que não é de agora, mas que é desde a altura em que o anterior Governo Regional fez a recuperação do tempo de serviço congelado, é evidente que está a dizer a verdade, não há sobre isso qualquer problema, é uma evidência. Mas só o Governo Regional de então podia ter feito a recuperação.

Deputada Ana Luís (PS): É que não é de agora mesmo. Também tem que ter a capacidade de reconhecer isso!

O Orador: Não foi à falta de iniciativas e de tentativas da oposição dessa altura, incluindo o seu próprio partido. Aliás, verdade também se diga - e eu não tenho qualquer reboço em reconhecer e partilhar com aqueles que porventura se queiram esquecer ou *fazer-se esquecidos* - da luta que o Bloco de Esquerda também fez neste Parlamento para contrariar a precariedade do pessoal docente na Região. Agora já lhe falta essa capacidade também para reconhecer quem efetivamente resolveu esse problema. E quem continua a resolver esse problema. Basta ver o número de professores contratados todos os anos que está significativamente a diminuir, e isso faz-se pela estabilidade que é dada aos outros que vão entrando através -

volto a lembrar - da abertura de mais de 1000 vagas.

Diz o Sr. Deputado Rodolfo Franca que o Governo do Partido Socialista é que recuperou o tempo de serviço nos Açores - é verdade que o fez. Mas só podia ser o governo da altura a fazer. Mas fê-lo, não por vontade nem por iniciativa imediatamente perante a existência do problema, mas só depois de um conjunto significativo de manifestações, protestos e de luta dos professores para que isso acontecesse.

Teve mais sensibilidade do que António Costa? Teve.

Resolveu o problema dos professores dos Açores, todos? Não, não resolveu o da precariedade nem resolveu os 3 anos perdidos entre carreiras.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Mas só quem pode resolver é este Governo!

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):

É o que estamos a fazer!

O Orador: O Sr. Deputado Rodolfo Franca diz em aparte, “mas quem pode resolver agora é este Governo”.

Deputada Andreia Costa (PS): E é verdade!

O Orador: Mas a última revisão do Estatuto da Carreira Docente foi em 2015. Nesse ano juntaram mais tempo perdido a várias dezenas de pessoas na Região e entre 2015 e 2020 os senhores ficaram sentados e o senhor andou calado esse tempo todo!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E hoje exige que este Governo resolva esse problema rapidamente.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Ó senhor eu não era político!

O Orador: Em 2015 os professores dos Açores perderam tempo de serviço

Comentado [AC5]: cardoso

novamente, como já tinham perdido numa revisão do Estatuto da Carreira anterior e os senhores não fizeram nada!

Não fizeram nada durante esses 5 anos. Foram insensíveis. E quando nós lemos o programa eleitoral do Partido Socialista, também nada dizem sobre isso, isto é, sobre a recuperação destes 3 anos. Enquanto o programa eleitoral do PSD tinha lá esse compromisso, o programa do Governo não contém e o Estatuto da Carreira Docente que já deu entrada na Região, vai recuperar esse tempo de serviço para os professores dos Açores.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, estamos ou não estamos a cumprir com o nosso dever?

Estamos a cumprir com o nosso dever, mas também a cumprir com o nosso compromisso e a resolver um problema que os senhores deixaram!

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiro, das intervenções que me antecederam, dizer há algo inegável, que são as mudanças que têm existido ao nível da educação em tão pouco tempo e aquilo que tem sido o trabalho realizado por este Governo.

A verdade é que temos que recordar que 50 dias após a tomada de posse deste Governo, foi apresentada a proposta de alteração ao regulamento do Concurso do Pessoal Docente, limitando a questão da contratação sucessiva e que permitiu o vínculo de 429 docentes na nossa Região. E, portanto, desde o início,

tem sido feito um trabalho diferenciador na valorização da carreira docente para que esta também permita que mais professores sejam fixados na nossa Região e esse trabalho é inegável.

A verdade é que basta irmos aos Diários das Sessões para perceber que há realmente uma mudança de paradigma, porque no caso da educação, já foram colocados mais de 1000 vagas em quadro durante este mandato. Ou seja, em sensivelmente três anos, já temos mais de 1000 vagas nos quadros.

A verdade é que mesmo diminuindo o número de alunos, existiu um aumento do número de docentes a lecionar na nossa Região.

A verdade é que se formos ver o Diário das Sessões, o que é que o dizia o anterior Secretário da Educação?

Dizia que temos o número de docentes suficientes para aquilo que são as necessidades da Região, porque de ano para ano temos menos alunos. E aqui há, sem dúvida, uma mudança de paradigma nesta temática. Isso é inegável.

Deputados Bruto da Costa (PSD) e Rui Martins (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

A Oradora: Depois, dizer que as outras medidas que estão a ser implementadas, e que já entraram qui nesta Casa, desde logo a revisão do Estatuto da Carreira Docente, a criação das bolsas com frequência a mestrados de ensino, os protocolos para a criação de mestrados nas áreas de recrutamento onde há mais necessidade, ou seja, há todo um trabalho que tem sido desenvolvido e isso não pode ser negado, por mais que estejamos na posição ou na oposição, acho que isso está à vista de todos. Está visto, é um trabalho comprovado. E disso não nos podemos esquecer.

Esta minha intervenção vem no sentido daquilo que já foi dito por várias bancadas, nomeadamente do PS e do Bloco de Esquerda, no que concerne às variáveis.

Efetivamente, isto é uma Resolução. Existem estas variáveis que consideramos que são imprescindíveis que constem do estudo. A verdade é que neste estudo, como qualquer outro, podemos introduzir um número sem fim de variáveis. É verdade e todos sabemos isso, neste estudo, como em qualquer outro. E portanto, foi por isso e também por aquilo que resultou do trabalho de Comissão e dos pareceres que foram concordantes com a necessidade - que muitos já referiam a urgência deste estudo e que já deveria ter sido feito - a verdade é que no âmbito do trabalho da Comissão, o que nos foi transmitido foi que a avaliação que era feita considerava apenas duas variáveis - o número de docentes e o número de aposentações - e a verdade é que nos pareceres conseguimos vislumbrar essa necessidade, não fomos só nós que dissemos, mas também todos os pareceres dados a esta iniciativa. Mas como um estudo que é, a verdade é que podem ser introduzidos um número sem fim de variáveis e, por isso, disse naquela tribuna que isto era uma recomendação ao Governo. Estas são as variáveis que nós consideramos a base para este estudo, podendo sim o Governo introduzir outras variáveis que considere pertinentes para o estudo.

É este o nosso entendimento sobre esta matéria. E parece-nos que estar a dizer que podíamos ter aproveitado a iniciativa para introduzir mais variáveis ou para mudar o que quer que seja, Sr. Deputado Rodolfo Franca, também muitas vezes estamos nesta bancada e apresentam vocês propostas de alteração e nós também entendemos que deviam ter sido feitas noutra sentido. E, portanto, é assim que funciona o Parlamento. Apresentámos a substituição integral, porque entendemos que seria útil para adequar a redação.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Rodolfo Franca:

Sabe há quantos anos é que eu dou aulas?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Que não dá aulas!

Deputada Ana Luis (PS): O senhor há 15 anos que não põe os pés numa sala de aulas!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não há idade para aprender!

O Orador: Há 34 anos.

Mas sabe o que é que eu faço cada vez que entro numa sala de aulas? Sabe qual é a minha atitude? Vou lá também para aprender com os meus alunos. Vou lá com uma atitude de aprender; de ensinar alguma coisa, mas também de aprender muita coisa com os meus alunos.

Vejo que V. Exa. pertence à escola autoritária.

Veio aqui dizer “V. Exa. não sabe”, “V. Exa. não viu”, V. Exa. é o tipo de professor, Sr. Deputado, que eu acho que faz muito mal aos nossos alunos, porque vem dizer que não sabe, não quer saber... eu sou melhor do que vocês. E V. Exa. é o tipo de professor que digo-lhe já, não ajuda as nossas escolas e as nossas famílias, pelo menos na atitude que demonstrou neste momento.

(Protestos impercetíveis de alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: Dizia V. Exa. que não conhece a recuperação do tempo de serviço. Oh Sr. Deputado, eu apresentei aqui propostas que foram chumbadas pelo Governo do Partido Socialista.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Então não devia ter dito o que disse!

O Orador: E em relação à recuperação do tempo de serviço, o Partido Socialista só faz sob pressão imensa deste Parlamento, sob pressão imensa dos professores, Sr. Deputado. Todos sabem que isto é verdade!

Mais do que isso, Sr. Deputado, vem aqui V. Exa. dizer - veja a diferença - não foi preciso que nos pressionassem, não foi preciso que fizessem greve, não foi preciso que aqui apresentassem propostas por parte do Partido Socialista que não foram apresentadas para recuperar os 3 anos de serviço que ainda falta recuperar da transição entre carreiras.

Veja a diferença, do que é fazer sob pressão, com a pressão nas ruas, com a pressão da contestação e fazer, porque achamos que é justo, Sr. Deputado, essa é a grande diferença.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Quero dizer também, Sr. Deputado, diz V. Exa., falta isto e aquilo neste estudo. Ó Sr. Deputado!!

Deputado Rodolfo Franca (PS): Faltam indicadores!

O Orador: Da sua bancada, o senhor diz-me isso?!!! O senhor que não fez nada quando faltava tudo!!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Eu vou lhe dizer uma coisa...

Deputado José Ávila (PS): Não diga!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: ... o que vai faltar aqui no Governo Regional sempre é um Secretário que diga que os alunos dos Açores “não aprendem por dificuldades genéticas”!! Isso vai faltar sempre!!!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Isso! Boa! Apoiado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra agora a Sra. Deputada Célia Pereira.

(*) Deputada Célia Pereira (PS): Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu venho a debate para lembrar aquilo que é o foco desta deste Projeto de Resolução, que é o estudo diagnóstico das necessidades de docentes para os próximos 10 anos.

A carreira docente é importante, é um tema que nos preocupa a todos, cada um dos partidos nesta câmara tem procurado contribuir positivamente nesse sentido, mas efetivamente o que estamos aqui a debater é um estudo que já foi reconhecido por todas as bancadas desta Câmara, que é urgente e necessário. E que além dos indicadores que são propostos pelos partidos que o suportam, deve incluir outros indicadores, tal como foi sugerido pelas entidades, nomeadamente pelos sindicatos ouvidos. E este estudo omite nos indicadores

que propõe uma parte muito importante que é objeto daquilo que é o futuro da educação na nossa Região, que são justamente os alunos. Não há qualquer referência quanto à necessidade de estudar a evolução em termos demográficos e em termos de número de alunos, face ao que temos e face àquilo que se estima venhamos a ter em cada uma das nossas 9 ilhas, em cada um dos nossos 19 concelhos em cada uma das nossas escolas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): E o vosso estudo?

A Oradora: Vocês estão tão preocupados com o PS e não resistem, em vez de preocuparem-se com um estudo que é para os próximos 10 anos, ao invés de preocuparem-se com os 10 anos que antecederam.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Portanto, vocês têm necessidade de fazer uma análise comparativa. Mais.

Deputado Carlos Freitas (PSD): E o vosso estudo que fizeram em quatro anos?!

A Oradora: Também não é verdade que não há dados que caracterizam o estado da educação na Região.

Há dados estatísticos da educação, podem não ser suficientes, mas se não são, então acrescentem outros indicadores, acrescentem outros dados que façam com que tenham a informação de que necessitam.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Eu estive no ensino! Não havia democracia!

A Oradora: Ó Sr. Deputado, deixe-me falar, não seja o eco daquilo que eu estou a dizer.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Mas eu estive lá!

A Oradora: Está bem, muito obrigada. Já todos sabemos que é muito injustiçado. Adiante.

A Oradora: E, portanto, não é verdade que não há números sobre a educação na nossa Região. Não é verdade que não há dados estatísticos que possam servir de apoio à Sra. Secretária para implementar medidas, definir metas e estabelecer objetivos.

É preciso mais, estamos todos de acordo, relativamente a isso, não há dúvidas. Porém, se querem aproveitar este momento para fazer chicana política e para fazer disto uma discussão sobre o passado e não sobre o futuro, não contam connosco!

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Olha agora!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais.

(*) Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou começar por responder à questão que me foi colocada pelo Sr. Deputado Nuno Barata.

É óbvio que nós temos estes dados prospetivos dos professores que se vão aposentar até para a próxima década, já apresentámos até 2024, Sr. Deputado, na sequência dum requerimento que nos foi apresentado e já o estendemos para a próxima década.

A questão que aqui se coloca, como tem sido discutido, e parece-me que é mais ou menos consensual entre as bancadas, é que é preciso enquadrar estes dados com outros indicadores, nomeadamente com os demográficos.

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem, certíssimo!

Comentado [AC6]: cardoso

A Oradora: E para que isso aconteça, também é preciso que consigamos ter uma noção e uma avaliação do que foi a última década, para podermos então projetar a próxima década. E é precisamente isso que estamos a fazer.

A resolução que aqui nos é trazida é uma proposta de trabalho inicial e o Governo dos Açores, com a atenção que tem tido sempre perante os requerimentos que aqui entram, perante as posições que as audições feitas na Comissão dos Assuntos Sociais, obviamente, depois também faz o seu trabalho. E é isso precisamente que nós estamos aqui a fazer. Porém, o que eu gostaria aqui também de salientar – e é a pertinência deste estudo – é que nós estamos num ponto de viragem que pode ser muito perigosa no cenário nacional e regional.

A discussão que se faz a nível nacional não é apenas uma questão corporativista e mesmo que fosse, estamos a falar de uma classe que é absolutamente essencial para o desenvolvimento do País. Estamos a falar também da maior classe profissional que existe no País e na Região – é exatamente a mesma coisa. Mas o que está aqui em causa é, acima de tudo, a defesa da escola pública e da qualidade da escola pública.

Por isso, é que nós temos que ter atenção o tipo de políticas que estamos a desenvolver, precisamente para desenvolvermos a qualidade e protegermos a escola pública.

Por isso, é que este Governo dos Açores, desde o início, desenvolveu logo medidas de resolução imediata, medidas a médio prazo e também as há a longo prazo.

Temos, por exemplo, a curto prazo, o sistema de incentivos que aplicamos para que alunos dos cursos via ensino que estão nas universidades no continente, e que queiram vir para os Açores estagiar cá, possam vir sem ter o problema de quem é que paga as deslocações dos seus tutores e dos seus avaliadores a nível

nacional. E com isso temos tido de cursos via ensino - alguns açorianos outros não – que têm vindo para os Açores, precisamente à custa deste apoio.

Para além disso, as bolsas que estão a ser atribuídas aos cursos onde tem havido mais falta de professores com maiores necessidades, de recrutamento através da BEPA.

Estas bolsas são muito significativas que estão a conferir, salvo erro, 465 euros por mês a cada um dos alunos nos mestrados nestes cursos com maiores falhas.

Mas vamos continuar a progredir.

Em relação aos que vão ingressar na profissão, é preciso, é absolutamente fundamental que estes novos professores tenham regimes de tutoria assim que entram na profissão e que sejam devidamente pagos.

Lá está, trazendo aqui à colação também o que disse o Sr. Deputado Joaquim Machado, foi uma das medidas que foi feita no passado, e que foi um erro e que agora este Governo está a corrigir com a alteração do Estatuto da Carreira Docente. E como este, temos muitos mais exemplos.

O Sr. Deputado Rodolfo Franca disse que o Governo anterior não teve culpa.

Sr. Deputado Rodolfo Franca:

Houve uma série de situações e de condições normativas e legislativas, e até mesmo de relacionamento com a classe – e eu sei bem do que é que estou a falar - que levaram a este desprestígio da classe docente nos dias de hoje. E não podemos olhar para trás e não assumirmos que houve decisões políticas que foram profundamente erradas e que estão na base da situação em que nos encontramos hoje, é um sinal muito... assustador e que nos podem indiciar que se os senhores voltarem novamente ao poder, vão fazer

Exatamente o mesmo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): A sua preocupação é o poder, Sra. Secretária!

A Oradora: e mesmo a terminar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando o Partido Socialista aqui também diz que resolveu um problema, queria deixar duas notas.

Resolveu um problema que criou porque na Região nós temos autonomia político-administrativa, que tinha permitido desde 2008 não fazermos as alterações à carreira docente que foram feitas pelo Partido Socialista na Região.

Como segunda nota, este problema que o Partido Socialista agora reconhece que foi resolvido e, já agora, somos nós que estamos a pagar e isto tem implicações orçamentais...

Deputado Carlos Silva (PS): Nós, não.

Deputado José Ávila (PS): Nós, quem?

A Oradora: ... mas *a talho de foice*, este problema que o Partido Socialista agora reconhece ter sido resolvido e que se prende com a recuperação do tempo de serviço, deixo aqui um apelo ao próprio PS para que se juntem a nós junto da Assembleia da República e do Governo da República, para que possa haver uma reversão das políticas nacionais e que o tempo também seja considerado em todo o País.

Muito obrigada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputada Andreia Costa (PS): O Sr. Deputado Joaquim Machado não ia deixar a Sra. Secretária ficar com a última palavra.

(* Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A última intervenção da bancada do Partido Socialista foi uma intervenção generosa de quem, a todo o custo, tenta recompor as intervenções anteriores, tentando dar um tom magnânimo, consensualizador e prospetivo.

Deputado Rodolfo Franca (PS): O Sr. Deputado não vai deixar, não é?!

O Orador: Ainda bem que na bancada do Partido Socialista alguém vai conseguindo ter esse discernimento.

Não posso deixar de dizer, todavia, Sra. Deputada Célia Pereira, que isso sendo bom, não é suficiente. Não é suficiente também neste assunto que estamos a debater. Porque há um princípio da filosofia que diz que *tudo o que existe tem um efeito e todo o efeito tem uma causa.*

Deputado Carlos Silva (PS): Grande intervenção!

O Orador: E tomando esse princípio filosófico já muito antigo como bom – pelo menos até agora ninguém o contestou – traduzindo para esta situação concreta, o que nós temos que fazer efetivamente é o estudo, ele vai ter um efeito que será seguramente o facto de termos políticas assertivas e acertadas e, ainda mais, sustentadas por esse conhecimento do que tivemos já nestes 2 anos e meio. Mas se tudo tem um efeito e todo o efeito tem uma causa, a ela (a causa), não podemos renunciar e muito menos ignorar. A causa é que efetivamente o Partido Socialista, enquanto foi Governo, não cuidou, não teve

capacidade prospetiva, não realizou nenhum estudo, não tomou medidas na área de educação, relativamente a incentivos à carreira docente que pudessem prevenir e precaver a situação que estamos a viver hoje.

Neste ano, reformam-se nos Açores, só por idade, 83 professores.

Há 10 anos, essa informação já era conhecida. Esses professores, há 10 anos, tinham 56 anos de idade.

O que é que o Partido Socialista fez?

O Partido Socialista nem sequer olhou para aquilo que lhe acontecia todos os anos. Nos 8 anos da sua governação, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, reformaram-se na nossa Região mais de 220 professores.

Isso não foi acautelado!

Tão pouco o Partido Socialista levou por diante o compromisso que o então Secretário Regional Fagundes Duarte disse que ia fazer, fazer um estudo sobre as causas da redução do número de alunos nas nossas escolas.

Esse estudo existe?

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, esse estudo ficou feito na Secretaria Regional da Educação de então?

Mais. O Partido Socialista na governação, tão pouco teve a humildade e a inteligência política para tomar em consideração, o estudo feito pelo Sindicato de Professores da Região Açores em 2014, sobre as necessidades de docentes do 1º ciclo e educadores de infância, conforme agora o seu Presidente António Lucas teve oportunidade de nos dizer na Comissão, quando estivemos a analisar este documento.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Não é o PSD que está a dizer.

O que é que o Partido Socialista no Governo fez com esse estudo?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nada!

O Orador: Pelo contrário, o que nós tivemos foram anteriores titulares da Secretaria da Educação a induzir os nossos alunos, aqueles que potencialmente podiam ter optado pela carreira docente, a dizer: “nós temos cada vez menos alunos, temos professores a mais”. Resultado? - repito o que já disse na minha primeira intervenção: voltámos a ter nos Açores escolas como eram nas décadas de 1970/1980, com professores sem habilitação profissional, com tudo o que isso implica na qualidade das aprendizagens e nos resultados que se vão refletir ao nível da avaliação, nos anos mais próximos. E aí, seguramente, *o rapazinho que atirar a pedra vai esconder logo a mão atrás.*

Deputado José Contente (PS): Uma citação do Sr. Deputado Paulo Estevão.

Deputadas Andreia Costa e Marta Matos (PS): Olha... e as palmas?

Comentado [AC7]: cardoso

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Bem merecidas!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado: É engraçado, aquilo que o Sr. Deputado acabou de dizer, aliás, poderá dar vontade de rir, mas não deu muita vontade de bater palmas. Sr. Deputado, temos então aqui alguém da nossa bancada capaz de tentar uma conciliação na área da educação, segundo a sua perspetiva - esse alguém não serei eu...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Francamente!

O Orador: ... no fundo, ao encontro daquilo que a Sra. Secretária também tinha acabado de pedir. Mas lá veio o Sr. Deputado Joaquim Machado, ao seu estilo peculiar – vamos dizer assim – procurar fazer *mais sangue*.

Sr. Deputado, pelo amor de Deus, está na hora de ouvir um pouco também aquilo que os outros dizem. O senhor foi incapaz de ouvir um bocadinho daquilo que acabámos de dizer com alguma seriedade, sem ver só aquilo que pretende ver.

Sr. Deputado, pedimos algum reconhecimento, mas V. Exa. continua a procurar sempre o que pretende tirar desta iniciativa, na qual todos nós aqui encontramos valor, necessidade, importância, o que procura – volto a dizer - retirar deste debate, é só que o Partido Socialista seja o mais possível achincalhado.

É só isso que o Sr. Deputado Joaquim Machado pretende tirar deste debate.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é nada disso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Chama-se aprendizagem!

O Orador: E é lamentável, Sr. Deputado, porque não é isso que traz ao sistema educativo regional qualquer espécie de melhoria.

O Sr. Deputado Joaquim Machado, com a experiência parlamentar e política que tem, e até com a experiência académica, é pena que não traga um contributo diferente a esta Casa. Faz-nos falta, essa sua capacidade faria falta, mas não é por aí que o Sr. Deputado Joaquim Machado opta por ir.

É uma pena e é lamentável, Sr. Deputado!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é nada!

O Orador: Sr. Deputado, quanto ao reconhecimento, se o senhor teima em dizer o contrário, nós teremos sempre que dizer que faltou reconhecer que o Partido Socialista dos Açores foi quem recuperou o tempo de serviço na Região congelado entre 2011 2017.

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):

Que o Partido Socialista roubou!

O Orador: Mas aquilo que o Sr. Deputado teima em dizer é que faltaram X dias e X anos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas é mentira?!

O Orador: Pois este Governo Regional, terá que fazer alguma coisa, não é?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ah pois!

O Orador: Este Governo Regional que agora governa, não deverá esperar que sejamos nós, o Partido Socialista que complete aquilo que começou fazendo, ou até quem mais fez.

Portanto, espera-se sim, com o nosso apoio, que este Governo Regional complete a recuperação do tempo de serviço e terá todo o nosso apoio, porque tudo o que seja valorizar a carreira docente, as carreiras dos nossos professores na Região, o Partido Socialista está de acordo e estará de acordo.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Joaquim Machado, queria ainda deixar duas ou três notas que merecem que as sublinhe.

Há uma herança muito positiva do trabalho feito na área da educação do anterior Governo deste Partido Socialista.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Qual?

Deputado Carlos Freitas (PSD): Não me lembro!

O Orador: E qual é essa herança?

Repito aquilo que disse de manhã: para além do equilíbrio que este que este grupo deixou nas mãos do atual Governo...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Qual é o equilíbrio?

Deputado Carlos Freitas (PSD): Onde?

O Orador: ... o equilíbrio do sistema educativo em todos os domínios, que este Governo tratou de perturbar em dois anos e meio, para além desse equilíbrio, o que acontece é que o ano de 2019/2020, foi o melhor ano de sempre em termos de resultados dos nossos alunos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Com toda a gente em casa por causa do Covid! Os senhores são malabaristas.

O Orador: E é para isso que todos nós trabalhamos no sistema educativo regional, ou seja, é para a melhoria dos resultados dos nossos alunos. E também seria bom ouvir algum reconhecimento em relação a isto.

Portanto, se nem tudo foi bem feito - porque nem tudo foi bem feito, como é evidente - seria bom também ouvir, para além do bota-abaixo, que é o *habitué* do Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não apoiado!

O Orador: Seria bom ouvir duas ou três palavras de reconhecimento, pois trariam muito mais seriedade e trariam algo de positivo que o Sr. Deputado até sabe dar, mas não quer.

Obrigado.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado, tem a palavra o Sr.

Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Rodolfo Franca:

Se consigo suscitar no senhor essa vontade de rir, acho que isso já é alguma coisa. Na falta de mais, eu acho que já seria bom.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Na falta de mais... **menos!**

O Orador: Porque, de facto, fazer rir um Deputado do Partido Socialista, na área da educação, com o histórico que o PS tem de dificuldades, de errâncias, de ziguezagues e de omissões durante 24 anos, parece-me que já é alguma coisa.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Voltamos ao mesmo!

Não me inscrevo mais!

O Orador: Mas será provavelmente um daqueles casos em que a piada se faz em si mesmo.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Voltamos ao mesmo! Não vale a pena! Ganhou, Sr. Deputado!

O Orador: Infelizmente, há muitos professores na Região e há muitos pais e encarregados de educação na Região que não riam com esse histórico. Alguns, porventura, até terão chorado muito. Aqueles docentes que estiveram anos e anos a fio afastados da sua família e da sua casa, com a *casa às costas*, como agora é mais vulgarmente dito nesta luta que os docentes fazem no continente...

Deputado Rodolfo Franca (PS): E agora não há?! E a mobilidade?

O Orador: Esses que todos os anos no mês de agosto tinham sobre si a espada da interrogação, saber se tinham ou não serviço, esses seguramente não riram.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Rodolfo Franca (PS): Se não riam antes, que fará agora!

O Orador: Mas também não riram aqueles que acabavam o seu contrato e tinham que esperar até ao mês de janeiro para receber a compensação pela caducidade do contrato, porque se voltassem a trabalhar no dia 31 de dezembro, os senhores negavam-lhes aquilo que é um direito consagrado, nomeadamente na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Esses também não se riam, Sr. Deputado.

Diz o Sr. Deputado que este Governo agora tem que fazer alguma coisa. Pois tem. Tem que cumprir o seu programa.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Não está fácil!

O Orador: Mas para além de cumprir o seu programa, tem ainda mais uma coisa a fazer e que está fazendo que é concluir aquilo que deixaram incompleto, corrigir aquilo que não fizeram bem. E fazer o que os senhores não fizeram.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Francisco Coelho (PS): O Presidente Madruga da Costa é que sabia!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação.

(*) **Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):** Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já por duas vezes o Partido Socialista tentou fazer passar aqui uma ideia que eu acho que é absolutamente urgente desconstruir.

É a ideia de que o ano 2019/2020 foi o melhor ano de todos da Região.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Mas foi!

A Oradora: E passo a explicar porquê.

É porque em março de 2020 nós fechámos todas as escolas e ficou toda a gente em casa até ao final do ano escolar.

Deputado Carlos Silva (PS): Nós, quem?

A Oradora: E isso, sim, fez toda a diferença. Esse foi um ano totalmente atípico. Foi o pior ano para as nossas escolas, Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade.

A Oradora: O senhor estava no Conselho Executivo na altura, eu estava a dar aulas. Foi um ano *horribilis* para quem estava nas nossas escolas.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Nesse sentido foi.

A Oradora: Foi um ano em que se alteraram todos os indicadores de classificação.

Foi um ano em que ficaram todos em casa, pois se estão todos em casa, não há abandono escolar, Sr. Deputado.

Se ficam todos em casa, não há abandono escolar, Sr. Deputado!

Se se alteram os critérios de avaliação de uma forma drástica, também obviamente eles disparam, Sr. Deputado!

Deputado Rodolfo Franca (PS): Como é que explica a divergência no ano a seguir?

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: E é por isso que nós exortámos as Sras. e os Srs. Deputados a analisarem o ano seguinte – o ano 2020/2021 – em que toda a gente temia que fosse o descalabro.

Deputado Rodolfo Franca (PS): E foi! Mas não explicou.

A Oradora: E, de facto, a continuar com uma pandemia, foi um ano muito difícil em que nós herdámos a gestão dum sistema educativo regional que tinha por hábito fechar uma escola assim que aparecesse um caso de pandemia. Foi essa a nossa realidade.

Uma realidade de termos que gerir diariamente a situação das turmas e das nossas escolas, Sr. Deputado.

Deputado Carlos Silva (PS): Explique a divergência!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ouça, Sr. Deputado, tem que ter a capacidade para ouvir.

A Oradora: E nesse ano, não só alterámos com as nossas escolas o regime de ensino à distância, para quando ele tivesse que acontecer, mas no final desse ano, esse sim, foi da última década, um ano em que foram casos muito pontuais de escolas encerradas. E no final desse ano nós tivemos os melhores indicadores na avaliação em todos os ciclos e níveis de ensino da década e tivemos os melhores indicadores...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ignorando os de 2019!

A Oradora: ... no que concerne o abandono escolar, os melhores de todos os anos em todos os ciclos e níveis de ensino da década.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Tiago Lopes (PS): 2019 e 2020 foi assim tão mau?!

É isso que a senhora está a dizer?! É lamentável!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

A 5 minutos de eu esgotar o meu tempo a Sra. Secretária, lembrou-se de ir por aí, mas eu não lhe aconselharia, sabe? Porque é uma visão muito limitada...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): *Limitada?! Oh Sr. Deputado o que é isso?!*

O Orador: Muito pouco ambiciosa dos resultados dos nossos alunos da nossa Região.

É lamentável, Sra. Secretária, que fique muito feliz com os resultados que pura e simplesmente divergiram em todos os níveis de ensino dos resultados.

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):
Não é verdade!

O Orador: Sra. Secretária, não me desminta, porque eu posso-lhe fazer chegar os resultados, aliás, eu já os publiquei, portanto são públicos, de todos os níveis de ensino no ano que a senhora diz ter sido melhor, foram o único ano onde divergimos, desde há muito tempo, dos resultados do todo nacional.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estou indignado!

Deputada Ana Luís (PS): Não se indigne, Sr. Deputado!

O Orador: Sr. Deputado, franca(mente), o que eu lhe quero dizer é o seguinte: a Sra. Secretária acabou de desmontar aquilo que é evidente.

Deputado José Ávila (PS): Não desmontou nada!

Deputado Berto Messias (PS): A Sra. Secretária disse uma asneira!

O Orador: É que os resultados de 2019/2020 estão condicionados pelo facto de que estão todos os alunos em casa, dada as circunstâncias que estavam a viver e os critérios escolares que foram impostos e que V. Exa. sabe quais eram, porque exercia as funções de presidente do conselho executivo duma escola.

Como é que V. Exa. não tem seriedade de reconhecer que isto é verdade, a verdade absoluta?!

Depois, como é que V. Exa. - e eu desmenti várias vezes - afirma que os resultados convergiram a nível a nível dos Açores com o território continental, quando isso é falso, Sr. Deputado!! Falso!! Falso!!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

(*) Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria que deixar aqui bem claro que este Governo e eu estamos muito empenhados na melhoria dos indicadores e dos resultados da nossa Região.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Se houve aqui alguém que *embandeirou em arco* – peço desculpa pela expressão – com um determinado ano escolar, foi o Sr. Deputado do Franca, não fui eu.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não, foi a Sra. Secretária. Inclusive está escrito nos jornais todos aquilo que a senhora disse!

A Oradora: Aquilo que eu não admito é que se faça passar uma mensagem de que o ano 2019/2020 foi o melhor ano da década, quando ele só o foi estatisticamente, porque tinha um contexto muito peculiar e todas as famílias açorianas sabem isso...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sabem o quê?

A Oradora: ... pelo que eu tenho o dever de dar esse esclarecimento a esta Casa.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

(* **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apesar da Sra. Secretária não gostar muito de dizer que o ano de 2019/2020 foi o melhor, ou preferir argumentos para dizer que não foi o melhor, o que acontece é que na realidade foi tão melhor que até foi o primeiro ano em que no 2º ciclo de ensino tivemos melhores resultados do que os resultados nacionais.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Seja sério!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Isso é um insulto à nossa inteligência!

O Orador: Portanto, para além deste nível de ensino, todos os outros foram os melhores de sempre, tendo vindo nós a convergir. E, depois, no ano seguinte, que é aquele ano que a Sra. Secretária diz ter sido melhor...

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*):

Está dito!

O Orador: ... excluindo aquele que não lhe dá jeito, não é, eu quero-lhe dizer que em todos os níveis de ensino, nós divergimos para pior do todo nacional.

Deputada Ana Luís (*PS*): Todos!

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*):

Não é verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: E, portanto, vou fazer chegar à Mesa, apesar de ser público, a estatística que tenho em mãos e que confirma.

Obrigado.

Deputado José Ávila (*PS*): É melhor!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque o tempo assim o exige, deixo à vossa consideração o seguinte:

O Partido Socialista durante alguém tempo criticou o atual Governo Regional, exigindo-lhe uma estratégia para recuperar aprendizagens perdidas durante a pandemia.

Hoje, diz que esse ano foi o melhor de sempre.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Parecendo não haver, vamos passar à votação deste... Sr. Deputado Paulo Estêvão...?

Deputado Rodolfo Franca (PS): Faça chegar à Mesa, Sr. Deputado, como eu!

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu sei, Sr. Deputado, que tenho 1 minuto e 28 segundos.

É o suficiente para dizer aquilo que tenho que dizer.

O que aqui interessa, para finalizar, é que se está a fazer um estudo e um planeamento que o Partido Socialista não fez – ponto nº1.

Ponto nº2 – Que o Partido Socialista esteja agora a vangloriar-se dos piores resultados educativos de qualquer região autónoma dos Estados Português e Espanhol – os testes de Pisa demonstram isso – que têm mostrado uma divergência tremenda em relação ao território continental e à Região Autónoma da Madeira, em que os testes revelaram que de ano para ano, nos diversos parâmetros que em que foi feita a comparação, se afastou da média do resultado, quer da Madeira, quer do território nacional, isto são factos, Sr. Deputado. O resto são invenções de V. Exa.

Mais do que isso, Sr. Deputado, nestas coisas tem que existir seriedade.

Os senhores não fizeram aquilo nós estamos a fazer que é o planeamento e estamos a tentar recuperar o tempo perdido.

Também lhe digo outra coisa: dizer que do ponto de vista educativo deixaram a Região num estado em que se podiam comparar os resultados e que nos

estávamos a aproximar das médias nacionais, isso pura e simplesmente não é verdade.

Deputado Rodolfo Franca (PS): O senhor ao ponto de negar factos. Incrível!!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado Paulo Estêvão!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Vamos então passar à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam com este **Projeto de Resolução nº126/XII** - “Estudo de diagnóstico das necessidades docentes na RAA para os próximos 10 anos”, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O **Projeto de Resolução nº126/XII** foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto 6 da nossa Agenda, ao **Projeto de Resolução n.º 123/XII** – “Criação de apoio monetário ao aumento de tipologia e melhoria de eficiência energética em moradias”, apresentado pelo Sr. Deputado Independente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado para fazer a apresentação deste diploma.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Este Projeto de Resolução que que agora vamos debater, e que entrou em junho do ano passado, infelizmente não perdeu a atualidade. E não perdeu, porque o problema da habitação nos Açores, mas também no país, tem-se evidenciado cada vez mais e para o qual não há soluções milagrosas.

A solução que apresento neste Projeto de Resolução visa, no entanto, corrigir algumas assimetrias sociais relativamente ao direito à habitação e ao direito à habitação condigna.

Este Projeto de Resolução visa que o Estado, não podendo obviamente resolver os problemas habitacionais a todas as famílias, se constitua pelo menos como um não entrave àquilo que é o direito a uma habitação condigna e a dimensão adequada aos agregados familiares.

Portanto, este Projeto de Resolução visa a criação de um mecanismo simplificado de apoio ao aumento de tipologia das habitações e, como sabem, muitas vezes o aumento da tipologia leva à necessidade de implementação de requisitos térmicos nessas mesmas moradias, nomeadamente a instalação de equipamentos de aquecimento de águas sanitárias, mas também dos elementos térmicos em paredes, em coberturas e substituição de caixilharias adequadas a satisfazer esses requisitos energéticos.

Por esta razão, é que apresento nesse Projeto de Resolução duas possibilidades de majoração: uma pelo facto de que no aumento da tipologia possa resultar a obrigação de cumprimento desses requisitos térmicos, no sentido de que haja uma majoração no apoio

para que as famílias possam também implementar isso que decorre de uma obrigação regulamentar, mas também uma majoração para as habitações situadas em freguesias com mais depressão em termos habitacionais.

Portanto, é um mecanismo que procura criar alguma justiça quer na atribuição do direito à habitação condigna, quer também em relação às freguesias com mais de pressão demográfica.

Esta iniciativa, ainda se estende aos imóveis destinados a arrendamento, porque é um elemento que cada vez mais temos que ter em consideração que o arrendamento urbano será uma solução para que as famílias possam dispor de moradias, uma vez que, infelizmente, o custo de aquisição de uma moradia está

cada vez mais longe do horizonte da maioria das nossas famílias, nomeadamente das famílias de médios e baixos recursos. Feita que está a apresentação desta iniciativa, fico ao dispor das Sras. e Srs. Deputados para esclarecimentos que entendam por convenientes.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Freitas.

(*) Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A matéria que o Sr. Deputado Carlos Furtado nos traz a esta Assembleia, é de extrema importância e muito atual na nossa Região e é transversal à realidade também do nosso País.

Este Projeto de Resolução, para o Grupo Parlamentar do PSD, visa quatro situações que são, nomeadamente, a *reabilitação urbana*, a *promoção da natalidade e bem-estar das famílias*, o *despovoamento dos meios rurais* e, com isso, a *produção energética*.

No concerne à nossa Região, a verdade é que existe também já uma série de apoios, os quais podem ser consultados no portal do Governo, tendo como uma das finalidades minimizar os constrangimentos que as famílias atravessam neste tempo tão atual. Dando alguns exemplos, temos apoios para *aquisição de habitação própria permanente*, apoio ao *pagamento de rendas de habitações sociais*; temos também apoios para a *construção e ampliação de habitação própria*, apoios em *situações de grave carência habitacional*, apoio para a *recuperação de imóveis infestados por térmitas*, apoio a *candidaturas à cedência de lote para a construção de habitação própria*; temos também o *incentivo ao arrendamento*, neste caso, temos o de caráter normal que são candidaturas feitas em setembro de cada ano para qualquer idade e que pode ser

renovado; em maio temos também o *incentivo ao arrendamento jovem* - uma medida deste Governo que contempla os jovens até aos 35 anos; ainda existe o programa denominado *casa renovada, casa habitada*, que tem tido imensa adesão nas nossas ilhas e no qual se insere a reabilitação de habitação própria permanente – *renovar para habitar*.

A juntar a estes apoios, tal como referiu o Sr. Vice-Presidente da AMRAA em sede de Comissão, Sr. Alexandre Gaudêncio, os municípios da Região também já elaboraram a estratégia local de habitação no âmbito do PRR, através das candidaturas ao IHRU que vai permitir a definição das necessidades habitacionais em cada um dos concelhos, em especial as necessidades permanentes.

A verdade é que deste modo, será também uma articulação entre o as autarquias e o Governo Regional, por forma a serem parceiros no desenvolvimento de políticas e ações que satisfaçam todas estas situações, de modo a minimizar toda esta problemática do acesso à habitação nos Açores.

É importante relembrar, também, o avultado investimento que este Governo Regional pretende fazer no âmbito do PRR, como já foi anunciado, de 277 novos imóveis e mais de 500 renovações em casas propriedade da Região, dispersas pelas 9 ilhas dos Açores, com o propósito também de minimizar o impacto da dificuldade de acesso à habitação que é bem real na nossa Região.

No que respeita ao segundo ponto resolutivo referente à *melhoria da eficiência energética dos edifícios*, ela decorre, como é óbvio, das exigências regulamentares do PRR que são muito específicas e orientadas para cumprir os parâmetros da eficiência energética. E vem mesmo a propósito que esta semana a foi-nos enviado o parecer sobre a Estratégia Nacional de Longo Prazo de Combate à Pobreza Energética, com um conjunto de reformas para a eficiência energética dos edifícios. Salientando-se também nesse parecer, o papel que o cidadão deve ter como ativo nas descarbonização e na transição energética,

criando para o efeito condições equitativas. para o combate à pobreza energética, a implementação de instrumentos para a proteção dos cidadãos vulneráveis, a promoção do envolvimento ativo dos cidadãos e a valorização territorial.

Com isto, também quero dizer, para terminar, que todas as medidas que vierem por bem para melhorar as condições de acesso à habitação e de arrendamento das nossas populações, é claro que são bem-vindas, logo que haja cabimento orçamental para tal.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Pires.

(*) **Deputada Vera Pires (BE):** Muito obrigado Sr. Deputado. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: O Projeto de Resolução apresentado pelo Sr. Deputado Independente diz com muitas palavras, demasiado pouco sobre as formas como se propõe atingir o objetivo, bem intencionado com certeza, de proporcionar as dignas condições de habitabilidade de todas as famílias açorianas.

No entanto, melhorar as ditas condições de habitabilidade parece resumir-se, afinal, apenas a fazer mais um quarto ou, dito de outra forma, aumentar a tipologia de moradias.

Considerando como bons, mas escassos, os programas específicos existentes nas áreas da reabilitação e beneficiação de habitações, por serem, segundo o Sr.

Deputado, principalmente direcionados para as famílias de menores rendimentos, este Projeto não opta pelo alargamento dos critérios desses programas, de modo a ganhar uma maior abrangência, pelo contrário, propõe “um apoio monetário simplificado, sem especificar valores ou patamares de referência de acesso tendencialmente generalizado às populações - acabei de citar - sem indicação mínima, dos critérios de acesso e usufruto. Os próprios pontos resolutivos são contraditórios quando, por um lado, se preconiza que o apoio seja destinado **exclusivamente** a moradias para habitação permanente e, por outro, se recomenda que seja elegível também para imóveis destinados à rendimento a arrendamento permanente.

Acresce, ainda, a trapalhada das majorações e sem que sequer sejam estabelecidos parâmetros mensuráveis. Se melhorar a eficiência (não sabemos quanto ou como), o apoio será majorado; se houver perda de população na freguesia, será majorada a majoração previamente proposta. Pouco faltou para vermos recomendar alguma da *majoração majorada*.

Consideramos perfeitamente inacreditável, por outro lado, que o Deputado Independente criticou a medida deste Governo de apoio à natalidade por excluir os concelhos sem perda de população, queira agora criar majorações específicas com perda populacional.

Não se compreende esta lógica ou a falta dela.

Não se espera de um Projeto de Resolução, o detalhe e o escopo de um decreto legislativo regional. Mas não podemos dar cobertura a uma vaga ideia de atribuir alguma coisa a alguém, de alguma maneira, sem qualquer vislumbre de orientação política.

Assim sendo, o Bloco de Esquerda não acompanhará, obviamente, esta iniciativa.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: O Sr. Deputado Independente, traz-nos uma resolução - é uma recomendação - ao Governo para que este dê um pouco mais de atenção à problemática que neste momento aflige a nossa sociedade, seja nos Açores seja em Portugal, que é o acesso à habitação. Esta dificuldade de acesso à habitação resulta da falta de planeamento a longo prazo que existiu no passado no nosso País, infelizmente. É uma situação crónica, o nosso País, em todos os setores, têm uma crónica falta de planeamento e, portanto, a habitação é apenas mais um deles.

Se conhecemos todos nas nossas terras, nas nossas vilas, nas nossas cidades, exemplos de habitação degradada, de habitação que está abandonada e devoluta. Isso é também um problema que nos aflige e que a consequência é agora, não há habitação para toda a gente ou pelo menos não há habitação condigna para toda a gente. E múltiplos são os casos de jovens que depois de terminarem

o seu percurso académico, ao regressarem às ilhas, não têm casas a custos que sejam suportáveis por eles, não encontram casas para poder habitar. E, portanto, o Sr. Deputado Independente, e bem, apresentou aqui aquilo que considerou ser o seu contributo para que o nosso Governo de Coligação melhore as condições de acesso à habitação. Como resolução que é, trata-se dum enumerado de intenções, de objetivos e, portanto, ficámos a perceber que o Bloco de Esquerda não quer que seja resolvido o problema da habitação.

Deputada Vera Pires (BE): Ai Sr. Deputado dá-me vontade de chorar!

O Orador: Nós compreendemos porque é que o Bloco de Esquerda não quer, porque tem um discurso político que se aproveita dos desprotegidos. Logo, se deixar de haver desprotegidos, o Bloco de Esquerda fica sem discurso político.

Deputado Pedro Neves (PAN): A senhora não é Vera, é fera!

O Orador: Por isso, a Sra. Deputada Vera Pires o que nos veio dizer é que o Sr. Deputado Independente, em vez de apresentar uma resolução, devia ter apresentado um espartilho, mas um espartilho bem apertado ao Governo.

Deputado António Lima (BE): Devia ter apresentado um projeto! **O Orador:** Mas como o Sr. Deputado apresentou um conjunto de objetivos que não são um espartilho, o Bloco de Esquerda está contra, porque não é um espartilho.

Portanto, Sra. Deputada, já lhe disse uma vez numa comissão parlamentar, e agora repito, para que fique registado no Diário das Sessões, com todo o respeito pessoal que tenho por si e respeito político...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ninguém diria!

O Orador: ... da minha parte, contará sempre com frontalidade. Venha ao debate!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Vera Pires (BE): Eu já estou no debate, Sr. Deputado. Não deu por isso?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros Governo: Esta proposta do Sr. Deputado Carlos Furtado tem a virtude de também permitir aqui neste Parlamento uma reflexão e um debate sobre aquelas que são as medidas, na nossa perspetiva e também na perspetiva do Sr. Deputado Carlos Furtado, que possam ser um contributo importante para, digamos – permitam-

me a expressão simplista - melhorar o setor da habitação e as condições de acesso à habitação por parte das açorianas e dos açorianos. Esta proposta e os pontos resolutivos que são aqui apresentados, por um lado, acabam por ser (em parte) redundantes com aquilo que é o quadro normativo e os instrumentos públicos de apoio que já existem na área da habitação na nossa Região, mas tem também a virtude de introduzir algumas reflexões que nos parecem importantes para o futuro a médio prazo da nossa Região. Aliás, quer pelo trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Comissão de Política Geral que, como sabem, tem a responsabilidade sectorial sobre esta matéria dentro do Parlamento, quer também no âmbito do que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem desenvolvido nas visitas que tem vindo a fazer às freguesias da nossa Região, tem estado sempre no topo das prioridades das entidades que ouvimos, no caso em concreto, com especial relevância para as juntas de freguesia, e no topo das preocupações, a habitação, a falta de habitação disponível, o desequilíbrio que a proliferação de alojamentos locais por via do crescimento nos últimos anos do turismo na nossa Região tem potenciado, tudo isso tem criado um conjunto de constrangimentos para os casais jovens, aqueles que aqui querem fixar-se e aqui constituir família, viver, trabalhar, enfim, contribuir para o bem comum.

A verdade é que nesta matéria, o Sr. Vice-Presidente do Governo teve a inteligência de manter, grossomodo, aqueles que são os apoios que já vinham do anterior Governo, no âmbito da habitação. A casa *habitada renovada*, *casa habitada*, o *famílias com futuro*, o programa de cedência de lotes para construção de habitação própria...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Pintavam uma casa por ano não é Sr. Vice-Presidente?

O Orador: ... a aquisição de habitação própria permanente, a construção e ampliação de habitação própria, ou seja, aqueles que eram os mecanismos e os

instrumentos de apoio que existiam no anterior Governo, são exatamente aqueles que existem atualmente no Governo Regional de agora. E o Sr. Vice-Presidente teve a inteligência de manter esses apoios e de tentar executá-los da melhor forma, tentando, assim, abranger mais famílias e abranger o maior número de açorianos no acesso a estes apoios.

Aquilo que nos é aqui apresentado pelo Sr. Deputado Carlos Furtado nos vários pontos resolutivos, como *a criação de apoio monetário simplificado do aumento de tipologia* tem o problema de ser excessivamente vago. E a verdade é que essa... *vagueza* levanta muitas questões e, portanto, também me parece importante que o Sr. Deputado - porque isso não ficou claro na apresentação inicial – possa especificar o que se pretende em concreto relativamente a este 1º ponto.

O ponto da majoração, no caso das operações urbanísticas identificadas, resultam da melhoria da eficiência energética do edifício, bem a lei já a isso obriga, ou seja, qualquer ampliação numa casa exige como pressuposto fundamental, para efeitos de licenciamento no município, um projeto de eficiência energética, portanto temos aqui a tal redundância a que eu me referia. A elegibilidade destes apoios para imóveis destinados a arrendamento permanente nos 5 anos subsequentes à atribuição dos respetivos apoios, pois o próprio *famílias com futuro* e o incentivo ao arrendamento têm em parte já esta preocupação e este instrumento de apoio, mas registamos essa preocupação.

A questão da reflexão que nos parece pertinente no 4º ponto desta resolução, sobre as possíveis majorações para as freguesias com perda de população. E, também, que sejam possíveis os apoios pecuniários identificados no nº1, para a tipologia imediatamente seguinte às necessidades do agregado familiar, eu confesso que não percebo este ponto e, portanto, agradecia que o Sr. Deputado Carlos Furtado nos pudesse elucidar melhor.

E resumo, esta proposta tem algumas virtudes, introduz a necessidade de uma reflexão e avaliação num conjunto de medidas que já existem e que este Governo manteve na sua totalidade. Noutros casos tem algumas redundâncias, tendo em conta a existência dessas medidas, mas introduz algumas questões que nos parecem que estão - tivemos oportunidade de avaliá-las em sede de Comissão - enfim, um pouco vagas.

Ouvimos também, no âmbito da Comissão de Política Geral, os representantes quer da ANAFRE quer da Associação de Municípios da Região. Como sabem, vários municípios, aqueles que assim entenderam, estiveram a desenvolver estratégias locais de habitação e, por via disso, candidataram um conjunto de apoios, no âmbito do PRR, ao IHRU, para poderem também desenvolver investimentos localmente sobre esta matéria. E, também, a articulação quer da estratégia que a Região pretende para este setor, quer no âmbito daquilo que os municípios ao nível local pretendem para este setor, nos parecem também importante esclarecer e ouvir o Sr. Deputado Carlos Furtado sobre esta matéria e sobre a necessidade de se respeitar, não só as competências de cada uma das partes, mas também de que forma é possível, digamos assim, congregar e confluir estas estratégias que sendo uma de âmbito regional e outras de âmbito municipal, naturalmente devem convergir para melhorar e reforçar o setor da habitação e a oferta de habitação na nossa Região.

Portanto, são um conjunto de questões que gostaríamos de ver esclarecidas, havendo aqui duas ideias que embora paralelas, acabam por ter alguns pontos comuns. Ou seja, esta resolução tem de facto alguns pontos que nos parecem excessivamente vagos e, por isso, agradecia que o Sr. Deputado Carlos Furtado pudesse aprofundar aquilo que pretende em cada um deles, mas tem também a virtude de nos fazer abordar este assunto que tem estado no topo das preocupações de muitos níveis de poder na nossa Região e que, estou certo,

fazem também parte das preocupações de todos os partidos aqui representados neste Parlamento.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão, a quem dou a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução é simples. Vou destacar aqui três medidas: - Criação de apoio monetário simplificado ao aumento de tipologia de moradias destinadas exclusivamente para habitação permanente;

- Que fique prevista a majoração do apoio nos casos em que das operações urbanísticas identificadas número anterior, resulte a melhoria energética do edifício;

- Que os apoios identificados os números anteriores, sejam elegíveis também para imóveis destinados a arrendamento permanente nos 5 anos subsequentes à atribuição dos respetivos apoios.

Disseram alguns dos intervenientes neste debate que o Projeto de Resolução não é suficientemente detalhado. Bom, o que nós temos aqui é uma recomendação ao Governo. De acordo com os instrumentos que já tem, o que o Governo tem que fazer é atingir estes objetivos e detalhar as medidas que são exigíveis para que ele seja colocado em causa do ponto de vista técnico.

Portanto, é a diferença entre um projeto de resolução e um projeto de decreto legislativo regional.

Todos os partidos aqui já utilizaram projetos de resolução quando poderiam ter, sobre a mesma matéria, construído um projeto de decreto legislativo regional.

Portanto, não vejo que o Sr. Deputado Independente esteja a utilizar um instrumento diferente do que todos os outros partidos já utilizaram alguma vez nesta Casa.

Foi esta a opção do proponente. E esta opção do proponente também permite ao Governo, dentro dos programas já existentes...

Deputado António Lima (BE): Vou registar.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): O senhor nunca está contente com nada!

O Orador: Ó Sr. Deputado António Lima, não está contente com algumas coisas?

O Sr. Deputado, está contente com o PREC que o Sr. Primeiro-Ministro António Costa está a organizar na área da habitação e a expropriação de milhares de milhões de portugueses? Está contente com isso, Sr. Deputado?

Pois não é isso que nós queremos nos Açores. E enquanto nós governarmos isso não vai acontecer aqui na Região Autónoma dos Açores. Não vai haver essa expropriação da habitação de milhões de portugueses, porque essa é a vossa teorização, é ir até o fim da propriedade privada, nomeadamente no que diz respeito à habitação, porque é o que é o que está em curso. É o que o Partido Socialista e está a realizar lá fora e que não sei o que irá fazer aqui dentro, porque sobre essa matéria, o PS Açores ainda não se referenciou sobre isto, se está de acordo, se concorda com as medidas, se não concorda. E, portanto, aguardamos o que é que o Partido Socialista pensa sobre isto.

Há uma coisa que eu lhe digo: é que aqui nos Açores isto não passa, não vai ser feito, enquanto nós tivermos responsabilidades políticas.

O lhe quero dizer, Sr. Deputado Independente, é que V. Exa. tem aqui vários pareceres sobre esta matéria, de gente que está no terreno.

O que é que diz, por exemplo, o Sr. Vice-Coordenador Regional, José Manuel Leal: “Começou por referir que a iniciativa merece parecer positivo por parte da ANAFRE”.

Veja bem, há quem ache que não está definido. A ANAFRE que está no terreno e conhece bem as dificuldades que as populações estão a enfrentar... a ANAFRE diz: “... por definir objetivos claros sobre apoios à eficiência energética e à tipologia de moradias”.

Todavia, “alertou para que a necessidade de se aprofundar todas as questões jurídicas, legais e técnicas que surjam”. E é isso que o Governo Regional irá fazer para implementar estas medidas. Mas diz mais. Diz o seguinte o Sr. Vogal da ANAFRE Marco Furtado, que dá a sua experiência e o conhecimento que chega aos que representam as populações nas nossas freguesias que ouvem as pessoas e que não vivem numa bolha política em que não se ouve ninguém, que enfrenta as dificuldades reais que as nossas famílias estão a enfrentar. E, por isso, ele diz assim:

“Mencionou, ainda, que está a ser verificada uma situação particularmente especial que tem a ver com o regresso dos filhos à casa dos pais, onde permanecem até uma idade mais avançada do que acontecia no passado, o que implica muitas vezes a realização de obras de reabilitação ou de adequação às necessidades dos agregados familiares”. E, portanto, identifica a dificuldade que V. Exa., e muito bem, colocou na sua iniciativa.

Por isso, como é evidente, nós consideramos que esta iniciativa que apresenta a esta câmara tem vantagens, tem um propósito com o qual nos identificamos e corresponde de facto àquilo que é verificável no terreno, ou seja, às necessidades que estão a ser identificadas e é uma resposta.

Do ponto de vista técnico e de inserir na política geral que o Governo está a fazer, pois este trabalho técnico vai ser feito pelo Governo, como aliás é feito em todos os projetos de resolução que são aprovados aqui nesta Casa.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) **Vice-Presidente do Governo (Artur Lima):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Carlos Furtado:

Sinalizar os problemas da habitação na nossa Região Autónoma, nunca é demais e, sobretudo, no sítio onde se deve fazer que é neste Parlamento para todos, abertamente, podemos dar o nosso contributo e também o Governo. E, portanto, o Sr. Deputado Carlos Furtado traz aqui um Projeto de Resolução com várias recomendações ao Governo de *banda larga*, diria eu, para que depois possam ser aprimoradas e melhoradas conforme os recursos à disposição e também conforme a tipologia que se vai fazer e conforme os problemas que vamos encontrando. Efetivamente, a majoração para a eficiência energética é uma belíssima recomendação, sobretudo numa altura em que depois vai ter consequências na poupança de energia, na poupança dos recursos energéticos que cada vez são mais caros. E, portanto, sempre que se fizer recomendações destas, são sempre bem acolhidas, aliás como todas as outras.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E à medida que formos implementando essas políticas também na reabilitação urbana, iremos fazendo melhoramentos que aqui estão previstos de uma maneira geral e que depois, de um modo particular, iremos implementando.

Naturalmente muitos destes apoios, como bem disse o Sr. Deputado Berto Messias, estão já a ser implementados, estão previstos na legislação. E, Sr. Deputado, estamos aqui, este Governo, com uma atitude de construção, não de destruição do que vem do passado, ou seja, o que é bom e está bem feito, continuamos

a implementar e a melhorar – tem sido sempre essa a nossa postura e a nossa atitude - e em progresso, sempre a melhorar aquilo que herdámos, quer seja mau, quer seja bom. E naturalmente que é possível sempre introduzir grandes melhorias.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Também lhe digo Sr. Deputado Berto Messias, relativamente, por exemplo, a 2020, no *incentivo ao arrendamento*, o Governo investiu 2 milhões e 900 mil euros. Em 2022, nós investimos 3 milhões e 300 mil euros (3.299.972,96€). Ou seja, aumentámos esse apoio que era bem necessário. Mas também lhe dou vários dados, Sr. Deputado.

Devo dizer que lhe dou razão naquilo que diz e este Governo já o começou a fazer que é a política de habitação não é única e exclusivamente feita pelo Governo. Tem que ser em parceria com os municípios. E, felizmente, este Governo está aberto – em parceria com os municípios – a melhorar o parque habitacional dos Açores, em diversas parcerias. E devo-lhe dizer, também que, por exemplo, já nos sentámos à mesa com o Município de Angra do Heroísmo para a reconstrução e reabilitação do Bairro da Terra Chã cujo entendimento está, aliás, a correr bem, está em fase de execução. E é preciso lembrar que estamos abertos com qualquer outro município que queira articular com o Governo políticas de habitação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Naturalmente também reconhecendo que os municípios da Região Autónoma dos Açores têm o triplo do dinheiro que tem a Região Autónoma dos Açores.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ora!

O Orador: Nós temos 60 milhões e os municípios têm quase 300 (ou mais do que isso) não é?

Portanto, sendo 96 para Angra, 106 para Ponta Delgada - são 200 milhões – e mais outros municípios também têm. E, portanto, são quase 5 vezes mais o que os municípios têm em relação ao que tem o Governo Regional para a reabilitação urbana e para nova construção. No entanto, como sabem, recentemente, o Sr. Presidente do Governo colocou a primeira pedra no Loteamento de Santa Clara...

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: ... onde presidiu à sessão do loteamento, com 23 lotes para a construção, autoconstrução e arrendamento com opção de compra.

Em S. Vicente Ferreira, também já estamos a infraestruturar e em bom progresso, ambos os loteamentos, este e o de Sta. Clara.

Vamos ter brevemente em São Brás, que o Sr. Deputado Berto Messias conhece bem o loteamento, vamos também em breve, anunciar. E como também já aqui anunciei, o loteamento de Trás-os-Mosteiros e os Foros Solmar.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Portanto, estamos a fazer aquilo que temos que fazer.

Devo dizer-lhe que relativamente ao PRR que nos acusam de estarmos atrasados, Sr. Deputado Berto Messias, Sras. e Srs. Deputados, temos uma taxa de execução de 8,44% e a República tem executado 3%. E se não tivesse havido aquela instabilidade política na República, se calhar teria tido melhor execução e a Região também teria melhor execução do PRR. E quem provocou essa

instabilidade...

Deputada Vera Pires (BE): Fui eu!

Deputado António Lima (BE): Foi o Bloco de Esquerda!

O Orador: ... há-de ser responsabilizado por essas questões.

O Bloco de Esquerda, que eu saiba, era parceiro do Governo da República do Partido Socialista, se não me falha a memória.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Parceiros de braço dado com o Governo!

Sr. Deputado António Lima...se me permitir...

Deputado António Lima (BE): Estava aqui numa conversa com o seu ex-parceiro de incidência.

O Orador: Para concluir, dizer ao Sr. Deputado Carlos Ferreira que é bem-vinda a sua proposta...

Deputada Sandra Faria (PS): Carlos Furtado.

O Orador: Carlos Furtado, peço desculpa.

Carlos Ferreira é o Presidente do Município da Horta e como estava a falar em municípios, a Horta também é um município com o qual vamos estabelecer uma parceria na área da habitação. Muito obrigado, Sra. Deputada (Sandra Dias Faria), sempre atenta a nossa Deputada.

Portanto, nós naturalmente estamos aqui abertos à colaboração e a criar estabilidade governativa na habitação, na área social, enfim em todas as áreas para o povo dos Açores e para o progresso da nossa terra.

Por isso, daremos seguimento na medida do possível e, naturalmente, em progresso, são estas as medidas que aqui estão previstas, algumas já previstas em decreto regulamentar regional, a que se acrescenta agora a eficiência energética que me parece também muito importante.

Muito obrigado.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor não respondeu à pergunta.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo desde já agradecer as questões que foram formuladas pelas Sras. e Srs. Deputados no seguimento da apresentação da iniciativa.

Tentando responder a todas elas, começo por dirigir-me ao Sr. Deputado Carlos Freitas.

Como identificou boa parte das medidas que atualmente já existem de apoio à habitação, e bem, até momento, dirigirem-se especialmente às famílias mais desfavorecidas.

Portanto, no primeiro foco, as iniciativas procuraram, e bem – repito novamente - acudir às famílias mais desfavorecidas, o que é certo é que no momento, todos nós estamos a consciência disso, é que cada vez as famílias que outrora eram auto-suficientes, mostram-se hoje menos auto-suficientes.

Portanto, esta medida que eu qui apresento, procura corrigir também esta assimetria social, para que daqui por algum tempo, não estejamos a falar numa população cada vez mais pobre e desprotegida. Lembrar, ainda, que ao abrigo do PRR, e tal como o Sr. Deputado identificou, há verbas que vão ser canalizadas principalmente para a recuperação e construção de habitação social, neste caso concreto, a iniciativa que eu agora apresento não está propriamente focada nesta parte de habitação, mas sim naquela habitação que é detida por proprietários e não habitação pública.

Relativamente às questões abordadas pelo Sr. Deputado Carlos Freitas, acho que respondi a todas elas.

Respondendo às questões colocadas pelo Sr. Deputado Berto Messias que muito agradeço, procurando simplificar o procedimento, eu entendo que um particular que invista 10 ou 15 mil euros na ampliação ou valorização da sua habitação com o objetivo de criar melhores condições a quem lá reside, tem desde logo, uma carga fiscal à sua conta que é indexada ao custo da obra. Portanto, se considerarmos que provavelmente 30% da obra são impostos – IVA, taxas de licenciamento e outras despesas inerentes à realização dessa obra, eu entendo que não é justo o estado receber esta quantia referente aos impostos e que não dê nada em troca. Aliás, até pelo contrário, se atentarmos a que, por exemplo, a melhoria (aumento) da habitação vai-se traduzir num aumento de IMI, o que temos aqui é uma situação em que o proprietário vai gastar dinheiro para mais (dinheiro) ao estado. Paga as obras, paga o IVA e todas as outras despesas relativas a receitas, taxas e tarifas

referente a essas obras e, depois, ainda vai pagar mais IMI.

Por isso, se houver um mecanismo que atenuar esse problema, estaremos aqui com certeza a incentivar que essas pessoas possam valorizar o seu património e aí proporcionar habitação mais adequada às suas famílias.

Creio que respondi a essa situação e não me incomoda nada se tivermos um mecanismo em que, por exemplo, numa obra em que se gaste 10 mil euros houver um apoio de 2500 euros, o que estaremos aqui a falar é que o apoio será proporcional à receita de impostos que estado, nas suas diversas variáveis – IVA, taxas municipais para licença de obras – poderá o proprietário ver anulada essa carga de impostos para pagar.

Relativamente à questão do aumento da tipologia também colocada pelo Sr. Deputado Berto Messias, explico-lhe, é muito fácil.

Imagine, por exemplo, que temos um casal de idosos que mora num T1 e que eventualmente um ou um neto vai morar com aquele casal para lhe dar algum apoio. Faz sentido que, nessa situação, as pessoas ainda não residem, mas para irem para lá morar e dar apoio a esses idosos precisam de mais um quarto. Ou seja, trata-se duma medida que, em primeiro lugar, proporciona condições ao lar para que depois a pessoa ou pessoas vão para lá viver. Da mesma forma em que pode acontecer o inverso desta situação, isto é, pode ser um casal que pretende receber no seu lar um pai, uma mãe, um tio e que precise dum aumento de tipologia para ter condições para que essa pessoa possa lá viver.

Portanto, este é o espírito do ponto resolutivo nº5.

Acho que respondi a todas as questões que me foram colocadas.

Relativamente ao Bloco de Esquerda, eu acredito que por trás da Deputada Vera Pires exista a cidadã Vera Pires que pensará um pouco diferente do papel que leu há pouco. Eu acredito que sim, Sra. Deputada. Eu acredito que por trás do seu desempenho enquanto Deputada nesta Casa, também existe uma outra Vera Pires, que percebe o espírito do diploma que eu apresentei.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Agradeço as respostas do Sr. Deputado Carlos Furtado. Agradeço também as referências do Sr. Vice-Presidente, sendo que várias delas eu não lhe perguntei, mas entendeu referi-las. E deixe-me dizer-lhe, Sr. Vice-Presidente, o seguinte, porque tenho também uma pergunta para lhe colocar: eu cumprirei o Regimento do Parlamento, como tento fazer sempre, não farei como fez, por exemplo, o Sr. Secretário Duarte Freitas esta manhã. Mas deixe-me dizer-lhe, Sr. Vice-

Presidente que talvez a última pessoa que nós esperaríamos que falasse de estabilidade hoje, seria V. Exa., tendo em conta o facto de protagonizar alguns momentos, nos últimos tempos, que não indicam que esteja assim tão preocupado com questões no âmbito da estabilidade. Mas tendo em conta que o Sr. Vice-Presidente falou do PRR - e falar hoje em dia falar de habitação é falar do PRR - eu gostava de lhe colocar uma questão, até porque o senhor já o referiu, também o Sr. Presidente, dizendo que os 60 milhões que foram afetos a medidas na área da habitação para a Região no âmbito do PRR, são *escassos*.

A Região, como se sabe, já é público, tem um reforço de cerca de 80 milhões de verbas afetas ao PRR.

Eu gostava de perguntar ao Sr. Vice-Presidente do Governo se esses 80 milhões que serão reforçados para esse executar o Plano de Recuperação e Resiliência na Região serão afetos à área da habitação? E, além disso, de que forma será distribuído na nossa Região esse reforço do PRR de cerca de 80 milhões de euros?

Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(* **Vice-Presidente do Governo** (*Artur Lima*): Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Berto Messias, respondo-lhe com muito gosto. Não é só defender a estabilidade, é referencial de estabilidade deste Governo para a Região Autónoma dos Açores.

Deputado Berto Messias (*PS*): Não é o que consta! Mas concedo-lhe isso!

O Orador: E vou lhe dizer o que consta, Sr. Deputado Berto Messias.

O que consta é um Governo com maioria absolutíssima na República e com 13, 14 e 15 demissões aparentes, problemas na TAP, problemas dos professores, problemas com os agricultores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Isso é que é um referencial de estabilidade para o País. A instabilidade no País e na República está a provocar a instabilidade na RAA.

A instabilidade que nós temos vem de fora, Sr. Deputado, e tem consequências exatamente nos fundos que bem falta fazer para pagar o que tem atrasado à Região Autónoma dos Açores. E isso é que é fundamental.

Quanto ao PRR e aos 60 milhões, qualquer Deputado nesta Casa, aliás, qualquer cidadão açoriano que se antes já poderia ser escasso, com o aumento vertiginoso que houve dos preços, naturalmente que a verba não chega. Isso toda a gente sabe, toda a gente percebe. Mesmo num ano só, ficámos a perceber que nos faltava 5 milhões. Este ano, como sabe, faltarão mais.

Os municípios têm e tiveram mais dinheiro, aliás, como a Região Autónoma da Madeira, como senhor também sabe. Agora, esse diagnóstico dos 60 milhões que eram necessários, não foi este Governo que o fez, foram os senhores. No vosso tempo, os senhores acharam que essa verba daria para resolver o problema da RAA aos preços que estavam previstos. Nós, quando tomámos posse, achámos logo que a verba era insuficiente, até comparando com a vizinha Região Autónoma da Madeira. E mesmo aos preços da altura, tendo nós a dispersão por ilhas, naturalmente que o preço encarecia. Toda a gente sabe que o preço de construção nas Flores ou no Corvo é diferente do preço de construção em Angra ou em P. Delgada.

Quanto ao dinheiro do PRR, Sr. Deputado, eu vou-lhe dar um encargo, isto é, para que junto do seu Governo da República, interceda para que nos mande rapidamente o dinheiro, porque ainda não chegou cá nada.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor não respondeu à pergunta!

O Orador: O que nós precisamos é que nos mandem o dinheiro e que mandem para cá os fundos que têm dos 80 milhões, que digam qual é a parte. E quando chegar essa parte que tem que chegar, Sr. Deputado, nós teremos prioridades. E nas prioridades, como o senhor sabe, está naturalmente à habitação, temos que acudir a esta área, mas há outras. E, portanto, este Governo fará uma análise daquilo que vier a mais, não será tudo para a habitação, pois temos vários problemas sociais para resolver, vários *encargos* que nos deram e que nós herdámos. E, naturalmente, temos que ter verbas para acudir a todas essas situações.

Aguardamos que o Governo da República se defina relativamente ao PRR. E quanto aos 80 milhões para os Açores – eu estava aqui a perguntar ao Sr. Secretário das Finanças se já tinha recebido alguma coisa e ele confere e garante-me que ainda não recebeu nada.

Portanto, a resposta que eu tenho para lhe dar é: quem não recebeu nada, nada pode distribuir.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, Sr. Vice-Presidente, relativamente a heranças, o senhor tem a herança de todos os apoios e o enquadramento legal que existia para a área da habitação na nossa Região que, aliás, o senhor manteve os todos na íntegra do princípio ao fim.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): E bem!

O Orador: E, portanto, o senhor e este Governo não introduziram nenhum apoio novo na área da habitação e, por isso, é essa a boa herança que o Partido Socialista lhe deixa.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E a má herança?

O Orador: E deixa-lhe também o PRR.

Mas é importante esclarecer uma outra coisa, porque os senhores disseram que os 60 milhões eram escassos, mas eu recordo que os senhores tiveram... **9 meses** para alterar a definição de verbas no âmbito do PRR.

Deputado João Vasco Costa (PS): Essa é que é essa!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falso!

O Orador: Os acordos de financiamento foram assinados em setembro de 2021, aliás, numa sessão presidida, se não estou em erro, pelo Sr. Presidente do Governo.

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Rui Martins (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: E a verdade é que os senhores não fizeram qualquer tipo de alteração à definição das verbas do Plano de Recuperação e Resiliência.

Gostaria, também, de dizer-lhe o seguinte:

Sr. Vice-Presidente, eu não acredito que V. Exa. e o Douto Secretário Regional das Finanças, tendo em conta a vossa capacidade de antecipar o futuro, não tenham já definido como é que vão distribuir o reforço de 80 milhões de euros do PRR na nossa Região.

Eu não lhe perguntei se o senhor já recebeu ou não, porque, no âmbito da tramitação interna que existe no cumprimento dos acordos de financiamento do PRR e daquilo que serão os reforços que a Região receberá do PRR, naturalmente os senhores sabem que vão receber esse dinheiro.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Ah isso pouco importa!

O Orador: Sendo assim, estando eu a falar com o Vice-Presidente do Governo que tutela a área da habitação, reitero a pergunta:

Desses 80 milhões, qual será o valor afeto à habitação e de que forma serão distribuídos os restantes 80 milhões, para que nós possamos saber de forma clara qual é a estratégia de médio prazo da nossa Região na aplicação desses fundos,

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É como a verba do Lorenzo!

O Orador: ... sob pena de nós ficarmos hoje aqui a saber que o Governo Regional não sabe como é que vai aplicar 80 milhões de euros no âmbito do reforço do PRR.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Deixe vir o dinheirinho!

O Orador: Portanto, eu reitero a pergunta, Sr. Vice-Presidente, e não se refugie em *fait divers* de tramitações administrativas internas que o senhor bem conhece e sabe que eu também bem conheço. E também não embarco naquela que é a doutrina do atual Governo Regional - isso está em todos manuais de ciência política...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Quais?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Que o senhor não leu!

O Orador: ... que é, quando nós estamos com dificuldades internas, gostamos de *embandeirar em arco* inimigos externos.

Não faça isso. O senhor é um político experiente, anda cá muitos anos, é muito mais inteligente do que isso. Sabe que tem o meu respeito intelectual e até pessoal.

Secretário Regional das Finanças: Sim, sim. Isso é muito importante!

O Orador: E, portanto, agradeço-lhe que responda à minha pergunta de forma clara e assertiva, como eu sei que é seu apanágio.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(* **Vice-Presidente do Governo** (*Artur Lima*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Roberto Messias:

Sendo eu das ciências, e mais dado à matemática do que aos manuais de ciência política de que, aliás, não sou grande leitor...

Deputado Paulo Estêvão: O Sr. Deputado também não é.

(Risos de alguns Deputados das diversas bancadas da Coligação e do Vice-Presidente do Governo)

O Orador: ... coisa que V. Exa. também sabe, quero dizer-lhe que a repartição será necessária e suficiente, tal qual nas equações de matemática. Portanto, será necessária e suficiente.

Deputado António Lima (*BE*): Muito preciso!

Deputada Andreia Costa (*PS*): Ainda não gastou e já quer receber?!

Deputado Carlos Silva (*PS*): Já recebeu de adiantamento 75!

Comentado [ACB]: cardoso

O Orador: Sra. Deputada Andreia Cardoso, tomei nota do seu pequeno, mas incisivo aparte “ainda não gastou e já quer receber?!”.
O problema, Sra. Deputada, é aquilo que já gastámos e que ainda não recebemos.

O problema, Sra. Deputada, é aquilo que já gastámos e que ainda não recebemos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Esse é que é o problema em vários pontos, nomeadamente nas Flores, onde já gastámos na reconstrução do porto das Flores e ainda não recebemos. Esse é que é o problema. Portanto, eu apelo que junto do Governo da República façam esse magistério de influência – se é que têm (não disse que têm)...

Deputada Andreia Costa (PS): Não tenho.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem, tem!

O Orador: ... se é que o Partido Socialista dos Açores tem algum magistério de influência junto do Partido Socialista nacional. Se o Douro Partido Socialista tem.

A repartição de encargos, Sr. Deputado Berto Messias, será a necessária e suficiente para acudir naturalmente com equidade ao problema dos açorianos e ao problema da habitação.

Termino, dizendo-lhe isto, porque não lhe posso garantir, até porque o senhor sabe tão bem como eu, que depende da repartição de verbas a nível nacional. Só depois é que nós sabemos a afetação das verbas a cada setor. E aí iremos fazer a nossa afetação aqui. E na altura, o Sr. Deputado será informado de quanto nos caberá.

Comentado [AC9]: cardoso

O que lhe posso dizer e repito é que 60 milhões eram manifestamente insuficientes. Hoje, são extraordinariamente pouco, aliás, para citar um célebre socialista “é pouquinho”!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Vice Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(* **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Vice-Presidente: *Pouquinho* é a sua resposta.

Eu não posso crer que o Sr. Vice-Presidente do Governo que tutela a área da habitação na nossa Região responda a este Parlamento, e a mim em concreto, que a aplicação dos 80 milhões será *necessária e suficiente*. Desculpe lá!

Estamos aqui a ter uma discussão séria sobre aquela que é a aplicação de 80 milhões de euros que serão reforçados no PRR. Esse legado e essa herança...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Mas não são para a habitação!

O Orador: ... de que os senhores falam é o maior envelope financeiro da história da nossa Região que será aplicado pelos senhores, mas que foi garantido pelos Governo do Partido Socialista, no âmbito da negociação que desenvolveram neste dossier e nesta matéria.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Portanto, tenhamos uma discussão séria sobre esta matéria. Devo dizer-lhe também o seguinte, Sr. Vice-Presidente: os senhores já receberam vários valores. Aliás, eu recorro os alertas do Tribunal de Contas relativamente à antecipação que os senhores tiveram de 75 milhões de euros, sendo que foi detetada a aplicação de 8 milhões de euros, estando 67 milhões de euros por explicar qual foi a sua aplicação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A Região foi enganada!

O Orador: Portanto, Sr. Vice-Presidente, nós estamos aqui cumprindo o Regimento, tendo uma abordagem muito séria a esta matéria e, por isso, não tente criar subterfúgios que desviem as atenções sobre aquela que tem sido, enfim, a execução, na nossa perspetiva parca e insuficiente, do PRR.

Portanto, eu espero que o Governo saiba responder de forma clara sobre aquela que é a aplicação dos 80 milhões e já agora, tendo em conta os alertas do Tribunal de Contas, o adiantamento de 75 milhões no âmbito do PRR, sendo que foi identificada a aplicação de 80 milhões, onde é que estão os restantes 67 milhões?

Agradecia que pudessem esclarecer o Grupo Parlamentar do PS, esta Câmara e os açorianos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, parece que o debate sobre esta iniciativa do Deputado Independente está feito.

O Partido Socialista não tem o menor interesse em falar da habitação. Prefere falar do PRR e dos 80 milhões de euros que estão para vir do PRR.

É o que é e é o que temos da parte do maior partido da oposição. Deixou a herança que deixou no capítulo da habitação. Está este Governo agora a resolver. Foi este Governo que desencilhou o processo dos Foros Solmar, Trás-os-Mosteiros e muitos outros por aí fora.

Deputado Carlos Silva (PS): Está igual!

O Orador: E, portanto, eram investimentos que o Governo do Partido Socialista anunciava, colocava placas, inaugurava as placas, em vésperas de eleições anunciava que a obra ia arrancar e que ia haver casas, ia haver empreendimentos. E envolvidos todos estes anos, é este Governo de Coligação que está resolvendo o assunto da habitação.

Deputada Andreia Costa: O senhor chegou tarde e mal!

Comentado [AC10]: cardoso

O Orador: E, portanto, é isto que o Partido Socialista tem para oferecer aos açorianos.

É isto que o Partido Socialista tem para oferecer ao debate sobre a habitação.

Por isso, o interesse do Sr. Deputado Berto Messias em falar do PRR. Mas falar dos 80 milhões que ainda não-de vir. Ou seja, o Sr. Deputado Berto Messias, à boa maneira socialista, já está querendo definir como é que vai gastar por conta, que foi o que andaram fazendo durante 24 anos, foi gastar por conta.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Por conta e a fazer de conta!

O Orador: E agora temos às nossas costas 3,6 mil milhões de euros de dívidas para pagar. E é esse o encargo que esta Coligação tem.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma explicação à Câmara que se impõe em relação ao adiantamento do PRR do ano 2021.

Deputado Carlos Silva (PS): Contabilizado em 2021!

O Orador: Esse adiantamento que foi feito, teve o enquadramento nos regulamentos que orientam o PRR e também, naturalmente, teve a aferição do Tribunal de Contas. E o que é que se passa?

Esse adiantamento que veio em 2021 agora é descontado 13% em cada pedido de pagamento que nós fazemos. É assim que funciona. A Sra. Deputada Andrea Cardoso sabe do que estou a falar e é isto que se passa. Não há nada de confuso ou de obscuro.

Deputado Carlos Silva (PS): Não havia PRR!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Quem sabe é

o Sr. Deputado Carlos Silva!

O Orador: Veio aquele adiantamento e agora em cada pedido de pagamento, é descontado 13% que corresponde àquele pagamento, tão simplesmente assim, para que esta câmara possa perceber.

Bastante diferente, foi o aumento do endividamento de 2020 no valor de 285 milhões de euros para o Covid, que veio a esta Casa com o argumento que era por causa das despesas do Covid e que mereceu aqui o conforto de todo o plenário...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... por causa das despesas do Covid, 285 milhões de euros que cresceram indevidamente.

Ora, sabem quanto é que o Tribunal de Contas diz que foram gastos efetivamente no Covid? 77 milhões.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E agora?!

O Orador: Os senhores usaram aquele momento difícil e a colaboração e a solidariedade de todos os partidos para se endividarem em mais 285 milhões, quando só gastaram 77 milhões nas despesas do Covid.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, neste aspeto ficamos todos claros em relação a esta matéria. Já para não falar de que agora está muito difícil de virem as verbas para as obras do Furacão Lourenço, mas em 2019 vieram 19 milhões de euros de adiantamento.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Nem agora nem depois!

O Orador: Para onde é que eles foram?

Agora nem antes nem depois. E é com isto com que nós nos temos que confrontar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, em relação ao Governo da República e em relação à PRR, naturalmente os 80 milhões já foram confirmados pela Sra. Ministra, e aqui posso dar nota disso, em contato direto e pessoal que tive com ela, como também foram articulados os procedimentos para que possamos depois afetar na Região, em função da grelha dos eixos nacionais, como é evidente e como tem que ser.

Esse é um trabalho que está a ser feito agora.

O que seria importante era que - como já foi aqui referido - o Partido Socialista pudesse usar da sua influência na República para coisas positivas para os Açores.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Não é para ajudar o Governo dos Açores e para ajudar as açorianas e os açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O que se verifica é que a influência que o Partido Socialista tem no Governo da República é apenas para criar problemas ao Governo da Região.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Como ficou bem evidente no início desta semana, como ficou bem evidente na falta de respostas e de boa vontade que esperamos que ainda possa mudar, do Governo da República em relação ao furacão Lourenço.

Já percebemos que do Partido Socialista não podemos contar para nada nos Açores. Só puxam os Açores para baixo, querem que a governação corra mal, querem prejudicar os açorianos e são, nesse aspeto, uma má influência junto do Governo da República, quando deviam ser uma boa influência para ajudar a resolver os problemas dos açorianos.

Mas é o estilo da *terra queimada* de quem está desesperado, pela parte do Partido Socialista.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Carlos Freitas:

Há pouco quando tentei responder às questões que me colocaram, depois estive a ver os meus apontamentos e há uma que não lhe respondi e que tem a ver com a cabimentação orçamental para dar cobertura à iniciativa que aqui apresento.

O tempo que já tenho já de deputado nesta Casa, e os três orçamentos que já foram aprovados em que eu participei, o Sr. Presidente do Governo, o Sr. Secretário das Finanças – agora este, mas também o anterior – sabem bem que em sede de negociação do plano e orçamento, eu nunca fiz exigências em termos de números, para dar cobertura às minhas iniciativas.

O que fiz, e o que farei se assim acontecer até ao final desta Legislatura, será pedir a quem elabora os documentos provisionais que faça visitação às iniciativas que apresentei. E que em função disso, faça o diagnóstico possível de que na eventualidade da aprovação das mesmas, exista cabimento ação para as

executar.

Isto não é um exigência, isto é um acordo de cavalheiros assinado com aperto de mão.

É assim que eu procedo na minha vida e até que me obriguem do contrário, sempre assim farei.

Portanto, estou em crer que há-de haver por parte deste Governo, espírito suficiente para percebendo a eventualidade da aprovação desta medida e de outras, que as executem respeitando aquela que é a decisão do Parlamento.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, quero dar nota de que quem introduziu aqui a questão do PRR e as lutas entre o Governo Regional e o Governo da República foi o Sr. Vice-Presidente, não foi o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Quanto à referência aos 285 milhões de euros do Sr. Secretário Regional Duarte Freitas, essa matéria foi esclarecida.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Ah, foi?!

O Orador: E, portanto, a utilização dos 285 milhões de euros foi feita na íntegra, no combate aos efeitos da pandemia, quer do ponto de vista sanitário quer do ponto de vista económico e social.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pelos vistos ficou bem esclarecido!

O Orador: Eu lamento profundamente, porque o senhor fazendo essa referência, está a desrespeitar todos aqueles que se viram confrontados com uma situação financeira e social grave por via da pandemia e o Governo Regional da altura, chegou-se à frente a apoiá-los, tal como se fez no resto do País e por essa Europa fora!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Lamento que utilize esse momento como arma de arremesso político!

Para terminar, Sr. Secretário Regional das Finanças, porque a sua explicação sobre a questão do adiantamento do PRR, quer dizer, *não bate a bota com a perdigota*. A sua explicação, dizendo o senhor que é clara, não é nada clara. Basta ler aquilo que diz o Parecer do Tribunal de Contas à Conta da Região do Tribunal de Contas, que diz o seguinte, e cito:

Deputado Joaquim Machado (PSD): Agora já vale?!

Devem ser só *algumas* páginas!

O Orador: “Os meios financeiros recebidos dirigidos à execução do Plano de Recuperação e Resiliência não foram despendidos na sua totalidade, ficando por utilizar 67,1 milhões de euros”.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): É um adiantamento!

O Orador: “A receita contabilizada pela administração regional direta, recebida a título de adiantamento do *Next Generation UE*, ascendeu a 75,4 milhões de euros, enquanto a despesa foi quantificada em 8,3 milhões de euros”.

Esta matéria foi referida pelo Tribunal de Contas. Está por explicar e mesmo depois do debate de hoje, continua por explicar.

Eu lamento também que o Governo Regional dos Açores não saiba explicar já, de que forma é que vai distribuir os 80 milhões de euros que terá de reforço no âmbito do PRR.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Nem o da República!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Vice-Presidente, eu mantive-me sereno. O senhor é que... enfim, quis ir por aí fora! Cá estamos!

(* Vice-Presidente do Governo (Artur Lima): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Berto Messias:

Vou-lhe devolver o elogio da inteligência para lhe dizer que o senhor sabe que está a insistir numa coisa que não tem razão nenhuma. E resolveu fazer aquilo que sabe muito bem fazer, que são *faits divers* e armou aqui uma conversa política.

O Sr. Secretário das Finanças, já explicou, eu já lhe expliquei que como é que as coisas são feitas.

Deputado Carlos Silva (PS): Já explicou, não!

O Orador: O problema é também que se o Governo da República tivesse mais certezas como é que distribuía o dinheiro a tempo e horas, e se não tivesse havido a instabilidade política nacional, se calhar estávamos mais atempadamente a tratar dos assuntos.

Não estamos, porque dependemos, como o senhor sabe, do Governo da República. E isto já foi perfeitamente explicado.

Quanto ao Tribunal de Contas, o senhor sabe tão bem como eu, por isso não venha aqui agora armar-se em vítima por causa dos 200 milhões que o senhor também sabe que não foram gastos - e eu não quero entrar *por mar adentro*, como o senhor diz - porque se calhar não é conveniente para este tema em

XII Legislatura

Número: 102

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 9 de março de 2023

discussão que é a habitação e para a proposta do Sr. Deputado Carlos Furtado que é sobre a habitação nos Açores, porque é preciso realmente recuperar o tempo perdido pelo Partido Socialista.

As medidas que tinha (as boas) estão em execução, mas faltaram mais, que foi a construção, porque os senhores não fizeram casas

Nos últimos 12 anos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18h30.

Eram 18 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 18h30.

O Sr. Deputado João Bruto da Costa pede a palavra para uma interpelação?

Faça favor.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente é para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental e está concedido.

Regressamos às 19 horas.

Eram 18h32.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Estava inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão a quem dou a palavra.

Deputado Berto Messias (PS): Prescinde!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de eu intervir, estava já o Sr. Deputado Berto Messias para que o Grupo Parlamentar do PPM prescindisse da intervenção. Deve estar a antever o que eu lhe vou dizer.

Deputado Berto Messias (PS): Era só para agilizar a agenda.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O Partido Socialista tem medo!

O Orador: Eu inscrevi-me mesmo por sua causa, Sr. Deputado, porque não posso deixar de fazer duas referências.

Em primeiro lugar, eu não posso aceitar que o Sr. Deputado diga que ao referenciar as verbas relacionadas com o Covid, em que o Governo do Partido Socialista solicitou uma verba de 287 milhões de euros e só gastou 77 milhões de euros, não posso aceitar - e isto está registado e está confirmado pelo Tribunal de Contas - que isso seja ofensivo. O que é ofensivo é que isso tenha sido feito desta forma e que este dinheiro não tenha sido realmente projetado no âmbito do qual tinha sido solicitado.

Portanto, Sr. Deputado Berto Messias, essa referência não tem razão absolutamente nenhuma e a vergonha é ao contrário, no sentido deste Parlamento ter sido enganado.

A outra questão tem a ver com as verbas do Furacão Lourenço também em relação ao Governo da República que assumiu responsabilidades. Os responsáveis do Governo da República fizeram visitas à Região Autónoma dos Açores, manifestaram toda a sua solidariedade, manifestaram todo o apoio ao

Governo Regional, mas a verdade é que neste momento e na atual conjuntura, estamos a enfrentar dificuldades e o apoio do Governo da República, neste contexto, não existe. Também tem que ficar aqui registada esta matéria.

Portanto, estes são as duas referências que lhe tinha que fazer, porque foram dois aspetos que V. Exa. fez e que não correspondem à realidade e cuja conclusão tem que ser contrária àquilo que V. Exa. concluiu. É que não se fala nesta verba do COVID, porque as pessoas vão ficar zangadas. Não, as pessoas vão ficar zangadas é de saber que o Governo Regional, nesta

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado João Vasco Costa (PS): Não apoiado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Berto Messias, faça favor.

(* **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não era para intervir mais, no entanto, tenho que dizer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão o seguinte: o senhor tem direito, naturalmente, à sua opinião própria, mas não tem direito a factos próprios.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É o Tribunal de Contas.

O Orador: Portanto, os factos são o que são.

A forma como aquilo que resultou do orçamento rectificativo que apresentámos aqui por causa da pandemia, foi amplamente explicado e claríssimo. E, infelizmente o que não conseguimos é perceber - porque as explicações que nos foram dadas são parcas insuficientes – relativamente à utilização dada ao adiantamento das verbas no âmbito do PRR, conforme está no parecer do Tribunal de Contas à Conta da Região de 2021.

Além disso, há também um conjunto de questões no âmbito da reafetação das verbas que serão que reforçarão o PRR na nossa Região, às quais o Governo, infelizmente, não nos respondeu e é isso que lamento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Berto Messias:

Eu percebo que esteja deslumbrado por estar a ter agora este momento raro de participação em debate nesta Casa e aproveitou esta oportunidade. Mas eu quero-lhe dizer que factos são factos. E os factos são os que o Tribunal de Contas relata.

São 287 milhões de euros...

Deputado Carlos Silva (PS):

285! Até no valor o senhor se enganou

Deputado Berto Messias (PS):

Não é verdade. Basta que leia os documentos!

Deputado Paulo Estêvão (PPM):

É verdade!

O Orador: ... para supostamente serem utilizados no âmbito do combate à COVID-19, das suas consequências e do apoio às populações neste âmbito, e a verdade é que deste montante foram gastos apenas 77 milhões.

Factos são factos e os factos contrariam, quer o que foi dito na altura, quer o que foi dito agora por V. Exa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Parecendo não haver, vamos passar à votação deste diploma.

Vamos votar o **Projeto de Resolução n.º 123/XII** – “Criação de apoio monetário ao aumento de tipologia e melhoria de eficiência energética em moradias”.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O **Projeto de Resolução n.º 123/XII** foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, um do PPM, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Avançamos para o ponto 7 da nossa Agenda, **Petição n.º 36/XII** – “Criação de um polo do Conservatório Regional de Ponta Delgada” apresentada por Luís Carlos de Melo Abrantes na qualidade de primeiro subscritor.

Para apresentar o relatório tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER

Petição n.º 36/XII

“Criação de um polo do Conservatório Regional de Ponta Delgada”

INTRODUÇÃO

A 12 de julho de 2022, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 36/XII, intitulada “Criação de um polo do Conservatório Regional de Ponta Delgada”, cujo primeiro signatário é o cidadão Luís Carlos de Melo Abrantes.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes, as matérias relativas a “*cultura*”,

onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

OBJETO DA PETIÇÃO

O peticionário refere, em sede de exposição de motivos, que *“A propósito do Projeto de Resolução n.º 94/XII - "Alargamento e diversificação do ensino artístico especializado nos Açores", entregue à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pelos grupos parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM a 16 de fevereiro de 2022, é criada esta petição para propor a criação de um polo do Conservatório Regional de Ponta Delgada na ilha de S. Miguel.*

O Conservatório Regional de Ponta Delgada é a única escola em São Miguel onde há oferta de ensino artístico especializado. Tendo em conta a dimensão desta Ilha, este fator é especialmente prejudicial e limitador para os potenciais alunos cuja residência se localiza mais longe desta escola, como, por exemplo, os que residem nos concelhos do Nordeste e da Povoação, ou mesmo nas freguesias dos Ginetes e dos Mosteiros. A consequência tem sido que o número de alunos destas zonas geográficas que frequentam o CRPD é muito reduzido e, nalguns anos escolares, até nulo.

Acresce que o CRPD não tem capacidade suficiente para responder à procura. Dos alunos que se candidataram a este conservatório nos últimos 3 anos

escolares, entre 15 e 20% não se matriculou por falta de vaga no instrumento pretendido e mais 15 a 20% simplesmente não teve vaga. Por outras palavras, cerca de um em cada três candidatos não acede ao ensino artístico por falta de capacidade de resposta do CRPD. Se não fosse a distância elevada e as inerentes dificuldades na deslocação a tornar inviável para muitos alunos a frequência do CRPD, o número de candidatos sem vaga seria, previsivelmente, muito superior.

Para além destas razões, é de notar ainda a intensa atividade filarmônica nas referidas zonas da ilha, algo revelador do interesse musical da comunidade. Consideramos, portanto, que a criação de um polo do Conservatório Regional de Ponta Delgada noutra ponta da ilha seria uma grande mais-valia para as bandas filarmônicas, para o próprio conservatório e para a população em geral”.

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

A Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais deliberou, na sua reunião do dia 29 de julho de 2022, proceder às audições do 1.º subscritor, o cidadão Luís Carlos de Melo Abrantes, do membro do Governo Regional com competência na matéria e do Conselho Executivo do Conservatório Regional de Ponta Delgada, que decorreram no dia 6 de janeiro de 2023.

- **Audição do 1.º subscritor, o cidadão Luís Carlos de Melo Abrantes:**

O peticionário, cidadão Luís Carlos de Melo Abrantes, explicou que a petição surgiu após a apresentação do Projeto de Resolução da coligação – Alargamento e diversificação do ensino artístico especializado, em fevereiro de 2022. De acordo com o primeiro subscritor da petição, a iniciativa supramencionada é louvável, mas para além de se pensar em fazer chegar o ensino artístico a todas as ilhas, o mesmo deveria chegar também a todos os

concelhos, referindo que existem concelhos mais distantes de Ponta Delgada cujas populações não têm acesso ao ensino artístico. Nesta sequência, explicou que na maior ilha do arquipélago houve um número considerável de alunos que não conseguiu vaga para entrar para o Conservatório Regional. Para além do referido, há muitas crianças e jovens que até gostariam de frequentar o ensino artístico, mas a distância, o transporte e os horários das aulas fazem com que tal seja inexecutável. O peticionário acrescentou que na ilha de São Miguel existe uma baixa oferta na área do ensino artístico, quando comparado com outras ilhas, o que também não permite dar resposta à procura. Relembrou que na ilha de São Miguel reside mais de metade da população da Região Autónoma dos Açores e, em proporção, é onde há menos professores da área do ensino especializado da música comparativamente às restantes ilhas onde existe esta oferta.

Ainda como argumento para cimentar o seu propósito, o peticionário referiu que a ilha Graciosa tem 4300 habitantes, ao passo que o concelho do Nordeste tem 5800, ou seja, há mais habitantes, mas, ao contrário dos graciosenses, os nordestenses não têm ensino artístico.

A finalizar, sublinhou que no caso da ilha Terceira, existe ensino artístico nos seus dois concelhos, que distam 23 km, mas já em São Miguel concelhos que distam cerca de 30km de Ponta Delgada não têm.

Aberta a primeira ronda de questões, interveio a deputada Célia Pereira (PS) que questionou qual a proposta em termos de localização do referido polo, bem como os custos envolvidos na operacionalização da proposta.

Em resposta, o peticionário referiu que não tem nenhuma estimativa de custos, pois tudo dependeria do espaço e dos instrumentos eventualmente já existentes.

Em termos de localização do polo, também não houve uma resposta perentória.

De acordo com o peticionário Luís Abrantes, o importante é que encurte

distâncias e esteja implementado numa zona de aglomerados populacionais, dando os exemplos de Vila Franca do Campo e Maia.

De seguida, a deputada Vera Pires (BE), que inicialmente se tinha inscrito, prescindiu da palavra visto ter ficado esclarecida com as respostas dadas às questões anteriores.

Ainda na primeira ronda, a deputada Délia Melo (PSD) perguntou se antes de se avançar com o alargamento do ensino artístico às outras ilhas que ainda não o têm deveria ser reforçada a oferta na ilha de São Miguel. Perguntou, de igual modo, se haveria recursos humanos suficientes, afetos ao Conservatório Regional, para a operacionalização do que é apresentado na petição.

Relativamente à última questão, o peticionário disse que a criação de um polo implicaria a contratação de mais recursos humanos. Quanto à primeira, o peticionário é da opinião que todos os que têm desejo de frequentar o ensino artístico especializado deveriam ter a possibilidade de o fazer, mas afirma que em São Miguel há muitos que ficam privados deste desejo devido à distância ou falta de resposta do próprio Conservatório, por isso considera importante haver esta aposta na ilha, se não primeiro, pelo menos em simultâneo.

Em réplica, a deputada social-democrata perguntou se a formação pensada para o polo deveria ser mais genérica ou mais especializada, tendo sido esclarecida que o ideal seria que fossem ambos.

Na segunda ronda, inscreveu-se novamente a deputada Délia Melo (PSD) que perguntou ao peticionário como poderia ser ultrapassada a falta de docentes na área do ensino artístico especializado.

Não havendo propriamente uma solução, de acordo com o peticionário o importante é otimizar recursos e captar os necessários para a Região. O problema é transversal a todas as ilhas.

A terminar a sua intervenção, a deputada deu nota que o Grupo Parlamentar do PSD já tinha equacionado avançar com uma recomendação ao Governo para o

alargamento do ensino artístico especializado na própria ilha de São Miguel, ciente de que é algo que levará o seu tempo, que é progressivo. Segundo a deputada social-democrata, ainda que haja constrangimentos, os mesmos não podem ser razão para não se avançar com estas iniciativas. Há que definir o que se quer e, de seguida, haver empenho e persistência para se contornar os obstáculos.

• **Audição da Presidente do Conselho Executivo do Conservatório Regional de Ponta Delgada:**

A Presidente do Conselho Executivo do Conservatório Regional de Ponta Delgada, Professora Isabel Albergaria, começou por fazer um breve enquadramento acerca do contexto, a história e a orgânica da escola que preside. Neste seguimento, explicou que o Conservatório Regional é uma escola pública prestes a celebrar o seu centésimo aniversário, tendo já passado por quatro edifícios. No presente ano letivo tem 590 alunos, o que representa um crescimento de 3,3% relativamente a 2019/2020. Em termos de recursos humanos, conta com 61 professores e 22 funcionários. Tem uma oferta de 22 instrumentos diferentes. No ano letivo 2022/2023 teve 343 candidatos, mas apenas 191 foram admitidos, visto não haver condições de resposta para mais. Em termos de matriz geográfica, o Conservatório faz a articulação com cerca de 50 escolas da ilha. Devido aos horários escolares, o Conservatório funciona de forma condensada a partir das 14horas até às 21h30. 76% dos alunos são do concelho de Ponta Delgada, 12% da Ribeira Grande, 9% da Lagoa, 2,5% de Vila Franca do Campo, 0,85% da Povoação e 0,17% do Nordeste.

Em termos de plano curricular, há sempre uma forte componente de prática instrumental, num ensino individualizado, e a parte mais teórica, de formação musical, em contexto de turma, que tem no máximo 13 alunos. Há, ainda, as classes de conjunto – coros, orquestras - e os alunos têm idades compreendidas entre os 3 e os 70 anos.

Aberta a primeira ronda de questões, inscreveu-se a deputada Célia Pereira (PS) que começou por perguntar qual o entendimento do Conselho Executivo do Conservatório de Ponta Delgada em relação ao que é proposto na petição, nomeadamente se concorda com a criação de um polo. A concordar, a deputada quis saber onde poderia o mesmo ser criado e de que forma é que contribuiria para a missão daquela instituição.

A deputada socialista foi esclarecida que o Conselho Executivo entende que o ideal seria a criação de dois polos. Como qualquer projeto, há vantagens e desvantagens, mas há sempre que potenciar as primeiras e minimizar as segundas. De acordo com a Professora Isabel Albergaria, a criação de polos nunca poderá ser vista como uma replicação do Conservatório, como um decalque da casa mãe, porque a oferta será limitada, dada a falta de recursos humanos. Estender o Conservatório a outros pontos da ilha permitirá, na sua ótica, uma aproximação da população que não tem fácil acesso ao ensino da música e até sensibilizar as escolas para a elaboração dos seus horários, por via a contemplar as necessidades dos alunos, mormente os que frequentam o Conservatório. Embora seja algo já tido em conta na articulação feita com as diferentes escolas, nem sempre há a necessária sensibilidade para se encontrar o melhor horário, no sentido de permitir que os alunos combinem as aulas da sua escola com as do Conservatório. A Professora Isabel Albergaria deixou também nota que a questão dos transportes penaliza atualmente o Conservatório, uma vez que os mesmos não servem a população e, no caso de alunos vindos de longe, os pais estão obrigados a ir levar e buscar os seus filhos ao Conservatório.

Em réplica, a deputada Célia Pereira (PS) perguntou se a distância era, de facto, um constrangimento para os alunos e se, a ser diminuída, o número de candidatos ao Conservatório poderia ser maior.

A Professora Isabel Albergaria disse que a distância era um condicionalismo, principalmente devido à indisponibilidade de muitos encarregados de educação em garantirem o transporte.

De seguida, a deputada Délia Melo (PSD) deixou uma nota preambular sublinhando a importância que o ensino artístico especializado tem na formação holística dos alunos, trabalhando competências sensoriais e afetivas cada vez mais importantes na sociedade atual. Neste seguimento, partilhou que o Grupo Parlamentar do PSD já tinha equacionado fazer a proposta que consta da petição, precisamente por compreender que o Conservatório não consegue dar resposta às solicitações todas que lhe chegam, tendo de declinar matrículas. No uso da palavra, a deputada social-democrata questionou a Presidente do Conselho Executivo do Conservatório Regional de Ponta Delgada acerca do local onde poderiam ser implementados os polos e acerca da oferta dos mesmos, isto é, se seria mais genérica ou especializada.

Em resposta, a Presidente do Conselho Executivo do Conservatório Regional de Ponta Delgada começou por referir que um dos aspetos que fará toda a diferença será haver docentes especializados em música a lecionar esta área de expressão no primeiro ciclo. Se for fortalecida a qualidade do ensino da música no primeiro ciclo, haverá ecos mais tarde. Em termos de localização para os polos, a Professora Isabel Albergaria não avançou com locais em concreto, disse somente que deverão ser espaços com condições para o fim a que se propõem e deverão estar localizados de forma a estarem mais próximos de quem os procura.

- **Audição da Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais:**

A Secretária Regional começou por referir que a Secretaria Regional da Educação tem dado resposta às solicitações de colocação de recursos humanos tanto para o Conservatório Regional de Ponta Delgada, como para as restantes

escolas com a oferta de ensino especializado na área da música. Porém, à semelhança do que acontece com outros grupos de recrutamento, há concursos que ficam desertos, sem candidatos, devido ao desinvestimento dos últimos anos.

No que toca à forma de implementação do que a petição advoga, de acordo com a governante Sofia Ribeiro, é preciso ter algum cuidado para nunca se perder a qualidade do ensino ministrado. Trata-se de um ensino muito especializado e muito individualizado, mas para além disso há questões de escala que têm de ser acauteladas. Porém, tal não implica que não se possa ir ao encontro das expectativas dos peticionários. Pode-se operacionalizar o pretendido, sem se replicar o Conservatório noutra área. A descentralização pode ser feita por via da extensão do Conservatório, mas ter em atenção primeiro qual a procura e inseri-la num projeto pedagógico do próprio Conservatório numa Unidade Orgânica. Já há um enquadramento legal que permite que sempre que haja procura de ensino especializado por uma parte significativa de alunos de determinada escola, o Conselho Executivo da mesma faça o levantamento das necessidades e articule tanto com a Secretaria Regional, como com o Conservatório, para se definir quais as respostas a dar.

Aberta a primeira ronda de questões, a deputada Célia Pereira (PS) pediu a palavra para questionar a governante acerca da apreciação que faz em relação ao objeto da petição, no sentido de a mesma se pronunciar se a proposta é ou não viável. Face à questão e às considerações previamente tecidas, a Secretária Regional explicou que existe uma articulação do Conservatório Regional com as escolas da ilha, sendo que a mesma poderá ser facilitada se as escolas estiverem envolvidas no processo. Sublinhou que a via apresentada na explanação inicial parecia ser a mais simples de expandir o ensino artístico especializado. A constituição de um projeto pedagógico inserido nas escolas garantiria a concretização do objetivo subjacente à criação de polos do

Conservatório de forma faseada e gradual, não apenas em São Miguel, mas também noutras ilhas.

Seguidamente, interveio a deputada Délia Melo (PSD) a congratular a governante pela visão dada e pela intenção de operacionalizar a descentralização do ensino artístico na ilha de São Miguel, uma pretensão também do Grupo Parlamentar do PSD que estava preparado para propor esta medida ao Governo Regional.

A deputada social-democrata relembrou uma das preocupações levantadas pela Presidente do Conselho Executivo do Conservatório Regional de Ponta Delgada que falava na necessidade de a área da música ser lecionada, desde o primeiro ciclo, por docentes especializados. Questionou, neste seguimento, se seria exequível que tal acontecesse num futuro próximo, tendo sido elucidada que a estratégia para a Educação prevê a reformulação dos currículos de Educação Básica, sendo este um ponto fulcral a ser tido em conta. Na sua intervenção, a governante assumiu um compromisso – na próxima reunião do Conselho Consultivo do Sistema Educativo pretende-se abordar este tema, de modo a ser discutido na presença de todos aqueles que estão nos órgãos de gestão das escolas dos Açores.

CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

1. Considerando que a presente petição foi subscrita por um grupo de 401 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia

Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto no respetivo Regimento;

2. O primeiro peticionário, o cidadão Luís Abrantes, justifica a necessidade de se alargar a resposta de ensino especializado na área da música na ilha de São Miguel devido à elevada procura e à distância a que se encontra o Conservatório Regional de Ponta Delgada em relação a alguns concelhos, inviabilizando, assim, a frequência do mesmo por parte de alunos das zonas mais distantes;
3. De acordo com o primeiro peticionário, o importante é que o polo do Conservatório Regional encurte distâncias e esteja implementado numa zona de aglomerados populacionais, permitindo um fácil acesso da população, tanto local como de arredores;
4. A Presidente do Conselho Executivo do Conservatório Regional de Ponta Delgada deu nota que, no presente ano letivo, o Conservatório teve 343 candidatos, mas apenas 191 foram admitidos, visto não haver condições de resposta para mais. Dos alunos admitidos, a maioria pertence ao concelho de Ponta Delgada (76%), sendo que quanto maior a distância, menor é a percentagem de alunos inscritos naquela instituição de ensino – Povoação com 0,85% e Nordeste com apenas 0,17% -, o que demonstra que a distância é, de facto, um grande condicionalismo, principalmente devido à indisponibilidade de muitos encarregados de educação em garantirem o transporte dos seus educandos;
5. De acordo com o Conselho Executivo do Conservatório Regional de Ponta Delgada, o ideal seria a criação de dois polos, de modo a não haver injustiças em termos de acesso, mas os mesmos nunca poderiam ser vistos como um decalque da casa mãe, porque a oferta será necessariamente mais limitada, dada a falta de recursos humanos;

6. O Conservatório articula o seu horário com as diferentes escolas, mas nem sempre há a necessária sensibilidade das diferentes instituições de ensino para se encontrar o melhor horário, no sentido de permitir que os alunos combinem as aulas da sua escola com as do Conservatório;
7. De acordo com a Secretária Regional da Educação, há um enquadramento legal que permite que sempre que haja procura de ensino especializado por uma parte significativa de alunos de determinada escola, o Conselho Executivo da mesma faça o levantamento das necessidades e articule tanto com a Secretaria Regional, como com o Conservatório, para se definir quais as respostas a dar;
8. A governante revelou que a Estratégia para a Educação prevê a reformulação dos currículos de Educação Básica, sendo que uma das questões a ter em conta será a de a área da música passar ser lecionada, desde o primeiro ciclo, por docentes especializados, o que vai ao encontro da pretensão da Presidente do Conselho Executivo do Conservatório Regional de Ponta Delgada;
9. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria e, ainda, ao Conselho Executivo do Conservatório Regional de Ponta Delgada.

Ponta Delgada, 3 de fevereiro de 2023.

A Relatora

(Délia Melo)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

(Joaquim Machado)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Está apresentado o relatório.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Célia Pereira.

(*) **Deputada Célia Pereira (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nunca é demais sublinhar a importância que assume o exercício do direito de petição, quer como via a proximidade e diálogo com o poder político, quer com meio para a sinalização de questões e apresentação de propostas.

Iniciativas como aquela que hoje nos é aqui trazida e, portanto, começo por saudar os peticionários na pessoa do primeiro peticionário, Sr. Luis Carlos de Melo Abrantes.

Já foi aqui apresentado o fundamento desta Petição, nomeadamente o facto de ter como fundamento o Projeto de Resolução “alargamento e diversificação do ensino artístico especializado nos Açores, que, entretanto, já veio a esta câmara e foi aprovado pela maioria dos partidos, à exceção da já abstenção do Sr. Deputado Independente.

Sublinhe se que o contributo e o legado do Conservatório de Ponta Delgada na formação artística e musical especializada de gerações de açorianos nos seus 100 anos de atividade, é imensurável e de uma relevância incontestável.

De facto, a qualidade irrepreensível do ensino artístico e musical que o Conservatório oferece, nomeadamente pela qualificação e excelência dos seus professores, tem sido preponderante para a formação e afirmação de profissionais açorianos de excelência, muitos dos quais se têm destacado e

granjeado reconhecimento quer no panorama musical nacional quer além-fronteiras.

O Conservatório conta atualmente com 590 alunos distribuídos por um plano curricular com uma componente forte de prática instrumental de ensino individualizado e de parte mais teórica de formação musical em contexto de turma e ainda um plano curricular em classes de conjunto, coros e orquestras.

No presente ano letivo de 2022/2023, o Conservatório recebeu 343

Candidaturas, mas destas apenas foram admitidos 191 candidatos, por falta de para acolher mais alunos. É de igualmente salientar que o Conservatório assegura também a articulação, de forma descentralizada, já com cerca de 50 escolas do 5 concelhos da ilha de S. Miguel.

Esta Petição reforça justamente a importância da missão do Conservatório de Ponta Delgada na ilha de S. Miguel. E reforça também a possibilidade, através da criação de um polo, descentralizar a sua atividade e fortalecer a sua proximidade com potenciais alunos que residem nos concelhos mais distantes de Ponta Delgada onde está sediado.

Da apreciação desta Petição e das audições que foram realizadas em sede da Comissão de Assuntos Sociais fica, para nós, o entendimento de que a resposta à questão de fundo suscitada pelos peticionários, aumentar a oferta na área do ensino artístico na ilha de São Miguel e reduzir distâncias entre esta oferta e os alunos interessados, merece uma reflexão apurada, bem como uma avaliação do custo-benefício das várias possibilidades que no decorrer das audições, foram sendo equacionadas ou de outras possibilidades que se afigurem como adequadas para responder a este desafio.

A este propósito importa, pois, compreender e no seguimento da audição da Sra. Secretária Regional, os resultados que já é possível aferir, dado o enquadramento legal que permite, face à procura, que as escolas articulem com a Secretaria Regional e com o Conservatório, as respostas a dar; ou ainda a

possibilidade de reformulação dos currículos de educação básica, nomeadamente a possibilidade da área da música passar a ser lecionada desde o 1º ciclo por docentes especializados. E ainda a este respeito, convém também aferir qual é o ponto de situação relativamente à materialização é o ponto de situação relativamente à materialização das recomendações da Resolução nº32/2002/A, aprovada no seguimento da proposta de projeto que serviu de enquadramento a esta Petição e também como ficou presente no decorrer das audições, deixo aqui a nota de que tão importante como alargamento e descentralização da atividade do Conservatório, é a necessidade de investir no reforço dos seus meios e dos seus recursos, quer ao nível da ampliação das suas instalações, quer ao nível da aquisição de mais instrumentos musicais e, sobretudo, na contratação de mais professores da área do ensino especializado da música. E não podia, dado objeto desta Petição, deixar de referir que a formação artística e musical faz parte do ADN e identidade açoriana e, portanto, a existência de instituições que se dedicam ao ensino e formação artística e musical em diferentes níveis e contextos em todas as 9 ilhas do nosso arquipélago, como as academias musicais e as filarmónicas e, neste caso concreto, o Conservatório de Ponta Delgada assumem um papel fundamental para potenciar este desígnio e para potenciar e formar talentos.

Para concluir, referir que o Partido Socialista é sensível ao objeto desta Petição e defende, tal como sempre defendeu, que o investimento na formação e educação, nos mais diversos domínios, assim como no ensino artístico e musical, constitui um dos principais instrumentos de valorização e empoderamento daquele que é o principal ativo da nossa Região, os açorianos e as açorianas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tema a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Um cumprimento especial aos peticionários na pessoa Professor Luiz Carlos Abrantes, pelo exercício de cidadania que através desta Petição fizeram deste modo, procurando sensibilizar os órgãos de Governo da nossa Região para uma realidade concreta, que é a necessidade do alargamento do ensino especializado da música na ilha de S. Miguel.

O ensino artístico especializado e, concretamente, neste caso da música, é uma área, como sabemos, de grande importância na formação de crianças e jovens, principalmente, essencial para o desenvolvimento de competências sensoriais, afetivas e performativas e, bem assim, determinantes para a afirmação de valores e projetos culturais, da música popular à erudita, inevitavelmente, passando pela atividade crescente e qualitativa das nossas filarmónicas com tradição secular na nossa Região.

Os partidos da Coligação - o PSD, CDS e PPM - em setembro passado fizeram aprovar nesta Assembleia um Projeto de Resolução recomendando ao Governo Regional, o alargamento do ensino artístico diversificado a todas as ilhas que até esta altura não disponham de ensino específico na área artística, nomeadamente da música.

Como disse a Sra. Deputada Célia Pereira, este Projeto de Resolução foi efetivamente bem acolhido por este Parlamento, ainda que não tenha mencionado os autores da proposta. Mas é exatamente esse passo adiante que a Coligação dá que suscita esta Petição e esta reivindicação do alargamento do ensino artístico e do ensino da música na ilha de S. Miguel.

O Conservatório Regional de Ponta Delgada é uma instituição

com um largo historial, que remonta há mais de 100 anos, conforme há pouco tempo tivemos oportunidade de aqui dizer aquando da apresentação dum Voto de Saudação pelo centenário do ensino da música na ilha de S. Miguel e é frequentado por um terço de todos os alunos açorianos matriculados nesta modalidade de ensino, o que dá nota do peso e da importância que esta instituição tem no contexto do ensino especializado da música. E é um trabalho que é assegurado por duas dezenas de funcionários e 61 docentes, muitos deles, felizmente, já antigos alunos daquele estabelecimento de ensino, o que diz bem, também, da qualidade formativa inicial que esses alunos ali tiveram, prosseguindo depois os seus trajetos formativos nas universidades, ao nível das licenciaturas

O que diz bem também da qualidade formativa inicial que esses alunos ali tiveram prosseguindo por os seus trajetos formativos nas universidades, ao nível das licenciaturas e dos mestrados, mas também contanto com a grande experiência e qualidade de músicos estrangeiros, nomeadamente de países de leste que fizeram a opção de trabalhar nos Açores, dando também um contributo importante para este desígnio que é o desenvolvimento da música.

O Conservatório Regional de Ponta Delgada está afastado como também sublinhou a Sra. Deputada Célia Pereira, de concelhos mais distantes na ilha de S. Miguel, como Povoação e Nordeste. Mas o problema não é apenas relativamente a estes dois concelhos. Esse afastamento também se verifica dentro do próprio Concelho de Ponta Delgada, em zonas como, por exemplo, a Bretanha ou a freguesia dos Mosteiros que por sinal tem duas excelentes filarmónicas centenárias, com uma pujante atividade musical, uma delas, ainda recentemente, pôde deslocar-se aos Estados Unidos para ali atuar com esse grande músico dos Açores que muito nos orgulha que é o Nuno Bettencourt.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, relativamente também à freguesia dos Mosteiros, o

Conservatório de Ponta Delgada está com uma acentuada distância, daí resultando naturalmente dificuldades para a sua frequência.

Como os próprios peticionários e a informação também foi confirmada pela Sra. presidente do Conselho Executivo do Conservatório de Ponta Delgada, neste ano letivo, dos 340 meninos e meninas que se candidataram a ingressar no Conservatório, este só teve capacidade para responder positivamente a 190, portanto, sensivelmente 57/58% dos candidatos. Acrescendo, ainda, o facto de uma parte dos candidatos que mesmo tendo conseguido fazer o ingresso no Conservatório, não tenham ficado naquelas que seriam, porventura, as suas primeiras opções, quanto à escolha de um instrumento ou até de uma área específica que não apenas de instrumento, mas de especialização como, por exemplo, pode ser o canto.

O Conservatório Regional de Ponta Delgada, apesar da sua dimensão, da sua importância e do contributo que dá ao ensino da música – podemos dizer – na Região, tem grandes dificuldades ao nível de instalações. Nos últimos 30 anos o Conservatório Regional de Ponta Delgada transitou entre três instalações distintas. É as atuais, parecendo ser as mais estáveis e aquelas que reúnem mais condições, de facto, foram deixadas ao abandono pela governação anterior numa situação que nalguns casos é indigna do trabalho dum professor, é indigna do espaço que nós devemos facultar a um aluno para fazer a aprendizagem da música ou de qualquer outra aprendizagem formal e que, portanto, urge contrariar com investimento para o qual também será necessário alocar a devida dotação financeira.

O alargamento do ensino artístico especializado de outras zonas da ilha de S. Miguel, conforme os peticionários também sublinham e nós subscrevemos é, portanto, é pertinente, desejável e necessário. E no caminho a percorrer para esse desígnio, entendemos que devem ser considerados três aspetos. A saber:

- Dificuldade de recrutamento de professores, tendo em conta que às vezes

alguns grupos de recrutamento específicos da área da música ficam desertos, por falta de professores habilitados para esse fim;

- Considerar as dificuldades logísticas que a criação formal de um polo do Conservatório Regional de Ponta Delgada implicaria quanto a custos e ao tempo da sua concretização.

- Os riscos de se tentar fazer nos polos, uma replicação do Conservatório, como muito bem alertou a Dra. Isabel Albergaria, Presidente do Conselho Executivo.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Para o PSD, o caminho certo passa pela constituição dum projeto pedagógico inserido nas escolas, articulado com o Conservatório, aliás, opinião esta também partilhada pelo Partido Socialista, mas que é a posição que o Governo Regional nos apresentou e, portanto, não há nenhuma novidade da parte do Partido Socialista relativamente contra esta matéria, e essa concretização também se deve fazer em articulação com as escolas e com a possibilidade que o Governo Regional já disse que está a trabalhar, e que o Partido Socialista agora torna subscreve, do ensino especializado da música se poder fazer a partir do primeiro ciclo.

Deputado Carlos Silva (PS): Parece que o senhor fica incomodado com isso.

O Orador: Portanto é assim, Sr. Presidente, nós concordamos com o alargamento da oferta do especializado da música a outras ilhas Zonas de São Miguel.

Estamos em crer que as 15 vagas abertas para o ensino artístico do concurso que está a decorrer dão boa nota...

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar se faz favor.

O Orador: Termino mesmo, Sr. Presidente.

Boa nota do investimento que o Governo Regional está e quer fazer no ensino da música e, no caso concreto do Conservatório Regional de Ponta Delgada, com mais 3 vagas, o que certamente concorrerá também para a concretização

deste objetivo mencionado pelos peticionários.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Sinergias Miramar/Conservatório

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado

Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Pires.

(*) Deputada Vera Pires (BE): Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Saudamos na pessoa do seu primeiro subscritor as e os peticionários que assim se manifestaram em defesa de um valor coletivo. A educação artística especializada, nomeadamente a música ao alcance de todos.

A Resolução nº 32/2022/A - “Alargamento e diversificação do ensino artístico especializado nos Açores”, resultante da proposta apresentada pela Coligação e aqui aprovada em setembro de 2022, continua afinal, sem sair do papel.

Reconhecida como fundamental pela própria Sra. Secretária da Educação e Assuntos Culturais, a reformulação do currículo da educação básica e a dotação das escolas desde o 1º ciclo com professores especializados, estão longe de ser uma realidade.

Falta uma articulação concertada entre os conservatórios e as escolas do ensino regular, reorganizando os horários escolares, de forma a compatibilizar a frequência de ambas para os alunos envolvidos. Deverá também ser potenciada a articulação entre as escolas e as autarquias, assim como com filarmónicas, associações culturais e outras instituições relevantes no âmbito do ensino artístico.

O ensino da música, como de outras artes, deve estar ao alcance dos açorianos

desde a infância e juventude, independentemente do local onde vivam. Contudo, a oferta deste ensino especializado, seja na música seja noutras áreas como o teatro ou a dança, por exemplo, é inexistente na maioria das nossas ilhas e dos nossos concelhos. E há efetivamente concelhos açorianos, onde as crianças e jovens habitantes, por via da maior distância aos centros associada à inexistência de uma rede de transporte público capaz e a preço acessível, se veem impossibilitados de aceder ao ensino artístico especializado, apesar da existência dessas estruturas na sua ilha. Tendo em conta o exposto, o Bloco de Esquerda considera, portanto, que o ensino artístico deve ser descentralizado, por forma a ser alargado a todos os alunos e alunas que assim o pretendam. Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Começar por saudar os peticionários, nomeadamente o senhor Luis Abrantes, como primeiro peticionário, porque estas iniciativas são sempre importantes e cada vez mais é sempre bom ter esta participação ativa da sociedade também junto do Parlamento, por isso, saudar o peticionário.

Esta Petição surge para propor o alargamento dum polo do Conservatório Regional em P. Delgada na ilha de S. Miguel.

A verdade é que o Conservatório tem uma importância muito relevante na nossa Região e nomeadamente na ilha de S. Miguel.

A verdade é que os açorianos, nomeadamente o ensino da música, é algo que caracteriza a nossa Região, até pela questão das filarmónicas por todos os concelhos nas diversas ilhas, as quais são escolas de formação na área da música. E os açorianos muitas vezes são caracterizados exatamente por esta sua

aptidão artística.

No que concerne o trabalho na Comissão de Assuntos Sociais relativamente a esta matéria, e é também do conhecimento público, a verdade é que a dificuldade que muitas vezes existe em encontrar docentes com formação no ensino especial na área da música, muitos são, por vezes, os concursos que ficam desertos exatamente nesta área e a parece-nos que também é importante garantir, e isso também foi transmitido pela Sra. Secretária no âmbito do trabalho da Comissão, que é fundamental garantir a qualidade do ensino que é ministrado. E isso é algo que deve ser sempre ponto assente quando falamos no ensino artístico.

Esta matéria foi alvo da apresentação também de um Projeto de Resolução por parte dos partidos da Coligação. A verdade é que vemos que realmente é uma vantagem existir este alargamento do ensino artístico especializado em toda a Região, para que todos os alunos possam ter essa possibilidade de poder aceder a esse ensino artístico especializado, estando certa e daquilo também que vamos acompanhando ao longo das ilhas, a verdade é que cada vez mais há uma atividade cultural nas diversas ilhas mais ativa, quer seja pelos grupos de folclore, quer seja pelas filarmónicas, quer seja pelos grupos de teatro, pelos coros, ou seja, há até uma diversidade e falo, por exemplo, na realidade que me é mais próxima, a ilha de São Jorge, e a verdade é que sinto cada vez mais uma atividade cultural crescente e é de louvar todos aqueles que dedicam o seu tempo, e que fazem seu esforço para manter vivas as nossas tradições e impulsionando também novas áreas na cultura, mais emergentes. E como tal, é de salientar também todo esse trabalho que tem sido desenvolvido pelas diversas entidades.

No entender do Grupo Parlamentar do CDS, a verdade é que é necessário exatamente garantir a qualidade do ensino que é ministrado - isso para nós é fundamental.

Termino como iniciei, saudando os peticionários por esta iniciativa que é uma matéria à qual os partidos da Coligação estão sensíveis, até mesmo porque foi por isso justamente que apresentámos a iniciativa que já foi aprovada nesta Casa.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de começar também por saudar os peticionários, pelo esforço que fazem, pela sensibilidade que têm e pela importância que o tema tem – isto foi amplamente debatido na Comissão - e foram tiradas algumas conclusões até pela Sra. Diretora do Conservatório. Gostaria de falar nesta área, tenho sido um defensor dela, enfim, também por estar na área e ter feito algum trabalho nela.

A importância que a música tem, e não só a música, mas também por ontem à noite, ter visitado a uma Filarmónica aqui no Faial e trocar algumas impressões, tendo percebido as dificuldades que eles têm.

No fundo, nós já temos nos Açores pequenos conservatórios espalhados por aqui e por acolá. Nós temos nas filarmónicas e nouro tipo de associações musicais que dá formação. E, no meu entender, isso acaba por ser até mais motivante, porque mais rapidamente os miúdos (e graúdos) aprendem a tocar, começam a executar, mostram-se, vão para a rua e isto é também bastante importante. Na minha pequena freguesia dei um contributo nesse aspeto.

Nós não podemos é deixar cair. Ainda há alguns dias na Vila de Água de Pau fechou a filarmónica ou parou a sua atividade.

Por isso, nós temos que acarinhar isso.

Há dias o Grupo Folclórico do Porto Formoso, se não me falha a memória, falava numa entrevista que deu, nas dificuldades que há. O teatro... *bye bye* já não há.

Nós temos que recuperar isto tudo. E dentro daquilo que tem sido a vertente não só pessoal, mas aquilo que também nos compete enquanto políticos e de organização da nossa sociedade, é fundamental o cruzamento que a cultura poderá ter com o turismo. O facto de termos as nossas filarmónicas a fazer animação, os nossos grupos folclóricos, ter o nosso teatro, ter o que tínhamos, e ainda temos um pouquinho, daquilo que resta dos nossos bailinhos aqui e acolá, é preciso acarinhar isso. Mas acarinhar só, é muito bonito, mas não chega, é preciso pôr lá dinheiro.

Ainda ontem, na Filarmónica que visitei, eles mostraram-me as dificuldades que enfrentam, como a falta de formação, manutenção dos equipamentos e dos espaços. Isto é fundamental manter. E outra coisa que é fundamental – já hoje tive oportunidade de falar nisso com a Sra. Secretária da Cultura e disponibilizei-me até para dar algum contributo nisso – é na própria divulgação, porque não serve de nada andar a fazer as coisas e depois ninguém as vê.

Finalmente, deixar mais uma vez este alerta, para que a nossa cultura não fique esquecida e que as nossas crianças, por via dela, possam ser mais felizes, possam trabalhar mais, aprendam também com ela o que é a disciplina e aprendam uma coisa importante que é o compromisso, porque quem não ensaia não toca bem, quem não toca bem, não sai à rua.

Era só isto.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Bem, um dos meus sonhos na juventude, desde sempre, foi aprender instrumentos.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É verdade!

Fui aluno de piano, mas não resultou, ao fim dalgumas semanas o professor achou que não valia a pena. E depois tentei aprender viola e o professor também achou a mesma coisa. E o resto da história... não conto, mas só vos digo que terminei nos ferrinhos.

(Risos dos Deputados das bancadas da Coligação)

O Orador: Mantive alguma persistência.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): A sua especialidade não é tocar música. É mais *dar música!*

O Orador: É verdade. Não se não se pode ter tudo nesta vida, não é?

Eu considero que esta é uma matéria da maior importância. E quero começar por saudar os peticionários e reconhecer aquele que é o prestígio do Conservatório Regional de Ponta Delgada. Os números são estes. No presente ano letivo tem 590 alunos, o que representa um crescimento de 3,3% relativamente a 2019/2020.

Em termos de recursos humanos, conta com 61 professores e 22 funcionários, tem uma oferta de 22 instrumentos diferentes.

No ano letivo de 2022/2023 teve 343 candidatos, mas apenas 191 foram admitidos, visto não haver condições de resposta para mais.

Em termos de matriz geográfica, o Conservatório faz a articulação com cerca de 50 escolas da ilha.

Bem, o vemos através destes números, é que há um grande conjunto de pessoas, jovens na sua maioria, que querem aprender a tocar os instrumentos, uma oferta de parte do Conservatório de 22 instrumentos – eu não percorri tantos.

Mas o que eu considero aqui que é fundamental, em primeiro lugar, sou sensível ao conjunto de argumentos apresentados por parte dos petionários. Também a posição que foi defendida por parte da Sra. Presidente do Conselho Executivo do Conservatório de Ponta Delgada e, obviamente, também a posição da Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais.

A questão aqui é que a criação de um polo tem alguns problemas do ponto de vista prático e também alguns riscos, um dos quais é a qualidade que é reconhecida ao Conservatório Regional de Ponta Delgada não ser preservada num desses polos, porque nós já vimos que há um conjunto de professores que são muito requisitados, os horários, aliás, na descrição feita pela própria Presidente do Conselho Executivo, aproveitam toda a disponibilidade que existe, quer do espaço quer de professores. É, portanto, neste momento, a verdade é que há um conjunto de interessados que não tem acesso a esta formação.

Eu considero, ainda por cima nesta área do ensino artístico, que é muito importante que existindo essa apetência por parte dos nossos jovens, se dê essa resposta e que se faça tudo para melhorar. Mas que essa resposta garanta a qualidade a que o Conservatório nos habituou, que mantenha a qualidade.

As instituições demoram décadas a construir e a adquirir prestígio nas diversas áreas em que desenvolvem a sua atividade. Mas uma má decisão, pode colocar em causa o prestígio adquirido durante tantos anos e a qualidade adquirida durante tantos anos. Portanto, é preciso pensar.

Houve algumas ideias que foram avançadas por parte do Governo, de entre as quais uma a que também o Partido Socialista fez referência e a própria Coligação já fez isso e já propôs ao Governo, que é aumentar os recursos do ensino artístico nas nossas escolas, e aumentar a articulação das nossas escolas com o Conservatório. Essa é uma resposta possível. Mas eu penso que aqui têm que ser também consideradas outras possibilidades.

As respostas podem sempre ser encontradas nos meios que nós temos e conseguimos encontrar, para colocar a funcionar uma possível expansão do Conservatório que coloca problemas, nomeadamente ao nível do edifício e é difícil de concretizar e outra questão é, se um dia avançarmos para a criação de um polo, se isso for possível e se existir viabilidade, essa decisão só pode ser tomada garantindo a qualidade do ensino que é ministrado. Doutra forma, estaremos a prestar um mau serviço à instituição e aos alunos, porque obviamente este tão grande número de alunos que esta instituição tem recebido ao longo destes anos, o interesse que um tão grande no número de alunos manifesta, tem muito a ver com a qualidade que é reconhecida a esta instituição. Portanto, penso que não podemos colocar isso em causa e temos que considerar todas as hipóteses. Para já, considerar esta resposta, no âmbito do reforço do ensino artístico nas nossas escolas e na articulação com o Conservatório. E, depois, tentar preparar uma resposta que, de facto, permita que um maior número de alunos possa realmente desenvolver aquela que é a sua vocação, a sua apetência nesta área.

Há muitos que têm a apetência. Há muitos que têm esta vocação e também têm essa capacidade.

Como disse no início, não foi o meu caso.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Se bem que o senhor sabe *dar música!*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

XII Legislatura

Número: 102

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 9 de março de 2023

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos considerar apreciada esta Petição.

Sr. Deputado António Lima pede a palavra para?

(*) **Deputado António Lima (BE)**: Sr. Presidente, é para solicitar um intervalo de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Está concedido. E atendendo ao nosso horário, vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje.

Regressamos amanhã às 10 horas com a agenda.

Eram 19 horas e 50 minutos

(Deputados que entraram durante a Sessão)

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Partido Popular (CDS-PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

(Deputados que faltaram à Sessão)

Partido Socialista (PS)

José Gabriel Freitas Eduardo

Partido Social Democrata (PSD)

Ricardo Beato Gomes Vieira

XII Legislatura

Número: 102

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 9 de março de 2023

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

A redatora: Ana Paula Lemos